



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014



Relatório de Gestão Exercício 2014

Ministério Público do Estado do Tocantins

Biênio 2013/2014

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

Procuradora-Geral de Justiça

José Maria da Silva Júnior

Subprocurador-Geral de Justiça

José Kasuo Otsuka

Chefe de Gabinete

José Maria Teixeira

Diretor-Geral

Biênio 2015/2016

Clenan Renaut de Melo Pereira

Procurador-Geral de Justiça

José Omar de Almeida Júnior

Subprocurador-Geral de Justiça

Marcelo Ulisses Sampaio

Chefe de Gabinete

Uiliton Silva Borges

Diretor-Geral

Equipe Técnica:

João Ricardo de Araújo Silva

Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão

João da Silva Macedo

Analista Ministerial Especializado- Ciências Econômicas

Fáustone Bandeira Morais Bernardes

Auxiliar Ministerial

SUMÁRIO

1. Identificação do Órgão.....	
2. Sinopse das realizações no exercício de 2014.....	
3. Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO.....	
3.1 Da Estratégia.....	
3.2 Da Competência Legal.....	
3.3 Das Atribuições.....	
3.4 Da Organização.....	
4. Programa 1030: Justiça.....	
4.1 Apresentação.....	
4.2 Indicadores.....	
4.3 Resumo da Execução Orçamentária.....	
4.4 Ações.....	
4.4.1 Ação 1017: Aparelhamento das Unidades do Ministério Público.....	
4.4.2 Ação 1064: Construção de Promotorias de Justiça.....	
4.4.3 Ação 1098: Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPE	
4.4.4 Ação 1182: Reforma e Ampliação de Unidades do Ministério Público.....	
4.4.5 Ação 2012: Aperfeiçoamento Funcional de Membros e Servidores do Ministério Público.....	
4.4.5.1 Oferta e participação nos eventos presenciais sob direta responsabilidade do Cesaf em 2014.....	
4.4.5.2 Oferta de eventos presenciais compartilhados em parceria com o Cesaf.....	
4.4.5.3. Esfera normativa.....	
4.4.5.4. Esfera tecnológica.....	
4.4.5.5. Esfera Educativo-Formacional.....	
4.4.5.6. Participação de integrantes do MPE-TO em eventos externos.....	
4.4.5.7. Oferta e participação nos cursos à distância compartilhados em parceria com o CESAF.....	
4.4.5.8. Eventos institucionais sob responsabilidade do Cesaf.....	
4.4.5.9. Eventos externos com a participação de integrantes do Cesaf.....	
4.4.5.10. Participação em reuniões de interesse institucional.....	

4.4.5.11. Ampliação de Convênios e Termos de Cooperação interinstitucionais para incrementação de cursos e a formação profissional dos integrantes do MPE-TO.....	
4.4.5.12. Ações de Incentivo à Produção Científica.....	
4.4.6 Ação 2154: Gerenciamento das Ações de Planejamento e dos Programas de Qualidade na Gestão do MPE.....	
4.4.7 Ação 2177: Implementação e Manutenção das Ações de Segurança Institucional.....	
4.4.8 Ação 2184: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público.....	
4.4.9 Ação 2250: Realização das Ações da Diretoria de Inteligência.....	
4.4.10 Ação 2251: Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas.....	
4.4.11 Ação 2252: Realização das Ações de Comunicação do Ministério Público.....	
4.4.12 Ação 2253: Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial.....	
5. Programa 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público.....	
5.1 Apresentação.....	
5.2 Resumo da Execução Orçamentária.....	
5.3 Ações.....	
5.3.1 Ação 2294: Manutenção de Recursos Humanos.....	
5.3.2 Ação 2306: Manutenção de Auxílios a Servidores.....	
5.3.3 Ação 2333: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.....	
5.3.4 Ação 2418: Manutenção de Serviços de Transporte	
5.3.5 Ação 2434: Manutenção dos Serviços da Área de Saúde do Ministério Público....	
5.3.6 Ação 6015: Concessão de Direitos a Membros e Servidores do Ministério Público	
5.3.7 Ação 2380: Manutenção de Serviços de Informática.....	
6. Planejamento Estratégico 2010 - 2018.....	
7. Gespública - Atividades 2013.....	
8. Situação dos Projetos.....	
9. Considerações Finais.....	

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Identificação do Órgão	
Figura 3.1 – Mapa Estratégico do MP/TO – Versão Revisada no Ano 2014.....	
Figura 3.4.1 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins.....	
Figura 3.4.2 – Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.....	
Quadro 4.1 – Programa Justiça.....	
Tabela 4.2.1 – Metas 2012 – 2015.....	
Figura 4.1 – Evolução da atuação do MP/TO entre 2009 e 2014 (ações finalísticas).....	
Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos.....	
Tabela 4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	
Quadro 4.4.1 – Resumo da Ação.....	
Tabela 4.4.1.1 – Aquisição de equipamentos 2014.....	
Quadro 4.4.2 – Resumo da Ação.....	
Tabela 4.4.2.3 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso.....	
Quadro 4.4.3 – Resumo da Ação.....	
Tabela 4.4.3.1 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2014..	
Tabela 4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	
Quadro 4.4.4 – Resumo da ação.....	
Quadro 4.4.5 – Resumo da ação	
Figura 4.4.5.1 – Fluxograma de Capacitação Cesaf	
Tabela 4.4.5.1 – Atividades Consolidadas em 2014	
Tabela 4.4.5.2 – Resumo de eventos de capacitação	
Quadro 4.4.5.3.1 – Projetos e atos normativos	
Quadro 4.4.5.4.1 – Investimento Cesaf.....	
Tabela 4.4.5.7.1 – Oferta e participação nos cursos à distância compartilhados em parceria com o CESAF.....	
Tabela 4.4.5.8.1 – Eventos institucionais sob responsabilidade do Cesaf	
Tabela 4.4.5.9.1 – Eventos externos com a participação de integrantes do Cesaf	
Tabela 4.4.5.10.1 – Participação em reuniões de interesse institucional.....	
Tabela 4.4.5.11.1 – Convênios e Termos de Cooperação Interinstitucionais para incrementação de cursos/formação.....	
Quadro 4.6.6 – Resumo da ação.....	

Quadro 4.4.7 – Resumo da ação.....
Tabela 4.4.7.1 – Principais despesas 2013-2014, em (R\$).
Quadro 4.4.8 – Resumo da ação.....
Tabela 4.4.8.1 – Promotorias Correccionadas, em 2014.....
Tabela 4.4.8.2 – Procedimentos administrativos.....
Tabela 4.4.8.3 – Fluxo de expedientes, em 2014.....
Tabela 4.4.8.4 – Atos Extrajudiciais Disciplinares, em 2014.....
Tabela 4.4.8.5 – Atividades da Corregedoria Geral no período 2011/2014.....
Tabela 4.4.8.6 – Outras atividades realizadas em 2014.....
Quadro 4.4.9 – Resumo da ação.....
Tabela 4.4.9.1 – Resumo das atividades realizadas 2011/2014.....
Quadro 4.4.10 – Resumo da ação.....
Quadro 4.4.10.1 – Resumo de atividades do Gaeco, período de 2011/2014.....
Quadro 4.4.11 – Resumo da ação.....
Tabela 4.4.11.1 – Comparativo de publicações de 2013/2014, em (unid).....
Tabela 4.4.11.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO de 2013/2014.....
Tabela 4.4.11.3 – Publicações e serviços – 2014, em (unid).....
Quadro 4.4.12 – Resumo da ação.....
Tabela 4.4.12.1 – Realizações CAOP Patrimônio, em 2013/2014.....
Tabela 4.4.12.2 – Realizações CAOCID, em 2014
Tabela 4.4.12.3 – Estabelecimentos visitados área consumidor, nos anos de 2012/2014.
Tabela 4.4.12.4 – Termos e autuações área consumidor (Órgãos Parceiros), em 2014....
Tabela 4.4.12.5 – Demonstrativo das ações por cidade, em 2014.....
Tabela 4.4.12.6 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC, período de 2010/2014.....
Tabela 4.4.12.7 – Outras autuações realizadas pelo CAOUMA, período de 2010/2014....
Tabela 4.4.12.8 – Atividades Realizadas CAOPIJ – 2014.....
Tabela 4.4.12.9 – Atividades do Conselho Superior 2013/2014.....
Tabela 4.4.12.10 – Atividades do Cartório de Distribuição 2º Instância 2013/2014.....
Tabela 4.4.12.11 – Atividades do Cartório de Distribuição 1º Instância 2013/2014.....
Programa 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público.....
Quadro 5.3.1 – Resumo da ação.....

Figura 5.2.1 Distribuição das principais despesas do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos).....	
Tabela 5.2.1 – Metas financeiras por ação (em R\$).....	
Tabela 5.2.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (em R\$).....	
Quadro 5.3.1 – Resumo da ação.....	
Tabela 5.3.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2014, em (%).....	
Tabela 5.3.1.3 – Carreira de apoio em 31/12/2013.....	
Figura 5.3.1.1 – Distribuição dos cargos efetivos, em (%).....	
Tabela 5.3.1.4 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009 – 2014 (Carreira de apoio) (em unid.).....	
Tabela 5.3.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2014 (em unid.).....	
Tabela 5.3.1.6 - Movimentação de membros e servidores em 2014 (em unid.).....	
Tabela 5.3.1.7 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF (em R\$)	
Quadro 5.3.3 – Resumo da ação.....	
Tabela 5.3.3.1 – Ações da Diretoria Geral – Secretaria – Ano 2013/2014.....	
Tabela 5.3.3.2 – Ações da Diretoria Geral – Assessoria Jurídica – Ano 2013/2014.....	
Tabela 5.3.3.3 – Comparativo de despesas 2010 – 2014, em (R\$).....	
Tabela 5.3.3.4 – Comparativo despesas materiais de consumo 2013– 2014, em (R\$). ...	
Tabela 5.3.3.5 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2014.....	
Tabela 5.3.3.6 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.....	
Tabela 5.3.3.7 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP.....	
Tabela 5.3.3.8 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios, em 2014.....	
Tabela 5.3.3.9 – Despesas por modalidade de contratação.....	
Tabela 5.3.3.10 – Contratos de locação de imóveis em 2014.....	
Tabela 5.3.3.11 – Contratos e Termos Aditivos firmados, em 2013/2014.....	
Quadro 5.3.4 Resumo da ação.....	
Tabela 5.3.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2010 – 2014.....	
Tabela 5.3.4.2 – Veículos de Transporte Institucional, em 2014.....	
Quadro 5.3.5 Resumo da ação.....	
Tabela 5.3.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2014.....	
Tabela 5.3.5.2 – Comparativo de atendimentos – 2012/2014 em (unid).....	

Tabela 5.3.5.3 – Quantidade de afastamentos de 2012/2014, em (unid).....	
Quadro 5.3.6 – Resumo da ação.....	
Quadro 5.3.7 – Resumo da ação.....	
Tabela 5.3.7.1 – Comparativo de atendimentos em 2010-2014.....	
Quadro 6.1.1 – Resumo da alteração de objetivos.....	
Tabela 6.1.1.1 – Indicadores Estratégicos ano 2013-2014.....	
Quadro 7.1 – Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins.....	
Quadro 8.1 – Situação dos Projetos.....	
Quadro 8.1.1 – Informações sobre transferências de recursos.....	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPEC - Agência de Defesa Agropecuária
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
CAOCID - Centro de Apoio Operacional da Cidadania
CAOCON - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
CAOPs - Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça
CETI - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CESAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
CFTV - Circuito Fechado de Televisores
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins
DRACOL - Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro
DTI - Departamento de Tecnologia da Informação
ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense
ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União
GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GECEP - Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial
GESPUBLICA - Programa de Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana
ITERTINS - Instituto de Terras do Estado Tocantins
LAB-LD - Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro
LOA - Lei Orçamentária Anual
MPE - Ministério Público Estadual
MPS - Ministério da Previdência Social
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NEGP - Núcleo Estadual de Excelência na Gestão Pública
PROCON - Programa Estadual de Proteção do Consumidor

PGR - Procuradoria-Geral da República

RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública

SEDUC - Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins

SECAD - Secretaria Estadual da Administração

TAC - Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TJ - Tribunal de Justiça

TRE - Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

APRESENTAÇÃO

Na busca de cumprir sua missão institucional de “Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, este Ministério Público do Estado do Tocantins vem apresentar seu Relatório de Gestão referente ao ano de 2014.

A sua elaboração foi balizada pelas orientações constantes da Instrução Normativa nº 006/2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e tem por aspiração não somente cumprir a obrigação legal de prestar contas, mas, acima disto, evidenciar todo o processo de gestão do órgão neste período.

Trazemos ainda um novo conceito visual, com evolução das tabelas, dados e informações apresentadas, o que somente se tornou possível graças à obtenção de novas informações da gestão e da evolução dos sistemas informáticos deste MP-TO.

Cumpre-nos, ainda, disponibilizar esse conhecimento de forma simples e em linguagem acessível para que, além dos técnicos, também a sociedade que tiver acesso ao documento, por meio de nosso site institucional, possa compreender e analisar a gestão do Órgão e auxiliar no controle social a ele inerente.

A Estrutura do presente Relatório, em consonância com nosso Plano Plurianual e com os programas de gestão do MP-TO, traz os seguintes tópicos: 1-Identificação do Órgão, 2-Sinopse das realizações no exercício 2014, 3-Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO, 4-Programa 1030: Justiça, 5-Programa 1058: Gestão e Manutenção, 7-Planejamento Estratégico 2010-2018, 8-Gespública - Atividades 2014, 8-Situação dos Projetos, e 9-Considerações Finais.

Palmas, 10 de fevereiro de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

1 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

Quadro 1 – Identificação do Órgão

Nome completo da unidade e sigla:	ProcuradorIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ
Natureza jurídica:	Administração Direta
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:	Lei complementar nº 12/1996 (revogada pela lei nº 51, de 2 de janeiro de 2008) Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Nome e código no SIAFEM:	PGJ
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – Cep 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	www.mpto.mp.br
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

2.1 DESTAQUES NA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

JANEIRO

TJ mantém prefeito de Santa Fé do Araguaia afastado do cargo;

A pedido do MPE, Justiça garante fornecimento de alimento especial a criança da capital;

MPE requer a instalação de UTI pediátrica em Araguaína;

Denúncias de cobrança diferenciada levam MPE a expedir recomendação à empresa Pipes;

Atendendo MPE, prefeito de Santa Fé do Araguaia é afastado do cargo novamente;

O MPE protocolou junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) visando à suspensão da eficácia e aplicação da Lei Municipal nº 2.018, que estabelece, para o exercício de 2014, aumento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), em valores superiores a 100%;

MPE ganhará em 2014 sistemas administrativo e finalístico.

FEVEREIRO

Capital ganha mais uma promotoria de defesa do patrimônio público;

MPE empossa novo Promotor de Justiça Substituto;

MPE instaura procedimento para apurar denúncias de irregularidades na licitação para o serviço de coleta de lixo em Palmas;

Ministério Público do Tocantins realiza audiências públicas no norte do Estado com o objetivo de ouvir a população de Campos Lindos, Barra do Ouro e Goiatins, o Ministério Público do Tocantins (MPE) promove audiências públicas para tratar de temas como segurança pública, educação, saúde entre outros temas;

Por intervenção do MPE, Estado terá que substituir servidores contratados por concursados;

MPE recomenda revisão de licenciamento ambiental, de projetos urbanísticos e de infraestrutura de loteamento em Araguaína;

MPE investigará excesso de multas a caminhonete pertencente à Prefeitura de Gurupi;

MPE cobra construção de Posto Fiscal na fronteira entre Tocantins e Maranhão;

Prefeita de Maurilândia é denunciada por improbidade administrativa;

Após pedido do MPE, Justiça obriga Estado a regularizar serviços do Hospital Regional de Gurupi;

Empresa de telefonia celular TIM é alvo de Ação Civil Pública proposta pelo MPE;

Estado e município de Gurupi têm 90 dias para implantar centro de tratamento para crianças e adolescentes com dependência química;

Em uma ação conjunta, Ministério Público do Tocantins (MPE) e Defensoria Pública cobram vagas para educação infantil;

MPE analisará aumento de IPTU em Araguaína;

Ministério Público Estadual (MPE) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com prefeitura de Carmolândia visando melhorias em escolas públicas.

MARÇO

Operação "Pró-Consumidor" apreende cerca de 1.800 botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em Araguaína;

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) divulga lista de cursos gratuitos presenciais e a distância;

Colégio de Procuradores altera PCCR e amplia progressão horizontal dos servidores;

Curso sobre Direito Penal na Alemanha recebe inscrições até 21 de março;

Em reunião, PGJ apresenta projetos institucionais a Promotores de Justiça da capital;

Ministério Público do Tocantins (MPE) inaugura na próxima segunda-feira, 31, o Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD);

Ministro reafirma legitimidade de MP estadual para propor reclamação no STF;

Ministério Público do Estado do Tocantins MPE articula com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) cooperação para oferta de cursos;

MPE e operadoras firmam compromisso de melhoria no sistema de telefonia móvel;

MPE faz balanço anual de atendimento ao cidadão;

MPE adere a projeto da Procuradoria-Geral da República (PGR) para melhorar a qualidade da educação básica;

MPE contesta na Justiça aumento do IPTU em Araguaína;

Ex-presidente da Câmara Municipal de Crixás é condenado por gastos não comprovados com diárias;

MPE recomenda anulação do concurso da Polícia Civil do Estado do Tocantins;

MPE aciona Estado para que forneça transporte aéreo a menina portadora de Hipertricose Lanuginosa Congênita;

Cobrança do IPTU em Araguaína é suspensa a pedido do MPE;

Secretaria Estadual de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública (Seplan) recebe certificação do Gespública na sede do MPE.

ABRIL

4º Batalhão da Polícia Militar recebe certificação do Gespública nesta segunda-feira, 4, na sede do Ministério Público Estadual (MPE);

Audiência pública na terça, 29, discute situação do sistema carcerário de Gurupi;

Audiências públicas discutirão a qualidade da educação básica em Tocantínia;

Centro de Estudos do MPE se estrutura para disponibilizar Educação a Distância a membros e servidores da instituição;

CNMP realiza curso presencial e à distância sobre defesa do Estado Laico;

Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) aprova redistribuição das atribuições das Promotorias da Capital;

Escolas de Gurupi participarão do projeto Aprendendo DIREITO e resgatando CIDADANIA;

Iniciado terça-feira, 22, mutirão carcerário deve promover o reexame de quase 3 mil processos;

Medidas protetivas às mulheres vítimas de violência é tema do Quadro "Ação e Cidadania", no Jornal do Meio Dia da TVE Tocantins (canal 13);

O Ministério Público do Tocantins (MPE) coordena projeto nacional de saúde no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

Ministério Público Estadual e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins (Seduc) assinam Acordo para execução de projeto voltado ao público jovem;

Ministério Público Estadual (MPE) e o Tribunal de Justiça (TJ/TO) assinam acordo para viabilizar mutirões;

Ministério Público do Tocantins sedia workshop, "Todos Juntos por um Brasil mais Acessível", debate sobre acessibilidade no Brasil;

No dia internacional da educação, projeto "Ministério Público pela Educação" (MPEduc) é apresentado a estudantes de escolas públicas;

Palestra do Ministério Público Estadual (MPE) sobre direitos lembra o Dia da Educação;

O Portal do Ministério Público Estadual (MPE) ganha espaço para denúncias contra o crime organizado, ícone "Crime organizado – denuncie",

O Ministério Público Estadual (MPE), entidade âncora do *Programa* Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) no Tocantins, conferiu certificação à Secretaria Estadual do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública (Seplan);

Servidor do MPE desenvolve melhorias no sistema E-proc;

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), conveniado com o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), disponibiliza vagas para o Curso de Aperfeiçoamento em Direito Sanitário, com carga horária de 200 horas, a membros e servidores do Ministério Público de todo Brasil;

Justiça atende MPE e determina a instalação de UTI pediátrica em Araguaína;

MPE ajuíza ação para anular contrato e editais do concurso da Polícia Civil;

MPE propõe TAC para regularizar loteamento em Araguaína;

MPE instaura procedimentos para apurar denúncias na gestão do SUS no Estado e em Palmas;

MPE apura irregularidade no uso de ônibus escolar de Araguaçu;

ACP requer regularização no fornecimento de energia elétrica em Tocantínia.

MAIO

Ministério Público do Tocantins (MPTO) realiza audiências públicas em Piraquê e Darcinópolis para discutir situação das escolas;

Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Tocantins (MPE) empossou quatro novos Promotores de Justiça Substitutos;

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público reconhece atuação do MPE no caso Igeprev – Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins;

Execução penal e sistema penitenciário são temas do quadro "Ação e Cidadania" desta quarta-feira, 14, no Jornal do Meio Dia da TVE Tocantins (canal 13);

Força-tarefa do MPE e da Agência Nacional de Petróleo vistoria 27 estabelecimentos, em sete cidades do Tocantins: Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Natividade, Peixe, Chapada da Natividade e Santa Rosa do Tocantins;

Inscrições abertas para Pós-Graduação Lato Sensu, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat);

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) adere à campanha da Organização Mundial da Saúde (OMS), denominada "Maio Amarelo", que tem por meta a redução dos altos índices de mortes e de pessoas feridas no trânsito de todo o mundo;

Ministério Público do Tocantins (MPE) faz balanço do mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Ministério Público Estadual (MPE) alerta que idosos podem ser isentos de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em Palmas;

Versão 2014 do Projeto Aprendendo DIREITO e resgatando CIDADANIA é apresentada a professores de Palmas e Gurupi;

Crime de violência doméstica resulta em denúncia de tentativa de homicídio, em Lajeado;

Ministério Público Estadual (MPE) pede suspensão da cobrança do IPTU em Gurupi;

Justiça acata pedido do MPE de mudança de local de julgamento de crime ocorrido em Paraíso;

Ministério Público Estadual (MPE) ajuíza ação civil pública contra o Estado do Tocantins, na qual requer imediata recuperação da TO-010 entre Lajeado e Lizarda;

MPE recomenda alteração no edital do concurso da Polícia Civil do Estado do Tocantins;

TAC assinado em Araguaçu fomenta melhores condições estruturais ao Conselho Tutelar do município;

MPE promove reunião para tratar da comercialização de carne clandestina em Natividade;

A pedido do MPE, ex-secretária de Saúde do Estado fica impedida de assumir cargos administrativos.

JUNHO

MPE aciona Justiça visando adequações no sistema socioeducativo de Palmas;

Audiências públicas em Piraquê e Darcinópolis resultam em acordos de melhorias nas escolas municipais;

Acordo entre MPE e Prefeitura de Taguatinga prevê interdição de escola para reforma;
MPE discute irregularidades na gestão da saúde pública com novo Secretário de Estado

MPE ajuíza ação contra ex-prefeito de Santa Rita do Tocantins por desequilíbrio nas contas municipais;

MPE propõe ACP visando a transparência no processo de regularização fundiária em Presidente Kennedy;

MPE requer informações dos repasses realizados ao instituto de previdência de Araguaína;

MPE solicita informações sobre pagamento de insalubridade aos servidores do SAMU de Araguaína;

MPE investiga contratos entre Oscip ISES e município de Porto Nacional;

Legalidade de contrato entre Prefeitura de Palmas e Oscip será investigada pelo MPE;

MPE orienta prefeitos da região de Tocantínia sobre medidas protetivas ao cidadão e ao erário no período de férias;

Audiência pública discute qualidade da educação fundamental em Araguaína;

MPE orienta prefeitos da região de Tocantínia sobre medidas protetivas ao cidadão e ao erário no período de férias;

Legalidade de contrato entre Prefeitura de Palmas e OSCIP será investigada pelo MPE;

MPE recomenda que prefeitura regule estoque de medicamentos em Araguaína;

Conselhos tutelares é tema do quadro "Ação e Cidadania", no Jornal do Meio Dia da TVE Tocantins (canal 13);

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins (Cesaf/MPE) comunica que estão abertas as inscrições para o curso telepresencial *Fundamentos da Mediação Comunitária*, que é oferecido pelo Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD-UnB);

Dia internacional do meio ambiente fomenta palestra da Promotoria de Justiça da área ambiental;

Diversidade religiosa é tema do quadro "Ação e Cidadania" no Jornal do Meio Dia da TVE Tocantins (canal 13);

Força-tarefa do MPE terá equipe reforçada para investigar irregularidades relacionadas ao Contrato nº 403/98, firmado entre o Governo do Estado e um consórcio de empresas para a realização de obras de infraestrutura;

Integrantes do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep) do Ministério Público do Estado do Tocantins visitam Comando da Polícia Militar em Palmas;

Ministério Público Estadual (MPE) capacita técnicos para o cadastro ambiental dos imóveis rurais;

Ministério Público Estadual (MPE) e mais sete órgãos formalizam parceria para a operação Pró-consumidor

Ministério Público do Tocantins participa de encontro sobre Segurança Institucional em Curitiba;

Novos Promotores de Justiça Substitutos iniciam o Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público do Tocantins;

Operação Pró-consumidor é discutida entre Ministério Público Estadual (MPE) e órgãos parceiros;

Palestras no Ministério Público Estadual (MPE) despertam estudantes para o exercício da cidadania;

Comissão Permanente de Segurança Institucional do Ministério Público Estadual discute Plano de Segurança com Promotores em reuniões regionais;

Projeto Aprendendo "DIREITO e resgatando CIDADANIA" é apresentado a estudantes de Gurupi;

Projeto "Aprendendo DIREITO e resgatando CIDADANIA" é recebido com entusiasmo em Colinas do Tocantins;

Promotores finalizam a segunda etapa do Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público do Tocantins (MPE);

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) informa que estão abertas até 23 de junho, para membros do Ministério Público, as inscrições para o curso "Direito Eleitoral";

Visitas do Projeto MPEduc resultam em quatro recomendações referentes a irregularidades em escolas.

JULHO

MPE recomenda desclassificação de quatro proponentes contemplados nos editais do "Prócultura";

34ª Zona Eleitoral realiza reuniões com representantes de partidos políticos;

MPE oficia prefeitura de Araguaína para cumprimento de decisão liminar sobre cobrança de IPTU;

Promotora de Justiça defende medidas imediatas de responsabilidade do Secretário de Estado da Saúde;

Acordo entre MPE e Foz/Saneatins prevê instalação de 50 hidrantes em Palmas;

TJ atende MPE e mantém suspenso contrato entre Agetrans e a empresa Curinga dos Pneus;

Justiça defere liminares em desfavor da Prefeitura de Araguaína;

MPE recomenda anulação de termos de parceria do Município de Porto Nacional com Oscip ISES;

Escola Superior do MP de São Paulo recebe textos para Revista Jurídica;

MPE apoia desenvolvimento de arquivos públicos municipais;

Promotores de Justiça fazem inspeção no Hospital Geral de Palmas;

AGOSTO

"Conte Até 10 nas escolas": professores da rede estadual de ensino no Tocantins serão capacitados;

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) coloca à disposição do público vídeoaulas de Direito Eleitoral;

Membros ministram palestras sobre o Ministério Público em escolas públicas de Palmas;

MPE cobra abastecimento de materiais para cirurgias no HGP;

O Ministério Público do Tocantins coordena Projeto de Atenção Básica da Saúde Brasileira;

MPE detecta irregularidades em 26 revendas de carne nas cidades de Porto Nacional e Aparecida do Rio Negro;

MPE quer explicações sobre Plano Diretor e situação de loteamentos em Guaraí;

MPE recomenda anulação de contrato entre Prefeitura de Palmas e Oscip ISES;

MPE requer em ACP afastamento do secretário de saúde de Araguaína;

MPE requer informações sobre o fornecimento de refeições a unidade hospitalar de Araguaína;

MPE obtém êxito na cobrança da revogação de decreto do Funsauúde;

Promotoria de Novo Acordo participa do mutirão de atendimento em São Félix do Tocantins;

Justiça anula concurso da prefeitura de Sampaio após intervenção do MPE;

A pedido do MPE, secretário de Saúde de Araguaína é afastado por acúmulo ilegal de cargos;

Arraias: Justiça condena dois pelos crimes de roubo e estupro;

MPE orienta moradores de Palmas sobre poluição sonora;

MPE quer evitar paralisação de médicos em Araguaína;

Crime passionai ocorrido em Arraias resulta em pena de mais de 18 anos de reclusão;

MPE alerta município quanto à continuidade do atendimento aos pacientes da UPA Araguaína Sul;

MPE conduz discussões sobre problemas da saúde pública em Araguaína;

Palestras em Colinas reforçam a importância da cidadania;

Pedro Afonso recebe nova sede das Promotorias de Justiça;

Projeto do MPE levará cultura e cidadania às escolas rurais de Palmas;

A Secretaria Estadual da Administração (Secad) e Comando da Polícia Militar aderem ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), iniciativa do Ministério do Planejamento, coordenada pelo Ministério Público Estadual (MPE) no Tocantins;

A Promotoria de Justiça de Pedro Afonso passa a contar com sede própria.

SETEMBRO

MPE visita Hospital Regional de Araguaína e encontra superlotação e condições precárias de atendimento;

MPE cobra explicações sobre greve dos garis em Araguaína;

MPE ministra palestra no I Congresso de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins;

Servidor da prefeitura de Peixe é flagrado usando maquinário público para fins eleitorais;

Promotor Eleitoral da 34ª ZE concede entrevista coletiva nesta sexta-feira em Araguaína;

MPE apura possível dano ao erário oriundo de aplicações do Fundo Estadual de Recursos Naturais;

MPE solicita e Justiça proíbe uso de fogos de artifício em campanha eleitoral em cidades do norte do Tocantins;

Cavaletes com propaganda eleitoral irregular são apreendidos em Gurupi;

MPE publica 28 Portarias para investigar gestão do Hospital Dona Regina;

Poluição sonora causada pela propaganda eleitoral em Gurupi é alvo de recomendação;

Alimentos arrecadados na Semana da Saúde do MPE são doados a associação beneficente;

Curso de Instrumentalização ao Combate à Improbidade Administrativa começa nos dias 25 e 26 de setembro;

MPE denuncia quadrilha acusada de fraude a licitações;

MPE e Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE/TO) firmam parceria para aprimoramento funcional de membros e servidores;

Operação do MPE apreende mais de duas toneladas e meia de produtos em Gurupi;

Parceria entre Ministério Público Federal (MPF) e MPE formaliza projeto para desenvolvimento da educação básica no Tocantins;

Políticas públicas na área da infância e juventude são discutidas entre MPE e instituições;

O governo do Estado do Tocantins, publicou nesta quarta-feira, 17, o edital de licitação para a construção do prédio destinado à sede das Promotorias de Justiça de Palmas;

Semana da Saúde do MPE acontece entre 22 e 26 de setembro;

OUTUBRO

MPE acompanha prestação de contas da Secretaria Municipal da Saúde;

MPE aciona consórcio CESTE na Justiça por danos ao meio ambiente;

Ex-prefeito e ex-secretário de Finanças de Bom Jesus do TO são condenados por improbidade;

Doze toneladas de alimentos serão doadas a instituições beneficentes de Porto Nacional nesta quinta;

MPE e Ministério Público Federal (MPF) constatam agravamento na falta de medicamentos do HGPP;

Sala de aula no Bico do Papagaio não possui paredes e teto é de palha; MPE investiga precariedade da escola;

MPE aciona Estado visando estruturação das polícias Civil e Militar em três cidades do Bico do Papagaio;

MPE solicita e Justiça suspende entrega de títulos pelo Incra às vésperas da eleição;

MPE notifica 52 representantes de partidos e coligações por propaganda eleitoral irregular;

Promotoria de Justiça de Araguaína recomenda à Prefeitura e Câmara Municipal a não contratação de instituto de desenvolvimento e gestão;

MPE ajuíza ações contra municípios pelo despejo de esgoto não tratado no Rio Tocantins;

MPE aciona Judiciário para que município de Araguaína cumpra liminar e cobre o IPTU com base nos valores de 2013;

Ex-prefeito de Axixá tem bens bloqueados em ação proposta pelo MPE;

Clenan Renaut de Melo Pereira é o mais votado na eleição da lista tríplice para PGJ;

MPE, Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública Estadual (DPE) pedem a prisão do Secretário Estadual da Saúde;

PGJ inaugura anexo que servirá como estacionamento;

Projeto do Ministério Público debate qualidade da educação básica em Ponte Alta do Tocantins;

União transfere ao Estado do TO área para construção da sede das Promotorias de Justiça de Porto Nacional.

NOVEMBRO

MPE ingressa com ações judiciais contra Maurilândia e São Miguel do Tocantins pela prática de renúncia fiscal;

Após denúncia do MPE Justiça suspende contrato de terceirização da gestão da saúde pública de Araguaína;

Reunião com conselheiros do Fundeb da Comarca de Araguaína traz à tona problemas relacionados à fiscalização das verbas da educação;

Em Araguaína, empresas de telefonia são alvo de Ação Civil Pública;

MPE ajuíza ação contra bancos por falta de dinheiro em caixas eletrônicos de Araguaína;

Promotor de Augustinópolis ministra palestra sobre os deveres da família na educação das crianças e adolescentes;

MPE ajuíza ação contra bancos por falta de dinheiro em caixas eletrônicos de Araguaína;

Instituto previdenciário e Prefeitura de Araguaína são convocados a prestar contas sobre recursos destinados à aposentadoria de servidores públicos;

MPE propõe assinatura de TAC para garantir pagamento imediato de salários atrasados a professores contratados no município de Palmas;

Evento discute qualidade da educação em Sítio Novo do Tocantins;

MPE e Prefeitura firmam TAC para regularização dos contratos de professores do município de Palmas;

Justiça acata pedidos do MPE e determina que bancos regularizem atendimento em Araguaína;

População de Arraias discute qualidade da saúde pública;

A pedido do MPE, Justiça de Tocantinópolis condena Procuradoras do Estado;

MPE requer anulação de concurso para professor da Unitins;

MPE cobra acolhimento de morador de rua pela prefeitura de Tocantinópolis;

MPE solicita e Justiça determina abastecimento e continuidade de atendimento no Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína;

Por meio de Ação Civil Pública, MPE e DPE cobram regularização de sessões de radioterapia em todo o Estado;

MPE requer retomada dos serviços do Plansaúde no município de Imperatriz;

Justiça acata pedido do MPE e determina a normalização do transporte escolar em Ponte Alta do Tocantins.

DEZEMBRO

MPE recomenda que Odebrecht Ambiental recupere nascente de córrego em Araguaína;

Porto Nacional: Casa do Idoso Tia Angelina é interditada e município obrigado a transferir abrigo para outro prédio;

MPE quer anulação do contrato firmado pela Prefeitura de Araguaína para a gestão dos serviços de saúde;

Governo exclui item de edital que limitava cadastro reserva do Quadro Geral, conforme pedia MPE;

MPE ajuíza ação cobrando fornecimento de alimentação e serviço de higiene no Hospital Regional de Araguaína;

MPE investiga fuga e morte de reeducandos da unidade prisional Barra da Grota;

Após ação do MPE, Justiça determina fornecimento de alimentação e limpeza no Hospital Regional de Araguaína;

Acordo garante tratamento de radioterapia a pacientes da rede pública;

MPE tenta barrar na Justiça eventuais promoções ilegais e irregulares para cargos da Polícia Militar;

Empresa nega gratuidade a idosos no transporte público de Gurupi; testemunhas serão ouvidas nesta quarta-feira; e,

Promotoria do Patrimônio Público de Araguaína pede afastamento de prefeito e gestores municipais.

3. ESTRATÉGIA, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MPE-TO

3.1 DA ESTRATÉGIA

Missão:

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

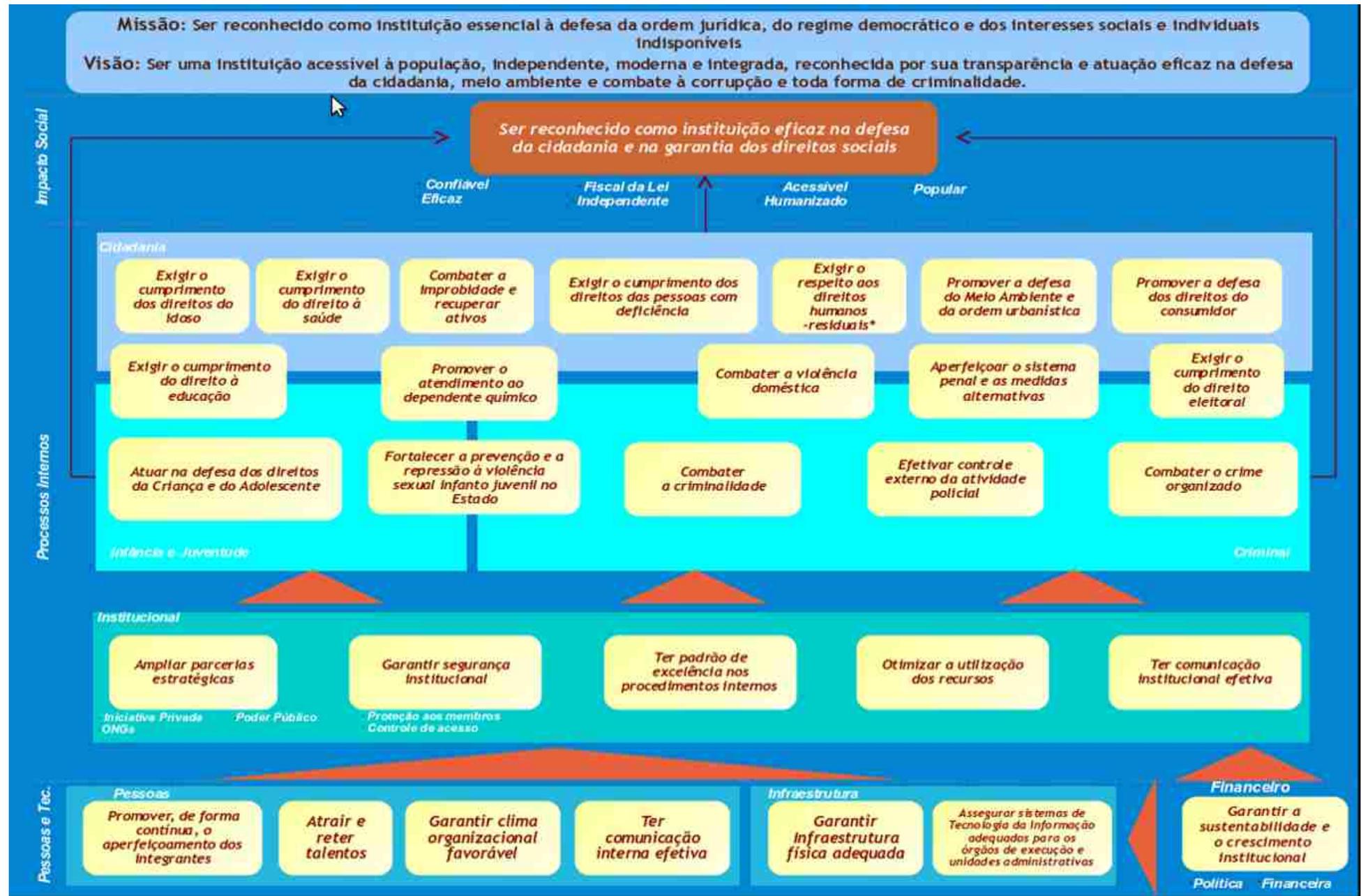
Visão:

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Valores:

- | | | | |
|----------------|-------------|-----------------|----------------|
| – Confiável | – Eficaz | – Fiscal da Lei | – Popular |
| – Independente | – Acessível | – Humanizado | – Transparente |

Figura 3.1 – Mapa Estratégico do MP/TO – Versão do Ano 2014



3.2 DA COMPETÊNCIA LEGAL

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu que as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins são:

- promover, privativamente, a ação penal pública;
- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- exercer o controle externo da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

3.3 DAS ATRIBUIÇÕES

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

- Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);
- Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

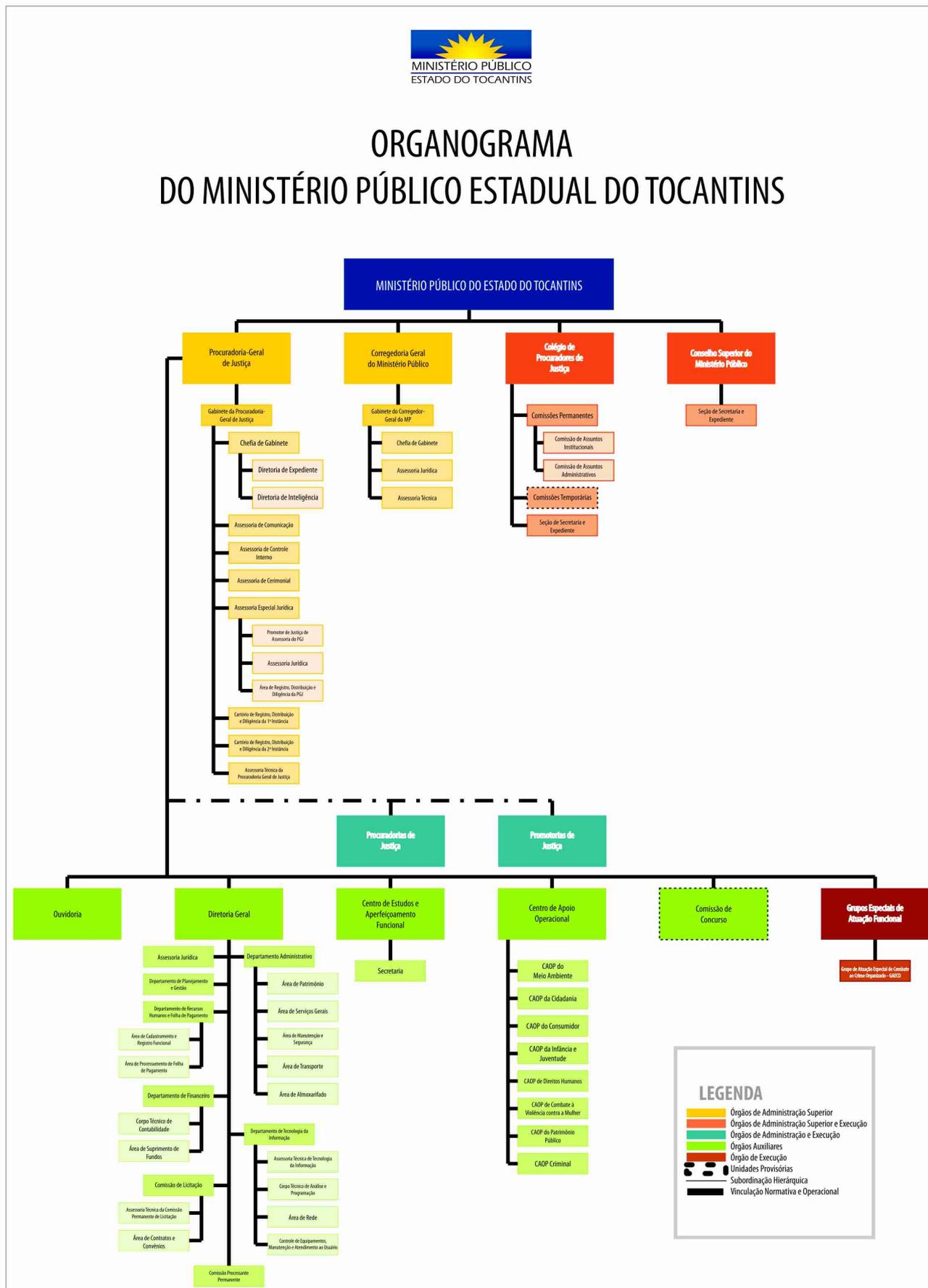
3.4 DA ORGANIZAÇÃO

A disposição da Organização Administrativa e das vinculações hierárquicas do Ministério Público do Estado do Tocantins foi normatizada pelo Ato nº 111/2011, que aprovou o Organograma da instituição.

O Organograma segue o disposto no Regimento Interno do MP/TO.

A seguir, as imagens que compõem o organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins em vigor, construído com base na legislação vigente:

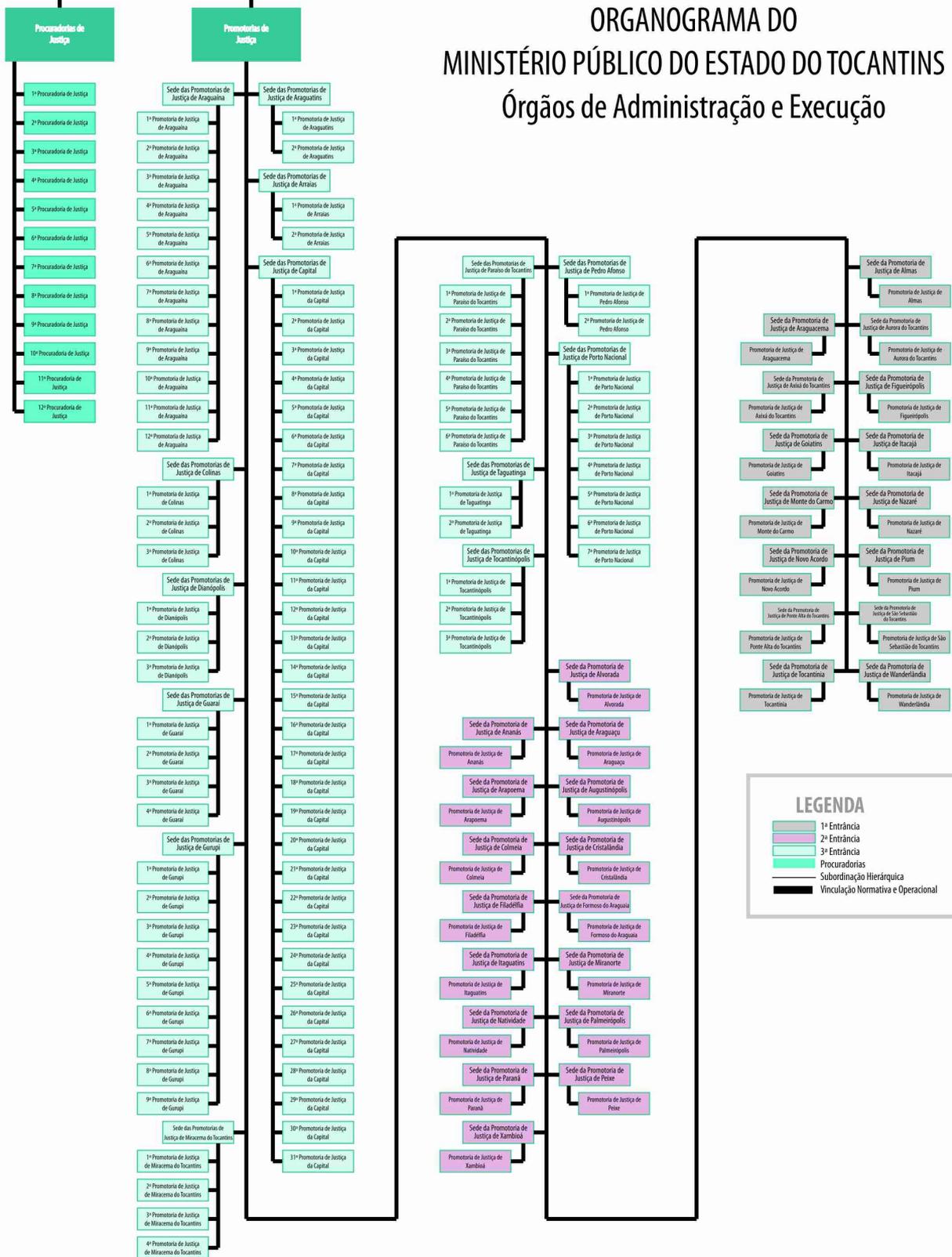
Figura 3.4.1 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins



ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Órgãos de Administração e Execução

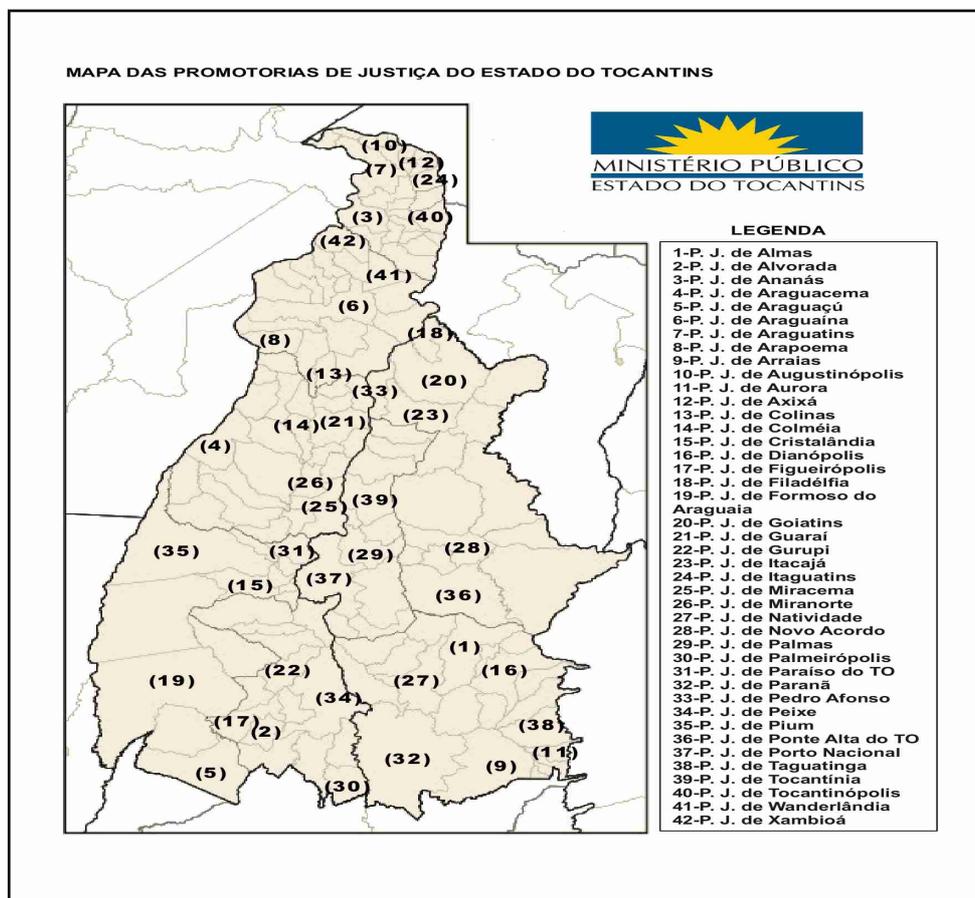
Organograma Principal do MPE/TO



A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros. Funcionam também, no prédio, as Promotorias que atuam na Capital, com exceção da 20ª Promotoria, com atuação na área da Infância e Juventude, que está sediada no Centro Integrado, na Arse 51, e das Promotorias dos Juizados Especiais, que atuam junto aos respectivos juizados.

O mapa a seguir ajuda a ilustrar a distribuição das Promotorias de Justiça no interior do Estado do Tocantins:

Figura 3.4.2 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.



Fonte: Assessoria de Comunicação

As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Mulher, Consumidor, Cidadania, Patrimônio Público, Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

4. PROGRAMA 1030: Justiça

O formato do planejamento instituído pelo Plano Plurianual 2012-2015, que trouxe nova estrutura de Programa Temático e Iniciativas, substituindo o antigo binômio Programa e Ações Orçamentárias, foi vantajoso para este Ministério Público do Estado do Tocantins à medida que possibilitou o alinhamento de nosso Planejamento Estratégico 2010-2018 ao instrumento de gestão da estratégia quadrienal.

Nesse sentido, o Programa Temático Justiça, no que tange ao Ministério Público do Estado do Tocantins, tem seu objetivo definido no quadro 4.1, adiante elencado.

Quadro 4.1 – Programa Justiça

4.1 APRESENTAÇÃO				
DENOMINAÇÃO:	Justiça			
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, medidas socioeducativas e protetivas, voltadas aos dependentes químicos, pessoas com deficiência, além do combate à criminalidade, exploração sexual infanto-juvenil, violência doméstica, aos crimes eleitorais, aos crimes contra os consumidores e aos desvios de recursos públicos.			
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocaninense			
Dotação Orçamentária	Inicial: R\$ 5.716.000,00	Autorizada: R\$ 7.276.032,77		
4.2 INDICADORES				
Indicador	Resultado 2012	Resultado 2013	Índice desejado 2014	Resultado 2014
Ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	140.754	231.048	157.000	250.509

Tabela 4.2.1 Metas 2012 – 2015

Descrição da meta	Regionalização	Meta (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Ações de combate à criminalidade (unidade)	Estadual	130.000	106.580	82
Ações de combate à exploração sexual infanto juvenil (unidade)	Estadual	30	-	0
Ações de combate à violência doméstica (unidade)	Estadual	2.910	17.388	598

Ações de combate ao crime organizado (unidade)	Estadual	216	4.132	1.913
Ações de conscientização político-eleitoral (unidade)*	Estadual	44	-	0
Ações de conservação e preservação do meio ambiente (unidade)	Estadual	264	9.329	3.534
Ações de cumprimento dos direitos humanos (unidade)	Estadual	18	-	0
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Estadual	90	583	648
Ações de fiscalização da execução da política pública da saúde (unidade)	Estadual	210	4.428	2.109
Ações de fiscalização da execução da política pública de educação (unidade)	Estadual	940	373	40
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico (unidade)*	Estadual	80	-	-
Ações de fiscalização das penas e das medidas de segurança (unidade)	Estadual	750	14.382	1.918
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos (unidade)	Estadual	440	6.110	1.389
Ações de fiscalização eleitoral (porcentagem)	Estadual	13200	7.747	59
Adequar e manter adequadas as ações de comunicação (porcentagem)	Estadual	100	-	0
Atuação social relativa ao direito do consumidor (unidade)	Estadual	264	2800	1.061
Garantir a realização da adequação da segurança institucional (porcentagem)*	Estadual	85	-	-
Garantir infraestrutura física adequada ao Ministério Pública (porcentagem)	Estadual	75	49,71	66,28
Medidas socioeducativas e medidas de proteção	Estadual	940	12.875	1369,68
Número de pontos a ser alcançado na avaliação do Programa Gespública (unidade)	Estadual	650	586	90
Percentual de sistemas de tecnologia da informação do Ministério Público integrado (porcentagem)	Estadual	71	-	-

Reduzir a rotatividade de servidores e membros ao percentual desejado (porcentagem)	Estadual	1	4,36	23
Sedes de promotorias a serem construídas (porcentagem)	Região Administrativa Dianópolis	-	-	-
	Região Administrativa Goiatins	-	-	-
	Região Administrativa Gurupi	-	-	-
	Região Administrativa Arraias	-	-	-
	Região Metropolitana de Palmas	40	(*1)	-
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	-	-	-
	Região Administrativa Taguatinga	-	-	-
	Região Administrativa Guaraí	-	-	-
	Região Administrativa Augustinópolis	-	-	-
	Região Administrativa Pedro Afonso	60	74,86	124,77
	Região Administrativa Natividade	-	-	-
	Região Administrativa Palmas	-	-	-
	Região Administrativa Xambioá	-	-	-
	Sedes de promotorias a serem reformadas (unidade)	Região Administrativa Taguatinga	-	-
Região Administrativa Arraias		-	-	-

	Região Metropolitana de Palmas	1	1	100
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	-	-	-
	Região Administrativa Goiatins	-	-	-
	Região Administrativa Gurupi	1	1	100
	Região Administrativa Dianópolis	-	-	-
	Região Administrativa Palmas	-	-	-
	Região Administrativa Xambioá	-	-	-
	Região Administrativa Natividade	-	-	-
	Região Administrativa Guaraí	-	-	-
	Região Administrativa Augustinópolis	-	-	-
	Região Administrativa Pedro Afonso	-	-	-
Somatório das ações de controle externo da atividade policial (unidade)	Estadual	1.500	2.067	138
Somatório do total de ações dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (unidade)	Estadual	157.000	250.509	160
Total de horas de capacitação por membros e servidores (unidade)	Estadual	23	15,96	69
Total de parcerias estratégicas a serem implementadas (unidade)	Estadual	33	24	73

*1 Em função da necessidade de contrair operação de crédito junto a instituição financeira a responsabilidade da Construção da sede das Promotorias de Justiça de Palmas foi realocada para o Governo do Estado por meio da SEPLAN e da SEINFRA.

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão e PPA 2012 – 2015

Por meio das ações e projetos elencados no Programa Justiça, o Ministério Público do Estado do Tocantins manifesta seu empenho no sentido de alcançar seus

objetivos estratégicos.

O ano de 2014, apesar do corte abrupto na Proposta Orçamentária deste órgão, serviu para mostrar a capacidade de superação dos desafios por parte dos membros e servidores, os quais, mesmo com a reduzida disponibilidade de orçamento, dado o corte mais uma vez realizado em nossa proposta orçamentária, promoveram um número recorde de ações, somando 250.509 ações finalísticas.

O crescimento institucional é reflexo das ações de gestão, das melhorias da infraestrutura, do aperfeiçoamento funcional e da força de vontade dos integrantes.

A evolução da produção do órgão fica evidente na análise do gráfico abaixo, que mostra, em números, a atuação de seus membros na atividade finalística entre os anos de 2009 e 2014:

Figura 4.2.1 – Evolução da atuação do MP/TO entre 2009 e 2014 (Em número total de ações finalísticas).



Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão – Relatório de Atividades Funcionais

Depreende-se da análise dos dados que, após o ano de 2010, foi dado um salto na produção finalística deste MP-TO, impactando todas as áreas de atuação do órgão de forma positiva, o que certamente refletiu em resultados favoráveis para o público que busca os nossos serviços.

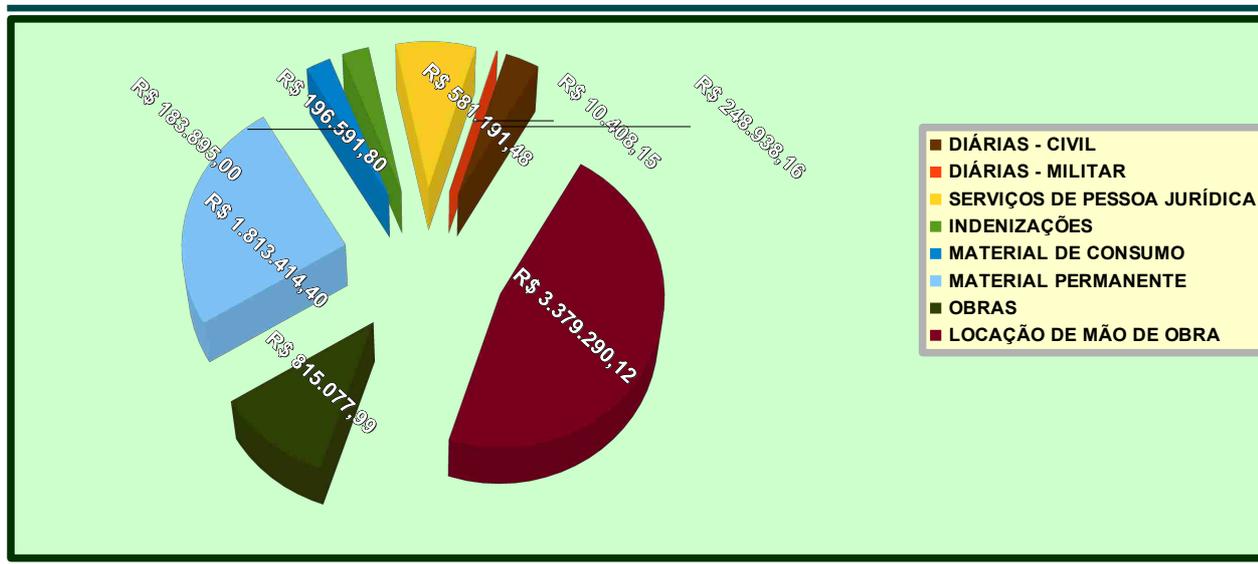
Essa evolução, contudo, poderia ter sido maior, haja vista que, ano após ano, a proposta de orçamento deste *parquet* é reduzida pela Assembleia Legislativa do Estado, o que, além de restringir a capacidade de realizar ações no dia a dia, travou diversos projetos finalísticos e de infraestrutura essenciais para a melhoria do órgão.

Dentre as ações mais afetadas pela restrição orçamentária, podemos citar a Construção de Promotorias de Justiça, de Renovação da Frota de Veículos, de Manutenção dos Recursos Humanos (especialmente a posse de novos servidores e membros), ações de segurança institucional, de disseminação dos programas de gestão, de desenvolvimento de sistemas, entre outras.

Para fins de comprovação dos prejuízos que tal redução no orçamento provocaria, este Ministério Público, através de sua Procuradora-Geral de Justiça, empreendeu diversas reuniões com membros da Assembleia Legislativa, da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública e com o Governo do Estado, restando suplementado o orçamento total do órgão durante o exercício 2014 em R\$ 8.136.023,00.

4.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos



Fonte: Siafem

O orçamento disponibilizado para o Programa Justiça durante o exercício de 2014, apesar de não ter sido suficiente para promover todas as ações previstas, teve execução de 97,48%.

No quadro a seguir, demonstramos as movimentações orçamentárias do Programa, realizadas no volume necessário para adequação das ações do órgão nos termos da legislação vigente.

Tabela 4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos
Movimentação	Concedidos	03.091.1030.1182	-	-35.000,00	-445.000,00
		03.091.1030.2177	-	-	-798.400,00
		03.091.1030.2250	-	-35.000,00	-
		03.091.1030.2251	-	-53.000,00	-
		03.091.1030.2253	-	-124.400,00	-
	Subtotal	-	-	-247.400,00	-1.243.400,00
	Recebidos	03.091.1030.1017	-	140.000,00	644.000,00
		03.091.1030.1064	-	-	31.000,00
		03.091.1030.1098	-	78.000,00	481.400,00
		03.091.1030.2177	-	2.103.000,00	-
		03.091.1030.2252	-	24.400,00	-
	Subtotal	-	0	2.345.400,00	1.156.400,00
	Total	-	0,00	2.098.000,00	-87.000,00

Fonte: Siafem

Importante salientar a ampliação dos investimentos nas ações de Aparelhamento das Unidades e Estruturação de Tecnologia da Informação, que somente foram possíveis graças à suplementação orçamentária e permitiram a realização de um amplo programa de infraestrutura e correção das deficiências em equipamentos e mobiliários.

4.4 AÇÕES

4.4.1 Ação 1017: Aparelhamento das unidades do Ministério Público

Quadro 4.4.1 – Resumo da Ação

Título	1017 – Aparelhamento das unidades do Ministério Público			
Descrição:	Estruturação do Ministério Público do Estado do Tocantins mediante a aquisição de equipamentos de informática, móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação, recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade aparelhada	%	45	40,35	89,67
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
350.000,00	1.134.000,00	1.104.788,06	1.047.675,36	97,42%

Nos últimos anos, foram empreendidos esforços pela Administração Superior do Ministério Público nas áreas de inovação institucional, infraestrutura física e valorização de membros e servidores, que tiveram uma única finalidade: tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocaninenses, tão necessitados do manto de proteção ministerial.

Este esforço é traduzido na evolução das ações finalísticas promovidas pela instituição, que vinham em linha progressiva desde o ano de 2010 e, em 2014, registraram novo recorde. No ano de 2014, foram 250.509 ações, empreendidas por um grupo de 118 membros – entre Procuradores e Promotores de Justiça.

Nesta perspectiva, a Procuradoria-Geral de Justiça buscou adquirir novos equipamentos e materiais, procurando modernizar e incrementar a capacidade de atuação deste órgão, bem como atender a um dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico: “Garantir infraestrutura física adequada”

Com o objetivo de atender este avanço, a ação Aparelhamento das Unidades

do Ministério Público contou com recursos orçamentários autorizados no montante de R\$ 1.134.000,00. Deste total, foi empenhado o montante de R\$ 1.104.788,06 o que significa 97,42% dos recursos autorizados pela LOA 2014.

Assim, as despesas executadas contribuíram para adequar o mobiliário das Promotorias de Justiça, principalmente daquelas recém-inauguradas (Promotorias de Justiça de Pedro Afonso) ou reformadas (Promotorias de Justiças de Gurupi) que não atendiam às suas necessidades. Destacam, ainda, as aquisições de mobiliários pontuais para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo das aquisições de mobiliários no exercício 2014:

Tabela 4.4.1.1 – Aquisição de equipamentos 2014.

Descrição	Quantidade
24 – Aparelhos, equipamentos, utensílios médicos	
Câmara de infravermelho	01
Compressor de ar/odontológico	01
25 – Equipamentos de proteção, segurança, socorro, combate e prevenção	
Extintor de incêndio	06
27 – Aparelhos e utensílios domésticos	
Botijão de gás	02
Carrinho p/uso doméstico/restaurante/supermercado	03
Forno elétrico/micro-ondas	05
Condicionador de ar	54
Geladeira/refrigerador/frigobar	07
Fogão industrial	01
Purificador de água em geral	06
Sugador/exaustor	01
29 – Máquinas ferramentas e utensílios de oficina	
Furadeira/parafusadeira	04
Lixadeira elétrica	01
32 – Mobiliário em geral	
Armário	38
Banqueta/tamborete	03
Cadeira em estofado/napa/almofada	65

Cômoda/penteadeira/gaveteiro	39
Escada em geral	01
Estante/prateleira	21
Mesa	77
Poltrona em almofada/estofado/napa/veludo	530
Quadro magnético/imantado/branco	15
38- Aparelhos e instrumentos técnicos de medição, teste e controle	
Câmara de infravermelho	01
Compressor de ar/odontológico	01
39 – Aparelhos e equipamentos de comunicação	
Aparelho telefônico/PABX	01
Aparelho transmissor e receptor de sinais/televisão	01
46 – Máquinas e equipamentos gráficos	
Máquina trituradora/fragmentadora de papel	04
47 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto	
Amplificador	12
Caixa de som/alto-falante	02
Máquina filmadora/microfilmadora/acessórios	04
Máquina fotográfica/acessórios	03
Mesa de som/gerador de áudio/processador digital	03
Processador de revelação	01
Televisor	02
Estabilizador	125
57 – Máquinas e utensílios de escritório	
Suporte para telex/para copiadora/monitor	71

Fonte: Área de Patrimônio

4.4.2 Ação 1064: Construção das Promotorias do Ministério Público

Quadro 4.4.2 – Resumo da Ação

Título	1064 – Construção das Promotorias do Ministério Público
Descrição	Construção das unidades do Ministério Público tendo como etapas: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.
Meta Física	

Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Promotorias construídas	Porcentagem	P-1= 60 P-2= 40	P-1= 74,86 P-2= *1	P-1= 124 P-2= *1
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
550.000,00	581.000,00	580.612,83	580.612,83	99,99

Legenda: P-1: Sede das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso; P-2: Sede das Promotorias de Justiça de Palmas.

*1 Em função da necessidade de contrair operação de crédito junto a instituição financeira, a responsabilidade da construção da sede das Promotorias de Justiça de Palmas foi realocada para o Governo do Estado por meio da SEPLAN e da SEINFRA.

A ação Construção das Promotorias do Ministério Público provê recursos destinados a ampliar e adequar a infraestrutura física, visando atender ao objetivo estratégico “Garantir infraestrutura física adequada”.

Sob esta ótica, o Ministério Público do Estado do Tocantins vem buscando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades do Ministério Público. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão da grandeza institucional das Promotorias de Justiça.

As novas instalações trouxeram uma nova realidade às atividades ministeriais. Em vez de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do Ministério Público agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

Em relação ao projeto arquitetônico, este é adaptado à demanda de cada comarca, seguindo todas as normas de acessibilidade. Os espaços contam sempre com gabinetes para Promotor, salas para analista jurídico, recepção, copa, almoxarifado, banheiros públicos, banheiros e garagens privativas para membros. De acordo com a necessidade da Comarca, também foram construídos auditórios e salas de reuniões e audiências. Idosos e pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção também foram contemplados com vagas específicas nos estacionamentos.

Todos os detalhes foram planejados para um maior conforto, a exemplo da opção de aproveitar a luz e a ventilação natural em todos os ambientes, apesar da

climatização. Aliás, todas as novas sedes foram inauguradas contando com aparelhos de ar-condicionado, móveis e equipamentos de informática totalmente novos.

O dia 8 de agosto de 2014 ficou marcado na história de Pedro Afonso pela inauguração da sede própria das Promotorias de Justiça daquela Comarca, uma edificação ampla, bem localizada e que atende a todos os requisitos de acessibilidade.

Além de Pedro Afonso, as novas instalações beneficiam Bom Jesus do Tocantins, Santa Maria do Tocantins e Tupirama, municípios que também integram a Comarca, alcançando uma população total de 21,5 mil pessoas.

O novo prédio, inaugurado em 27/09/2013, tem 485,27 m² de área e foi totalmente adaptado às normas de acessibilidade, proporcionando maior comodidade à população que necessita dos serviços da Instituição e aos próprios servidores, que poderão contar com um ambiente mais estruturado.

No local, foram instalados três gabinetes, com respectivas salas para analistas jurídicos, recepção, plenário, copa, área de serviço, além de almoxarifado e sala de reunião. Com um investimento total de R\$ 1.034.566,68, sendo o montante de R\$ 580.612,83, executado no decorrer de 2014.

As instalações contam, ainda, com garagem privativa para os membros e estacionamento com vaga especial para idosos e portadores de necessidades especiais, além de respeitar todas as normas de acessibilidade.

A seguir, procede-se ao detalhamento deste investimento, visando possibilitar a análise desta obra e seus custos principais:

Tabela 4.4.2.1 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso
Processo nº:	2013/0701/0207
Licitação:	Concorrência nº 001/2013
Contrato nº:	089/2013
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none">•Área do terreno: 1.150,00 m²•Área construída: 485,27 m²•Área urbanizada*: 395,59 m²•Três gabinetes de Promotoria com banheiro privativo•Plenário•Banheiro público com acessibilidade

	<ul style="list-style-type: none"> •Garagem privativa para os membros; •Estacionamento público com vaga especial •Vaga especial: Pessoas com Mobilidade Reduzida e Idosos 	
Valor inicial do contrato	R\$ 1.034.566,68	(%) execução
Valor Medido	R\$ 1.034.566,68	
Valor Pago	R\$ 1.034.566,68	100,00
Valor Final por metro quadrado construído	R\$ 2.131,12	100,00
Execução no exercício 2014	R\$ 580.612,83	74,86

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

4.4.3 Ação 1098: Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPE

Quadro 4.4.3 – Resumo da Ação

Título	1098 – Estruturação de tecnologia da informação para unidades do MPE			
Descrição:	Estruturação das Unidades do MPE para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MPE, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Setor de Tecnologia Estruturado e Desenvolvido	Percentual	61	71,11	116,57
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
471.000,00	1.030.400,00	954.232,16	541.098,76	92,61

Cabe ao Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) o planejamento, a coordenação e a supervisão, no âmbito desta PGJ, da execução das atividades relacionadas à execução e à avaliação da política de Tecnologia de Informação.

Essas atividades são exercidas por meio da implantação das políticas e

diretrizes de segurança da informação, da elaboração de normas, procedimentos e padrões para aquisição e utilização dos recursos de tecnologia da informação, da coordenação do desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, da elaboração do planejamento estratégico de tecnologia da informação, dentre outras atribuições.

Nessa perspectiva, a Procuradoria-Geral de Justiça elevou o Departamento de Tecnologia da Informação a uma posição organizacional estratégica, por meio da qual se permite alinhar as ações de tecnologia da informação com os objetivos e a missão do Ministério Público, proporcionado assim mais celeridade ao processo.

Vale destacar outra importante ação, a instituição do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, por meio do ato n.º 072/2011, com caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação no âmbito desta PGJ e em cumprimento às determinações contidas na resolução nº 70 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

A criação deste comitê representa um avanço no processo na área de TI desta instituição e tem como finalidade promover o alinhamento da gestão de TI aos objetivos estratégicos, além de definir e fazer cumprir as políticas e as diretrizes de Tecnologia de Informação, estabelecidos nos “Planos de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Informatização de Sistemas”.

Outra função importante do DTI é realizar parcerias tecnológicas com outras entidades governamentais com vistas a garantir uma maior integração de soluções tecnológicas e uso mais racional de recursos informacionais. Estas parceiras visam atingir a meta estratégica de “Garantir infraestrutura física adequada para realizar atividades e funcionamento dos sistemas necessários”, proposta no Planejamento Estratégico 2010-2018.

■ Perfil dos recursos humanos envolvidos

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI necessita de um quadro próprio de TI para a execução de suas atribuições regimentais. O quantitativo de técnicos do quadro próprio está muito aquém do mínimo necessário.

Estudos feitos para subsidiar a realização de concurso público, ainda vigente,

apontam um deficit entre o quantitativo existente e o quantitativo necessário.

Vale ressaltar que o cenário de crescente escassez de força de trabalho da instituição, frente ao aumento da demanda por serviços, vem sendo suprido com aumento da produtividade, racionalização de processos de trabalho, inclusive com o uso intensivo de tecnologia da informação, e com a utilização de estratégias de gestão focadas em resultados e em critérios de alocação dos servidores baseados em modelo de competências.

Identificado esse cenário, a área de gestão de pessoas tem buscado ser cada vez mais criteriosa na tomada de decisões que envolvem a força de trabalho, as quais se voltam para a manutenção do quadro, para a adequada distribuição dos recursos humanos entre as diversas áreas operacionais, além da melhoria da produtividade.

■ **Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tendo como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2014, com orientações dos Planos de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Informatização de Sistemas, e em total obediência à legislação pertinente e aos procedimentos legais.

O Ministério Público do Estado do Tocantins tem buscado implementar melhorias no ambiente organizacional com o uso estratégico de ferramentas tecnológicas (adesão ao processo eletrônico na área finalística, agilização de processos, estrutura, comunicação e desburocratização).

Assim, com intuito de possibilitar a completa implementação do programa e de aprimorar a produtividade das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação efetuou a aquisição de novos equipamentos de informática, além de adquirir o sistema completo de certificação digital, o que está garantindo a completa segurança das informações geradas pelos Promotores e Procuradores de Justiça, conforme relacionado a seguir:

Tabela 4.4.3.1 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2014.

Item	Descrição	Ano			
		2011	2012	2013	2014

01	Computadores	83	80	189	75
02	Monitor LCD	82	80	378	174
03	Nobreaks	80	80	259	105
04	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	-	01	-	-
05	Estabilizadores	60	40	68	40
06	Impressora a laser	41	03	-	
07	Impressora multifuncional	10	-	58	50
08	Scanner profissional	08	24	15	10
09	Switch 48 portas 10/100/1000	02	02	-	-
10	Suporte Monitor	-	-	264	100
11	Datashow	08	-	-	-
12	Servidores de rede	-	-	-	03
13	Servidores Micro Torre	-	-	-	12
14	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	-	01
15	Token	40	130	-	-
16	Unidade de backup robotizada	-	-	-	01
Total		406	440	1.231	571

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

■ Desenvolvimento e produção de sistemas

No decorrer de 2014, atendendo ao previsto no projeto eSocial, a área de TI desta instituição, em conjunto com órgãos e entidades do Governo Federal (Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e Ministério do Planejamento), iniciou o desenvolvimento de ferramentas de TI. O eSocial é um projeto do Governo Federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados.

A partir da regulamentação da Emenda Constitucional nº 72/2013, a versão terá caráter obrigatório e outros recursos estarão disponíveis para que o empregador possa cumprir com suas obrigações.

Esta versão do portal eSocial é de uso opcional e atende apenas o empregador doméstico para registro de informações referentes às competências a partir

do mês de junho de 2013. Estão sendo disponibilizados serviços e facilidades que possibilitam ao empregador o cumprimento de algumas de suas obrigações trabalhistas e fiscais num canal único, de forma facilitada e bem intuitiva.

Quando for implantado em sua totalidade, o eSocial será estendido aos demais empregadores, pessoas físicas e jurídicas, trazendo diversas vantagens em relação à sistemática atual, tais como:

- Atendimento a diversos órgãos do governo com uma única fonte de informações, para o cumprimento das diversas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias atualmente existentes;
- Integração dos sistemas informatizados das empresas com o ambiente nacional do eSocial, possibilitando a automação na transmissão das informações dos empregadores;
- Padronização e integração dos cadastros das pessoas físicas e jurídicas no âmbito dos órgãos participantes do projeto.

Outra solução de TI desenvolvida no ano de 2014 visa atender à Resolução nº 74, que trata dos formulários que devem ser preenchidos pelos Ministérios Públicos da União e dos Estados, com informações referentes à estrutura de pessoal, tecnologia da informação e gestão orçamentária e financeira, além de dados sobre o desempenho funcional dos membros do Ministério Público.

Assim, o ano de 2014 foi marcado pelo desenvolvimento de sistemas de expressiva importância para a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins. Dentre os sistemas, destacamos a seguir:

- Extrajudicial virtual;
- Sistema de Patrimônio integrado com o Athenas;
- Sistema Maria da Penha;
- Estruturação da Intranet com foco em notícias;
- Sistema de acompanhamento e atividades ministeriais;
- Recurso para transmissão de vídeos ao vivo no site;
- Início da criação do portal único de atendimento ao cidadão;
- Mecanismo de bloqueio na Intranet para servidores afastados;
- Novo Site do Conselho Superior e do Colégio de Procuradores;
- Diversas melhorias no sistema e-proc;
- Migração para o Django 1.6;

- Estruturação para atender o e-Social;
- Criação de diversos relatórios no Athenas, bem como implementação de sistemas já existentes.

Vale destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também como ferramentas de controle.

Para o exercício de 2015, destacamos alguns sistemas a serem desenvolvidos, conforme Tabela 4.4.3.2 – Sistemas Previstos, a seguir:

Tabela 4.4.3.2 – Sistemas Previstos

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
1	Relatório de Atividades Funcionais – Athenas
2	Virtualização de Extrajudicial – Colégio de Procuradores e Conselho Superior
3	Distribuição Processual Virtual
4	Integração sistema Athenas e TJTO (MNI)
5	Assinador Digital
6	Gestão de Avaliação de Produtividade e Desempenho
7	Controle de Arquivo Geral
8	Virtualização de Processos Administrativos
9	Novas funcionalidades do Controle de Contratos (SRP)
10	Sistema de almoxarifado no Athenas
11	Pesquisa textual no Athenas
12	Sistema de Pontuação de Membros para promoção
13	Wikipédia do MPETO
14	Controle Médico
15	Gestão de Conhecimento
16	Desenvolvimento do Software de BI integrado a todos os sistemas
17	Gestão Acadêmico para o CESAF
18	E-Social exigido pelo Governo Federal
19	Sistema de acompanhamento da atividade policial
20	Sistema de CAOMA (Geoprocessamento)
21	Atualização da AST e Python
22	Demandas de Recursos Humanos levantadas pelo CNMP
23	Portal da transparência integrado com sistemas

24	Protocolo e peticionamento eletrônico
25	Distribuição processual no EPROC
26	Implantação do GPWEB (sistema de gestão)
27	Sistema de pregão eletrônico presencial
28	Integração e desenvolvimento das informações da corregedoria e CNMP – apenas quando concluído todo o extrajudicial e e-proc
29	Gestão de folha de frequência com o ATHENAS e IFPONTO, para não precisar imprimir as folhas de ponto e melhorar o controle
30	Sistema de gestão de frotas
31	Agenda/lista telefônica online

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

■ Segurança da informação

A segurança da informação tem sido alvo de inúmeras ações da DTI, a começar pelos sistemas de informação, com destaque para aqueles que são expostos na internet, sem esquecer de toda a infraestrutura que suporta as aplicações inerentes à tecnologia da informação.

Visando manter o ambiente de TI provido de segurança razoável, de modo a não comprometer o ambiente operacional, muito menos expor as informações, a equipe da DTI executa, permanentemente, inúmeros procedimentos que possibilitam a identificação e minimização das vulnerabilidades e a redução dos riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas na rede corporativa desta PGJ.

Ao longo de 2014, seguindo orientações que já remontam exercícios anteriores, foram realizadas diversas ações neste sentido, dentre as quais destacamos:

- Instalação e configuração de dois servidores Athenas App1 e App2;
- Instalação e configuração do servidor NFS Athenas;
- Instalação do servidor Athenas Router;
- Migração dos dados do servidor Athenas antigo para o Novo Athenas;
- Alterações DNS e Firewall dos novos serviços;
- Configuração de TZ para Promotorias do interior;
- Instalação e configuração do servidor Moodle EadCesaf (DNS, Ldap, Tema, E-

mail);

- Instalação de monitores nas Promotorias de Palmas;
- Participação no Treinamento do Monitor de Temperatura;
- Testes de ferramentas para centralização e auditoria de logs;
- Instalação e configuração do servidor de Streaming para transmissão de vídeo;
- Instalação/configuração de equipamentos de rede e/ou instalação de monitores em Araguaína, Araguacema, Cristalândia e Dianópolis;
- Atualização do Servidor de E-mails/Zimbra;
- Instalação do Servidor Memcached devido a falha no disco rígido;
- Instalação do Servidor Web devido a falha no disco rígido;
- Atualização dos hosts Vmware ESXI;
- Manutenção da sala dos servidores (instalação e/ou configuração de equipamentos de rede, servidores, máquinas virtuais, cópia de dados, etc);
- Criação de novos compartilhamentos no servidor de arquivos com mudanças dos Centros de Apoio;
- Configuração do Sistema de Correios utilizado no departamento de Protocolo – SIGESP;
- Ampliação do espaço em disco do Servidor de E-mails;
- Configuração da nova quota no Zimbra;
- Demais atividades de acordo com a demanda/chamados:
- Verificação dos Links de Internet das Promotorias do Interior diariamente, abertura de chamado, assistência no retorno dos links, acompanhamento de reparo, testes de velocidade, configuração no TZ (VPN, DNS, Wifi), configuração de máquinas com ip fixo;
- Alteração de acesso às pastas no servidor de arquivos;
- Gerenciamento do Servidor de E-mails (contas, listas de distribuição, nomes alternativos, bloqueio de endereços de spam, monitoramento da fila e antivírus);
- Gerenciamento de usuários (cadastro, alteração e exclusão);
- Gerenciamento de digitais e cartões de acesso da catraca e ponto eletrônico, além de auxílio na manutenção das catracas;
- Configurações no Firewall de regras de acesso, bloqueio/desbloqueio de máquinas, acessos à Internet, NAT, VPN e demais configurações;
- Restauração de arquivos excluídos e/ou movidos da pasta de rede;
- Limpeza de disco no servidor de arquivos;

- Atualização do Openfire – Servidor de mensagens instantâneas;
- Monitoramento de recursos dos todos servidores (hd, memória, rede);
- Gerenciamento de ramais telefônicos, aberturas de chamado, relatórios;
- Reinicialização dos servidores do Arquimedes;
- Atualização de sistema operacional dos servidores;
- Reinicialização do servidor de arquivos da Promotoria de Gurupi;
- Instalação de programas (Receita e Banco) do RH no Servidor Windows;
- Remoção de programas maliciosos, em promotorias do interior que utilizavam a banda de Internet, diminuindo a lentidão na rede;
- Atualização da base de usuários com relação repassada pelo RH;
- Gerenciamento de grupos e compartilhamentos no Openfire;
- Programação de scripts shell para agilizar tarefas rotineiras;
- Atualização da assinatura do DNSec de acordo com o exigido pelo Registro.br;
- Reinstalação do GMS.
- Participação na migração da estrutura física dos servidores e implantação da Storage.
- Configuração do Bacula para realização de backups em fitas.
- Instalação do servidor de monitoramento Zabbix.
- Instalação de agentes de monitoramento em todos os servidores para comunicação entre o zabbix e os servidores.
- Remoção agentes Pandora.
- Instalação de ferramenta para atribuição de cotas para o servidor de arquivos.
- Instalação de novos servidores ldap (novo padrão cn=config).
- Estudo para implantação do Servidor de arquivos samba4 para implantação na PGJ – Aguardando autorização para implantação.
- Atualização TZ's – Versão 5.9.0.6-3o.
- Implantação do sistema de backup e virtualização na sede da Procuradoria-Geral de Justiça
- Instalação da Solução de Monitoramento de Temperatura, Umidade, Tensão e Fumaça da Sala dos Servidores do MPE.
- Reorganização dos hacks do servidor para instalação da solução de backup e virtualização.
- Estudo de nova solução de virtualização PROXMOX baseado em KVM.
- Estudo de Solução para disponibilização de acesso externo aos serviços do MPE

através de solução de virtualização de desktop sobre vpn.

- Estudo para escolha de versão dos sistemas embarcados dos microservidores das promotorias das comarcas do interior.
- Atualização dos firmware dos servidores System x 3650 e System x 3550
- Atualização dos hosts vmware para versão mais recente 5.5

4.4.4 Ação 1182: Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público

Quadro 4.4.4 – Resumo da ação

Título	2012 – Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público			
Descrição:	A reforma e a ampliação do ambiente físico das unidades do Ministério Público, obedecendo aos padrões de qualidade, tiveram como etapas: Avaliação da estrutura física atual, elaboração do projeto básico, elaboração de edital, abertura de processo licitatório, contratação de empresa para realização da reforma.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Reformada/ampliada	unidade	2	2	100,00%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
865.000,00	385.000,00	367.093,71	322.096,13	95,35%

Além das construções de novos prédios, o *Parquet* tem investido também em reformas, visando atender às novas demandas surgidas no campo de atuação do Ministério Público Estadual e manter suas instalações em plenas condições de funcionamento.

No exercício de 2014, foram dotados inicialmente R\$ 385.000,00 em reformas, seja na sede, seja no interior, sendo que somente o montante de R\$ 367.093,71, foi empenhado. Em Palmas, diversas melhorias foram feitas na Procuradoria-Geral de Justiça, onde foi instalada uma sala de apoio para o pessoal que atua na prestação de serviços gerais, montado estúdio de filmagem para as aulas de Ensino a Distância e feitas adequações em promotorias de justiça e em diversos setores administrativos.

No interior, o destaque foi para a reforma da Promotoria de Justiça de Gurupi, que envolveu a recuperação da estrutura do edifício, substituição de divisórias para a readequação dos espaços, renovação da cobertura e das redes lógica e elétrica.

Apresentamos, a seguir, um resumo das realizações:

Resumo das reformas

No imóvel sede das Promotorias de Gurupi, foram executadas as seguintes modificações:

- A recuperação estrutural dos pilares cujas armaduras sofreram processo de oxidação, garantindo a estabilidade e conservação da edificação, resultando em maior segurança para seus ocupantes;
 - Remoção do forro de gesso danificado e da estrutura de fixação, substituindo por nova estrutura de fixação e novo forro em lâminas de PVC;
 - Substituição das divisórias navais por divisórias de gesso acartonado, em novas disposições, oferecendo maior conforto acústico, otimizando e ampliando os espaços;
 - Modificação e redimensionamento da rede elétrica e de cabeamento estruturado, contemplando o sistema fechado de televisão – CFTV;
- Execução de nova estrutura para a cobertura das garagens privativas.

Quanto ao imóvel sede da Procuradoria-Geral de Justiça, foi executada adequação do espaço físico nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários, visando à reestruturação dos seguintes departamentos: Cartório de 1ª Instância, E-PROC, dois Gabinetes de Promotorias de Justiça do 1º pavimento, Depósito sob escada do 1º pavimento, Comissão Processante Permanente, Laboratório de Informática, Departamento Financeiro, 24ª Promotoria de Justiça da Capital, Comissão Permanente de Licitação, Estúdio do Cesaf, Biblioteca e Diretoria de Inteligência.

4.4.5 Ação 2012: Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público

Quadro 4.4.5 – Resumo da ação

Título	2012 – Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público			
Descrição:	Elaboração do planejamento anual de cursos, congressos, seminários e encontros; contratação de empresas especializadas e pessoas físicas de notório saber para ministrar cursos, seminários e outros assuntos relacionados à capacitação; implementação do programa de formação e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores; Definição de sistemática de controle e acompanhamento de resultados das capacitações realizadas; Apoio a realização das Oficinas de Trabalho (divulgação, logística, estrutura, material, palestrante) e proporcionar subsídios para a graduação de servidores.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Servidores capacitados	Porcentagem	71	90,28	127,15%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
221.000,00	221.000,00	62.861,81	62.861,81	28,44%

Em relação à programação orçamentária, foi disponibilizado um montante de R\$ 221.000,00, conforme o quadro 4.4.5, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro). Foram empenhados R\$ 62.861,81, o que significa 28,44% dos recursos autorizados no exercício.

O baixo nível de execução da ação de aperfeiçoamento funcional se deve a diversos fatores que afetaram a gestão do órgão e a realização de ações de aperfeiçoamento funcional no exercício de 2014, dentre os quais citamos: o quadro de incerteza gerado pelo atraso nos repasses das quotas duodecimais pelo Governo do Estado, a remodelação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, com a estruturação de laboratório multimeios e a implementação do sistema *moodle* para viabilizar o ensino a distância, a elaboração pelo CESAF ao longo do ano e aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça somente no mês de dezembro de 2014, a existência de recursos para ações de aperfeiçoamento no FUNCESAF, entre outros fatores que contribuíram para a baixa execução orçamentária da ação.

Os recursos dispendidos nesta ação foram utilizados para pagamento de despesas de membros e servidores em eventos, cursos, seminários, congressos, pagamento de diárias, taxa de inscrição e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Assim, com os recursos disponíveis no decorrer de 201, foi possível ao CESAF organizar, intermediar e/ou realizar diretamente ou por meio de parcerias as ações planejadas nesta ação.

Também está inserido na presente ação o custeio de 21 bolsas auxílio de estudo para servidores deste Ministério Público em cursos de graduação, com benefícios de até 30% do valor do curso realizado.

A equipe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF viabilizou a construção do seu Plano Educacional para treinamento, desenvolvimento, atualização de membros e servidores desta PGJ.

Este conjunto de atividades com parcerias interinstitucionais está respaldado pelo Planejamento Estratégico Institucional 2010-2018, que possibilitou a definição de processos para a criação de uma cultura educativa no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Visando à qualificação do processo de trabalho, considerando sua natureza dinâmica e o desenvolvimento institucional, bem como a realização profissional dos membros e servidores desta instituição, o CESAF instituiu o Fluxograma de Capacitação, o qual permite, entre outros benefícios, padronizar os ritos processuais, disponibilizar aos servidores as ferramentas necessárias para a melhoria do seu trabalho, especificamente em relação à área-fim, conforme figura abaixo.

Figura 4.4.5.1 – Fluxograma de Capacitação Cesaf



Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

O CESAF vem desempenhando um papel indutor na identificação das necessidades de treinamento, visando sempre atender ao objetivo estratégico de “Assegurar o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público”. Este trabalho buscou avançar e aprimorar as parcerias com outras instituições no intuito de oportunizar a participação de membros e servidores em cursos gratuitos ou com custo acessível.

Tabela 4.4.5.1 – Atividades Consolidadas em 2014

Item	Descrição das atividades	Quantidade
1	Ofícios expedidos	75
2	Ofícios circulares expedidos	10
3	Memorandos expedidos	231
4	Pareceres	22
5	Planos para aprovação de curso pelo CSMP	5
6	Declarações/certificados	149
7	Eventos presenciais	13
8	Eventos presenciais compartilhados	9
9	Cursos à distância	3

10	Participação de integrantes do MPE/TO em eventos externos	19
11	Participação nos cursos à distância compartilhados em parceria com o CESAF	16
12	Eventos institucionais sob responsabilidade do CESAF	3
13	Eventos externos com a participação de integrantes do CESAF	6
14	Participação em reuniões de interesse institucional	8
15	Acordos de cooperação firmados	8
Total		577

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

Para atender à finalidade da presente ação, importantes iniciativas foram realizadas, conforme resumo de eventos de capacitação, a seguir:

Tabela 4.4.5.2 – Resumo de eventos de capacitação

Item	Atividades	Participantes	Carga Horária
1	I Curso de preparação para a carreira do Ministério Público – Palmas/TO.	05	60
2	Curso Moodle para administradores – Palmas/TO.	13	20
3	Curso de formação de brigada de incêndio – Palmas/TO.	41	16
4	Curso de formação de brigada de incêndio – Guaraí/TO.	03	08
5	II curso de preparação para a carreira do Ministério Público – Palmas/TO.	04	80
6	Workshop sobre o cadastro ambiental Rural-Car – Palmas/TO.	07	24
7	I e II Curso de preparação para a carreira do Ministério Público – Palmas/TO.	07	20
8	Wokshop sobre direção tática e antissequestro – Palmas/TO.	19	08
9	Curso de instrumentalização do combate à improbidade administrativa – Palmas/TO	97	16
10	III Curso de preparação para a carreira do Ministério Público – Palmas/TO.	02	80
11	III Curso de preparação para a carreira do Ministério Público – Palmas/TO.	02	20

12	Curso de formação de brigada de incêndio – Araguaína/TO.	10	08
13	Palestra sobre o sistema extrajudicial virtual do MPE/TO.	156	03
14	Curso atualização em Direito Processual Civil – Palmas/TO	06	100
15	Curso sistema de registro de preços (com as alterações introduzidas pelo decreto nº. 7.892/2013.) – Palmas/TO.	02	16
16	Curso contratação de eventos de capacitação na administração pública – Palmas/TO.	01	20
17	Workshop – Simba, Palmas/TO	10	02
18	Curso administração da justiça e direitos humanos na ótica do judiciário – Palmas/TO.	02	20
19	Curso Filosofia do Direito – Palmas/TO.	04	45
20	Curso redação de ementas jurisprudenciais – Palmas/TO.	02	08
21	Curso perspectivas filosóficas sobre direitos humanos – Palmas/TO.	02	06
22	Curso desoneração da folha de pagamento – Palmas/TO.	03	16
23	Oficina de elaboração de edital, termo de referência, projeto básico e julgamento das propostas para obras públicas e serviços de engenharia – Brasília/DF.	01	16
24	Treinamento do software 12 Anlyst's notebook Brasília/DF.	01	24
25	Operação de inteligência de sinais - Florianópolis/SC	01	32
26	Gestão integral da folha de pagamento de pessoal e remuneração no serviço público - Fortaleza/CE	01	25
27	E-social: Novo sistema de controle das obrigações trabalhistas e previdenciárias – Palmas/TO.	02	08
28	Segurança pessoal e executiva – Curitiba/PR	01	48
29	10º Encontro Nacional do Terceiro Setor e Assembleia da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações – Belo Horizonte/MG	01	11
30	E-social: Novo sistema de controle das obrigações trabalhistas e previdenciárias – Palmas/TO.	02	04

31	Treinamento do IV Curso de análise LAB-LD – São Paulo/SP	01	35
32	Curso sobre o sistema GPWEB – Palmas/TO	15	24
33	Curso sobre E-social e DCTF-PREV nos órgãos públicos - Salvador/BA	03	16
34	5º Congresso brasileiro de gestão do MP – Brasília/DF	01	16
35	III Workshop de análise financeira da RED-LAB – Brasília/DF	01	21
36	V Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público – ENSSMP – Salvador/BA	01	20
37	Fórum nacional de adolescentes do sistema socioeducativo – Palmas/TO.	05	24
38	II Congresso Internacional de Direitos Humanos -Brasília/DF	01	24
39	Simpósio Contabilidade para membros do Ministério Público --Brasília/DF	01	05
40	Conferência Desenvolvimento e Governança Territorial: da teoria à prática, oportunidades e desafios com base na experiência brasileira e europeia – Palmas/TO.	01	02
41	Colóquio Internacional de Justiça Juvenil - Porto Alegre/RS	01	24
42	Orientações sobre a prestação de contas 2014 – Palmas/TO.	01	08
43	ASP – Ciclo de gestão do investimento público	02	12
44	Legislação aplicada à logística de suprimentos - turma 01/2014	01	30
45	Direito administrativo para gerentes no setor público	01	35
46	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	01	20
47	Direito administrativo para gerentes no setor público	01	35
48	Capacitação em direito do consumidor	08	60
49	Licitações e contratos	01	60
50	Plano de saúde e relações de consumo	03	60
51	Introdução ao orçamento público	01	40
52	Direito eleitoral	02	40
53	Resolução consensual de conflitos coletivos	01	50
54	Ética e administração pública	01	40
55	Legislação aplicada à logística de suprimentos turma 05/2014	01	30

56	Ouvidoria na administração pública	01	20
57	Controles na administração pública	01	30
58	Gestão e fiscalização de contratos administrativos: nível intermediário	01	40

Fonte: Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

*Dados passíveis de atualização, uma vez que a apuração dos concluintes ainda está em andamento.

Em 2014, o CESAF empreendeu esforços para garantir, através do planejamento das ações educacionais, a incorporação de novas tecnologias, tais como transmissão online e plataforma Moodle, buscando assim, ampliar a oferta, qualidade e o alcance dos conteúdos educacionais oferecidos aos integrantes deste Parquet.

Outro importante avanço foi a efetivação de parcerias estratégicas que podem impulsionar e oportunizar a participação de membros e servidores em cursos gratuitos ou com custo acessível.

4.4.5.1 Oferta e participação nos eventos presenciais sob direta responsabilidade do CESAF, em 2014:

I Curso de Preparação para a Carreira do Ministério Público – Palmas/TO

Objetivo: Aprofundar para os novos Promotores de Justiça empossados o conhecimento e funcionamento das estruturas e *modus operandi* do MPE/TO

Inscritos/Concluintes: 05

Carga Horária: 60

Período: 04 a 14 de Fev/14

Curso Moodle para administradores – Palmas/TO

Objetivo: Capacitar servidores na administração da plataforma Moodle

Inscritos/Concluintes: 13

Carga Horária: 20

Período: 22 e 23 de Abr/14

Curso de formação de brigada de incêndio – Palmas

Objetivo: Fornecer aos participantes os conhecimentos necessários à prevenção e atuação em situações de incêndio

Inscritos/Concluintes: 41

Carga Horária: 16

Período: 12 a 15 de Mai/14

• Curso de formação de brigada de incêndio – Guaraí/TO

Objetivo: Fornecer aos participantes os conhecimentos necessários à prevenção e atuação em situações de incêndio

Inscritos/Concluintes: 03

Carga Horária: 08

Período: 27 e 28 de Mai/14

• II Curso de Preparação para a Carreira do Ministério Público – Palmas/TO

Objetivo: Aprofundar para os novos (as) promotores de justiça empossados o conhecimento e funcionamento das estruturas e *modus operandi* do MPE/TO

Inscritos/Concluintes: 04

Carga Horária: 80

Período: 02 a 13 de jun/14

• Workshop sobre o Cadastro Ambiental Rural-Car – Palmas/TO

Objetivo: Instruir equipe para realizar operação básica de GPS, conhecer as principais etapas do Car e operar a ferramenta denominada portal Ambiental Municipal – Pam.

Inscritos/Concluintes: 07

Carga Horária: 24

Período: 09 a 11 de Jun/14

• I e II Curso de Preparação para a Carreira do Ministério Público – Palmas/TO

Objetivo: Aprofundar para os novos Promotores de Justiça empossados o conhecimento e funcionamento das estruturas e *modus operandi* do MPE/TO.

Inscritos/Concluintes: 07

Carga Horária: 20

Período: 16 a 18 de Jun/14

• Workshop sobre direção tática e antissequestro – Palmas/TO

Objetivo: Proporcionar o aprendizado tático operacional para a condução segura, defensiva e evasiva no transporte de autoridades.

Inscritos/Concluintes: 19, sendo 12 do MPE e 07 de órgãos parceiros

Carga Horária: 08

Período: 16 de Ago/14

• Curso de instrumentalização do combate à improbidade administrativa – Palmas

Objetivo: Fomentar o debate acerca do tema relacionado; capacitar membros e servidores do MPE/TO; promover a integração, a troca de conhecimentos e o compartilhamento de soluções entre os agentes que atuam na área; e fornecer subsídios necessários ao desempenho das funções ministeriais.

Inscritos/Concluintes: 97

Carga Horária: 16

Período: 25 e 26 de Set/14

• III Curso de preparação para a carreira do Ministério Público – Palmas/TO

Objetivo: Aprofundar para os novos Promotores de Justiças empossados o conhecimento e funcionamento das estruturas e *modus operandi* do MPE/TO

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 80

Período: 06 a 18 de Nov/14

• III Curso de preparação para a carreira do Ministério Público – Palmas/TO

Objetivo: Aprofundar para os novos Promotores de Justiças empossados o conhecimento e funcionamento das estruturas e *modus operandi* do MPE/TO

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 20

Período: 19 a 21 de Nov/14

• Curso de formação de brigada de incêndio – Araguaína/TO

Objetivo: Fornecer aos participantes os conhecimentos necessários à prevenção e atuação em situações de incêndio.

Inscritos/Concluintes: 10

Carga Horária: 08

Período: 10 e 11 de nov/14

• Palestra sobre o sistema extrajudicial virtual do MPE/TO

Objetivo: Apresentar aos participantes o sistema extrajudicial virtual do MPE/TO e as

orientações técnicas necessárias a sua boa operacionalização.

Inscritos/Concluintes: 156

Carga Horária: 03

Período: 11 de Dez/14

4.4.5.2 Oferta de eventos presenciais compartilhados em parceria com o CESAFA

➔ Curso atualização em Direito Processual Civil

Objetivo: Oferecer uma visão atual do direito processual civil; enfatizar o aprendizado em disciplinas teóricas e práticas que tenham relevância na atuação profissional; possibilitar aos participantes uma atualização com base em análise das últimas alterações sofridas pelo Código de Processo Civil; e capacitar os servidores que atuam na área-fim do Poder Judiciário, a fim de lhes permitir um melhor desenvolvimento das atividades de prestação jurisdicional.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAFA

Inscritos/Concluintes: 06

Carga Horária: 100

Período: Fev a Mai/14

Local: Palmas/TO

➔ Curso sistema de registro de preços (com as alterações introduzidas pelo decreto nº. 7.892/2013.)

Objetivo: Preparar todos os profissionais envolvidos em certames licitatórios, órgãos públicos e empresas privadas, familiarizando-os com as exigências das leis e da jurisprudência; com a possibilidade e a vantagem de realizar as compras através do sistema de registro de preços, destacando as diferenças trazidas pelo novel decreto nº 7.892/2013 que regulamenta a aplicação do sistema de registro de preços na esfera federal, bem como à luz da lei nº 8666/1993 (das licitações e contratos), nº 10.520/2002 (dos pregões), do decreto nº 3.555/2000 (do pregão presencial), do decreto nº 5.450/2005 (do pregão eletrônico) e das mais recentes decisões do Tribunal de Contas da União.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAFA

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 16

Período: Fev/2014

Local: Palmas/TO

➔ Curso contratação de eventos de capacitação na Administração Pública

Objetivo: Preparar os profissionais envolvidos em certames licitatórios.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAF

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 20

Período: Março e Abr/2014

Local: Palmas/TO

Workshop – Simba

Objetivo: Apresentar aos participantes o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba) e as orientações técnicas necessárias a sua boa operacionalização.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAF

Inscritos/Concluintes: 10

Carga Horária: 02

Período: Abr/2014

Local: Palmas/TO

➔ Curso administração da justiça e direitos humanos na ótica do judiciário

Objetivo: Proporcionar aos participantes uma visão sobre o sistema luso-brasileiro.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAF

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 20

Período: Abr/2014

Local: Palmas/TO

➔ Curso Filosofia do Direito

Objetivo: Aprofundar o conhecimento filosófico jurídico.

Instituição responsável: TRE-TO/CESAF

Inscritos/Concluintes: 04

Carga Horária: 45

Período: Junho a Julho/2014

Local: Palmas/TO

➔ Curso redação de ementas jurisprudenciais

Objetivo: Discutir parâmetros metodológicos para a elaboração de ementas com vistas a uma maior informatividade para fins de pesquisas em repertórios e bases dados jurisprudenciais.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAF

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 08

Período: Ago/2014

Local: Palmas/TO

➔ Curso perspectivas filosóficas sobre direitos humanos

Objetivo: Aprofundar a discussão filosófico jurídica, por meio da realização de três oficinas convergentes na temática dos direitos humanos.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAF

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 06

Período: Out/2014

Local: Palmas/TO

➔ Curso desoneração da folha de pagamento

Objetivo: Orientar os servidores que atuam na área e atividades administrativas-financeira fornecendo subsídios para gerenciamento de contratos, de uma forma eficiente e eficaz, enfatizando a composição de custos, precificação e repactuação, bem como a apresentação de etapas de elaboração da planilha de formação de custos da contratação, detalhamento dos procedimentos de acompanhamento dos contratos, com vistas à repactuação de preços, por ocasião da prorrogação de prazos contratuais, previstos no artigo 57, inciso II da lei no 8.666/93 e discussão da legislação trabalhista e tributária vigente e sua aplicação efetiva nas contratações dos serviços continuados e cálculo dos efeitos financeiros da desoneração da folha de pagamento regulamentada pela lei 12.546.

Instituição responsável: ESMAT/TJTO/CESAF

Inscritos/Concluintes: 03

Carga Horária: 16

Período: Nov/2014

Local: Palmas/TO

4.4.5.3. Esfera normativa

Quadro 4.4.5.3.1 – Projetos e atos normativos

Documento	Objetivo	Situação
Plano Educacional CESAF	Estabelecer bases teóricas, metodológicas e pedagógicas do CESAF para melhor contribuição com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos membros e servidores.	Aprovado. Resolução nº 010/2014-CPJ.
Projeto Didático-Pedagógico EAD CESAF	Ampliar a oferta de cursos por meio da plataforma de educação a distância moodle, viabilizando a participação de membros e servidores lotados em todo o estado.	Apresentado na 79ª sessão ordinária do CPJ, realizada nos dias 7 e 11 de abril de 2014. Está sendo executado desde julho de 2014.
Regimento Interno	Regulamentar a estrutura, organização e funcionamento do CESAF.	Aprovado. Resolução nº 005/2014/CPJ.
Ato de Instrutoria	Oportunizar o engajamento de membros e servidores na elaboração, planejamento e realização das atividades educacionais desenvolvidas pelo CESAF.	Ato PGJ nº 060/2014, de 2 de junho de 2014.
Programa de Estágios do MPE/TO	Visa propiciar a estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior o desempenho de atividades complementares em sua área de formação, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.	Aprovado. Resolução nº 009/2014-CPJ.

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

4.4.5.4. Esfera tecnológica

Quadro 4.4.5.4.1 – Investimento CESAF

Aquisição	Finalidade	Situação
Equipamentos de áudio e vídeo	Produção de conteúdos educacionais para EAD e comunicação institucional.	1ª etapa concluída – dezembro de 2013. 2ª etapa – empenho realizado em novembro de 2014, o procedimento está na fase de entrega dos materiais.
Mobiliário para laboratório de multimeios	Produção de conteúdos educacionais para EAD e comunicação institucional.	A licitação foi realizada e encontra-se aguardando homologação.

		As poltronas foram entregues no dia 19.12.2014.
Serviços de instalação do laboratório de multimeios	Produção de conteúdos educacionais para EAD e comunicação institucional.	Serviços concluídos. Com a inauguração do laboratório de multimeios realizada em 10.12.2014.

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

4.4.5.5. Esfera Educativo Formacional

4.4.5.5.1 Oferta e participação nos cursos à distância sob responsabilidade direta do CESAF

● III Etapa dos 1º e 2º cursos de preparação para a Carreira do Ministério Público

Objetivo: Aprofundar para os novos Promotores de Justiças empossados o conhecimento e funcionamento das estruturas e *modus operandi* do MPE/TO.

Instituição responsável: CESAF

Inscritos/Concluintes: 07

Carga Horária: 20

Período: Julho a setembro de 2014

Local: Palmas/TO

● Curso de formação de tutores para atuação em ambientes online

Objetivo: Formar tutores para atuação em cursos a distância promovidos pelo CESAF.

Instituição responsável: CESAF

Inscritos/Concluintes: 35

Carga Horária: 40

Período: Setembro a novembro de 2014

Local: Palmas/TO

● III Etapa dos 3º curso de preparação para a carreira do ministério público

Objetivo: Aprofundar para os novos (as) promotores de justiças empossados o conhecimento e funcionamento das estruturas e *modus operandi* do MPE/TO.

Instituição responsável: CESAF

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 20

Período: Novembro a fevereiro de 2015

Local: Palmas/TO

4.4.5.6. Participação de integrantes do MPE-TO em eventos externos

- Oficina de elaboração de edital, termo de referência, projeto básico e julgamento das propostas para obras públicas e serviços de engenharia

Objetivo: Orientar e preparar os participantes para que estejam aptos a elaborar a documentação necessária ao processo licitatório (edital, termo de referência e projeto básico) e avaliar as propostas apresentadas pelos licitantes, com vistas a assegurar o sucesso da implementação do projeto planejado.

Instituição responsável: Empresa Elo

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 16

Período: Fevereiro de 2014

Local: Brasília/DF.

- Treinamento do software 12 Anlyst's notebook

Objetivo: Capacitar servidores para o trabalho no Lab-LD/MPE/TO

Instituição responsável: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/Lab-LD/MJ

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 24

Período: Fevereiro de 2014

Local: Brasília/DF.

- Operação de inteligência de sinais

Objetivo: Otimizar as ações de segurança institucional

Instituição responsável: Empresa Digitro Tecnologia

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 32

Período: Março de 2014

Local: Florianópolis/SC

- Gestão integral da folha de pagamento de pessoal e remuneração no serviço público

Objetivo: Capacitar os participantes na elaboração, processamento e controle da folha de pagamento, convalidação dos eventos de lançamento no sistema *Athenas* e emissão do relatório de verificação mensal.

Instituição responsável: Empresa Esafi Cursos e Treinamento

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 25

Período: Abril de 2014

Local: Fortaleza/CE

- E-social: Novo sistema de controle das obrigações trabalhistas e previdenciárias

Objetivo: Capacitar os participantes para estudo e execução de ações necessárias à implantação do sistema E-social no MPE/TO.

Instituição responsável: IEL/TO, Sistema FIETO.

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 08

Período: Maio de 2014

Local: Palmas/TO

- Segurança pessoal e executiva

Objetivo: Otimizar as ações de segurança institucional.

Instituição responsável: Empresa Tees Brasil Tactical Explosive Entry School

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 48

Período: Junho de 2014

Local: Curitiba/PR

- 10º Encontro Nacional do Terceiro Setor e Assembleia da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações

Objetivo: Promover debates e a integração/articulação entre os setores da administração pública e iniciativa privada envolvidos com o tema.

Instituição responsável: CEMAIS E FUNDAMIG

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 11

Período: Junho de 2014

Local: Belo horizonte/MG

➤ E-social: Novo sistema de controle das obrigações trabalhistas e previdenciárias

Objetivo: Capacitar os participantes para estudo e execução de ações necessárias à implantação do sistema E-social no MPE/TO.

Instituição responsável: CRC/TO

Inscritos/Concluintes: 02

Carga Horária: 04

Período: Agosto de 2014

Local: Palmas/TO

➤ Treinamento do IV Curso de análise LAB-LD

Objetivo: Capacitar servidores para o trabalho no LAB-LD/MPE/TO

Instituição responsável: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/LAB-LD/MJ

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 35

Período: Agosto de 2014

Local: São Paulo/SP

➤ Curso sobre o sistema GPWEB

Objetivo: Orientar e capacitar os participantes para operação do sistema GPWEB.

Instituição responsável: Empresa GPWEB LTDA.

Inscritos/Concluintes: 15

Carga Horária: 24

Período: Setembro de 2014

Local: Palmas/TO

➤ Curso sobre E-social e DCTF-PREV nos órgãos públicos

Objetivo: Capacitar servidores para implantação do sistema E-social na instituição.

Instituição responsável: Esaf

Inscritos/Concluintes: 03

Carga Horária: 16

Período: Setembro de 2014

Local: Salvador/BA

➤ 5º Congresso brasileiro de gestão do MP

Objetivo: Aprimoramento dos profissionais do Ministério Público que atuam na área de Gestão.

Instituição responsável: CNMP

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 16

Período: Outubro de 2014

Local: Brasília/DF

➤ III Workshop de análise financeira da RED-LAB

Objetivo: Capacitar servidores para o trabalho no LAB-LD/MPE/TO

Instituição responsável: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/LAB-LD/MJ

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 21

Período: Outubro de 2014

Local: Brasília/DF

➤ V Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público – ENSSMP

Objetivo: Aprimoramento dos profissionais do serviço social que atuam nos Ministérios Públicos, para a sistematização de boas práticas no âmbito das políticas públicas.

Instituição responsável: MPE-BA

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 20

Período: Outubro de 2014

Local: Salvador/BA

➤ Fórum Nacional de adolescentes do sistema socioeducativo

Objetivo: Capacitar o servidor na sua área de atuação.

Instituição responsável: Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

Inscritos/Concluintes: 05

Carga Horária: 24

Período: Novembro de 2014

Local: Palmas/TO

➤ II Congresso Internacional de Direitos Humanos

Objetivo: Promover o debate e a integração entre Brasil e Portugal acerca da temática dos Direitos Humanos.

Instituição responsável: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 24

Período: Outubro de 2014

Local: Brasília/DF

➤ Simpósio Contabilidade para membros do Ministério Público

Objetivo: Aprimorar os membros do MPE/TO sobre questões do tema.

Instituição responsável: MPDFT

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 05

Período: Outubro de 2014

Local: Brasília/DF

➤ Conferência Desenvolvimento e Governança Territorial: da teoria à prática, oportunidades e desafios com base na experiência brasileira e europeia

Objetivo: Capacitar e orientar o participante acerca do tema.

Instituição responsável: Universidade Federal do Tocantins - UFT

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 02

Período: Novembro de 2014

Local: Palmas/TO

➤ Colóquio internacional de justiça juvenil

Objetivo: Capacitar o servidor na sua área de atuação.

Instituição responsável: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 24

Período: Novembro de 2014

Local: Porto Alegre/RS

➤ Orientações sobre a prestação de contas 2014

Objetivo: Capacitar e orientar o participante acerca do tema.

Instituição responsável: Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO

Inscritos/Concluintes: 01

Carga Horária: 08

Período: Dezembro de 2014

Local: Palmas/TO

4.4.5.7. Oferta e participação nos cursos à distância compartilhados em parceria com o CESA F

Tabela 4.4.5.7.1 – Oferta e participação nos cursos à distância compartilhados em parceria com o CESA F

Item	Atividade	Instituição responsável	Inscritos/Concluintes	Carga horária	Período
1	ASP – Ciclo de gestão do investimento público	ENAP	02	12	Fev/14
2	Legislação aplicada à logística de suprimentos - turma 01/2014	ENAP	01	30	Fev a mar/14
3	Direito Administrativo para gerentes no setor público	ILB	01	35	Fev a mar/14
4	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	ILB	01	20	Fev a abr/14
5	Direito Administrativo para gerentes no setor público	ILB	01	35	Fev a mar/14
6	Capacitação em direito do consumidor	ENDC/ MJ	08	60	Mar a abr/14
7	Licitações e contratos	SENASP/ MJ	01	60	Mar a abr/14
8	Plano de saúde e	ENDC/MJ	03	60	Mar a abr/14

	relações de consumo				
9	Introdução ao orçamento público	ILB	01	40	Mai a jul/14
10	Direito eleitoral	CDEMP	02	40	Jul a set/14
11	Resolução consensual de conflitos coletivos	ENAM/ MJ	01	50	Ago a set/14
12	Ética e Administração Pública	ILB	01	40	Ago/14
13	Legislação aplicada à logística de suprimentos turma 05/2014	ENAP	01	30	Ago a set/14
14	Ouvidoria na Administração Pública	CGU/ILB	01	20	Set a out/14
15	Controles na Administração Pública	Instituto Serzedello Corrêa/TCU	01	30	Out/14
16	Gestão e fiscalização de contratos administrativos: nível intermediário	Instituto Serzedello Corrêa/TCU	01	40	Nov a dez/14

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

4.4.5.8. Eventos institucionais sob responsabilidade do CESAF

Tabela 4.4.5.8.1 – Eventos institucionais sob responsabilidade do CESAF

Item	Evento	Atuação do CESAF	Período
1	Wokshop: Todos juntos por um Brasil mais acessível	Gravação audiovisual, edição e corte de imagens, orientação de interprete de libras, produção de DVD e disponibilização em conta do MPE/TO no Youtube.	Abr/14
2	Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça	Inicialmente: gravação audiovisual, edição e corte de imagens, produção de DVD e disponibilização aos membros.	Set a nov/14
		Transmissão das sessões	Dez/14
3	Sessões Conselho superior MPE/TO	Inicialmente: gravação audiovisual, edição e corte de imagens, produção de DVD para disponibilização aos membros.	Set a nov/14
		Transmissão das sessões	Dez/14

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

4.4.5.9. Eventos externos com a participação de integrantes do CESAF

Tabela 4.4.5.9.1 – Eventos externos com a participação de integrantes do CESAF

Item	Evento	Instituição Promotora	Integrante	Período
1	Banca de defesa de doutorado	UNB	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	Jan/ 14
2	Encontro de educação infantil/pró-infância/ região norte	UNDIME, FEITO, UNDIME NACIONAL, SEDIC-TO, MEC		Mar/14
3	Banca de qualificação de mestrado	UFT/ESMAT		Jul/14
4	Bancas de pré-qualificação de especialização <i>lato sensu</i> em Administração Pública	UFT/ESMAT		Ago/14
5	Bancas de pré-qualificação de especialização <i>lato sensu</i> em administração do Judiciário	UFT/ESMAT		Set/14
6	Banca de defesa de Dissertação de Mestrado	UFT/ESMAT		Dez/14

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

4.4.5.10. Participação em reuniões de interesse institucional

Tabela 4.4.5.10.1 – Participação em reuniões de interesse institucional

Nº	REUNIÕES DE INTERESSE INSTITUCIONAL	OBJETIVO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
1	Escola Superior do Ministério da União – ESMPU – Brasília/DF	Articular celebração de acordo de cooperação	Mar/14
2	1ª Reunião do Colégio de Diretores de Escola e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CDEMP – Curitiba/PR	Discutir a atuação e integração das escolas e centros de estudos do Ministério Público Brasileiro	Mar/14
3	Reitoria da Universidade Federal do Tocantins – Palmas/TO	Articular celebração de acordo de cooperação	Mar/14
4	Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins Palmas/TO	Articular celebração de acordo de cooperação	Mar/14
5	Escola Superior do Ministério	Conhecimento dos detalhes da estrutura de funcionamento e sistemas	Abr/14

	Público de Goiás Goiânia/GO	do núcleo de ensino a distância da ESMP/GO e articular celebração de acordo de cooperação	
6	Reunião extraordinária do Colégio de Diretores de Escola e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CDEMP – Brasília/DF	Discutir a atuação e integração das escolas e centros de estudos do Ministério Público Brasileiro	Abr/14
7	2ª Reunião extraordinária do Colégio de Diretores de Escola e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CDEMP – Fortaleza/CE	Discutir a atuação e integração das escolas e centros de estudos do Ministério Público Brasileiro	Mai/14
8	Projeto Conte até 10 – Escola Superior da Magistratura Tocantinense Palmas/TO	Discutir a realização do Curso Conte até 10 nas Escolas	Ago/14

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

4.4.5.11. Ampliação de Convênios e Termos de Cooperação interinstitucional para incrementação de cursos e a formação profissional dos integrantes do MPE-TO.

Tabela 4.4.5.11.1 – Convênios e Termos de Cooperação Interinstitucionais para incrementação de cursos/formação.

Período	Termos de Cooperação firmados
2014	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins/Escola Superior da Magistratura Tocantinense; Ministério da Justiça/Escola Nacional de Mediação – Enam; Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; Ministério Público do Estado de Goiás; IB/Consulting/FGV; Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins -TRE-TO; Faculdade Católica do Tocantins – FACTO; e Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF)

4.4.5.12. Ações de Incentivo à Produção Científica

No que concerne às ações de incentivo à produção científica promovidas

pelo CESAFA, pode-se destacar a publicação, em novembro de 2014, do 12º número da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins e a abertura do edital para o recebimento de artigos para o 13º número.

No ano de 2014, o Centro de Estudos procurou implementar a estruturação do Laboratório de Produção de Multimeios para a produção, edição e transmissão, via web, das atividades educacionais desenvolvidas pelo CESAFA, visando à ampliação da oferta de cursos, sobretudo, para os integrantes que se encontram nas Promotorias do interior do Estado do Tocantins.

Quanto às metas de capacitação, foram previstas 12.420 horas para o ano de 2014 no Planejamento Estratégico Institucional, entretanto, foram alcançadas 9.086 horas, desconsideradas as desistências.

Importante frisar que parte significativa das atividades promovidas por instituições parceiras, cujo acesso por membros e servidores foi efetivamente viabilizado pelo CESAFA, não foi informada pelos concluintes ao MP-TO, impossibilitando o registro dos certificados e contabilização das horas de capacitação realizadas.

4.4.6 Ação 2154: Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE

Quadro 4.4.6 – Resumo da ação

Título	2154 – Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE			
Descrição:	Realização de atividades dos programas de gestão do Ministério Público do Tocantins, abrangendo: reuniões, eventos, deslocamentos e serviços necessários ao desenvolvimento dos Programas Gespública, Planejamento Estratégico e REICLAMP.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Pontos no GESPÚBLICA	Unidade	940	586	62,34%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

Diante da contenção das despesas pelo não repasse do duodécimo por parte do Governo do Estado e da não conclusão da Revisão do Planejamento Estratégico Institucional, foi necessário que a equipe se desdobrasse para executar ações cuja execução não dependeu de recursos orçamentários, o que possibilitou o surgimento de melhorias nos processos do órgão.

Nesse sentido, a prioridade foi dada para a conclusão da Autoavaliação do Programa Gespública referente ao período 2013/2014, cujo resultado mereceu destaque na mídia e rendeu a este Ministério Público do Estado do Tocantins a certificação de nível 6 em Gestão Pública passando a pontuação do órgão no sistema de autoavaliação dos 209 pontos no ciclo 2011/2012 para 586 pontos neste ciclo.

No que tange ao Planejamento Estratégico 2010-2018, foram desenvolvidos e aprovados os Planos de Segurança Institucional e de Aperfeiçoamento Funcional, os quais foram aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça e têm por meta alcançar os objetivos estratégicos institucionais.

O Ministério Público ainda manteve seu trabalho frente ao Núcleo Estadual de Excelência na Gestão Pública – NEGP/TO, onde foi realizada uma forte mobilização das instituições públicas no Tocantins para adesão ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), cujo trabalho resultou na certificação em gestão de mais órgãos públicos do Estado do Tocantins, em especial: Unidades da Polícia Militar e o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Também na atuação frente ao núcleo, foram feitas diversas palestras e cursos para capacitar os servidores de entidades adesas ou com intenção de adesão.

O Ministério Público do Tocantins também participou ativamente do Fórum Nacional de Gestão, com o principal intuito de definir estratégias de gestão dos Ministérios Públicos, políticas de valorização dos membros e servidores, procedimentos uniformes e otimizados nas áreas de orçamento e planejamento e rol de indicadores nacionais.

4.4.7 Ação 2177: Implementação e manutenção das ações de segurança institucional

Quadro 4.4.7 – Resumo da ação

Título	2177 – Implementação e manutenção das ações de segurança institucional			
Descrição:	Aquisição de equipamentos de segurança e vigilância; gerenciamento das medidas de segurança orgânica dos membros e servidores do Ministério Público; levantamento dos pontos de fragilidade no sistema de segurança; estruturação das unidades do MPE com equipamentos de segurança e vigilância; e realização de segurança física das instalações, mediante a contratação de vigilância armada.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação em segurança	Porcentagem	65	65	100
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 2.300.000,00	R\$ 3.604.600,00	R\$ 3.443.009,12	R\$ 3.099.526,87	95,52

O valor previsto na LOA 2014 para a Ação contou com a dotação inicial no valor de R\$ 2.300.000,00, considerada para descontinuar parte dos postos de vigilância armada. Entretanto, dada a dificuldade de finalizar o Plano de Segurança Institucional e deixar os prédios sem os serviços de segurança necessários para garantir o bom funcionamento do Ministério Público, em especial, no interior do Estado, o Órgão fez gestão junto ao Poder Executivo para conseguir uma suplementação de recursos que pudesse fazer frente à manutenção dos postos de vigilância armada.

Após a garantia dos recursos para manter o contrato de vigilância armada, a gestão se esforçou na conclusão do Plano de Segurança Institucional, cujo resultado foi aprovado no Colégio de Procuradores de Justiça em dezembro de 2014.

O Plano de segurança institucional do MP-TO traz um consolidado de ações necessárias para garantir a segurança das informações, das comunicações, das pessoas, do patrimônio, dos materiais e do acesso aos prédios.

O plano de segurança institucional também contempla as disposições do Conselho Nacional do Ministério Público.

Durante o exercício, dada a autorização da Comissão Permanente de Segurança Institucional, a Procuradoria-Geral de Justiça deu início a importantes ações que já antecipavam o plano de segurança, tais como: instalação de cercas concertinas

(cortantes) nos prédios do MP-TO, em fase de licitação, e a contratação dos serviços de monitoramento dos prédios por alarmes e CFTV (circuito fechado de televisores) que também está em processo licitatório e proverá todos os prédios deste órgão com equipamentos modernos de segurança.

A tabela abaixo aponta os principais recursos realizados para consecução dos objetivos da presente ação:

Tabela 4.4.7.1 – Principais despesas 2013-2014, em (R\$).

Tipo de Serviço	2013	2014
Vigilância Armada	2.942.996,07	R\$ 3.379.290,12
Instalação de Cercas Concertinas	-	61.590,00

Fonte: Departamento Administrativo

4.4.8 Ação 2184: Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Quadro 4.4.8 – Resumo da Ação

Título	2184 – Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público			
Descrição:	Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes a avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apurar infrações disciplinares.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria Mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
65.000,00	65.000,00	37.038,11	37.038,11	56,98%

A Corregedoria-Geral, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do Ministério Público do Tocantins e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a administração superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério Público.

As correições têm buscado verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

As atividades de inspeção estão previstas na Lei Complementar nº 51, de 02 de Janeiro de 2008, que prevê “A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o Órgão da Administração Superior do Ministério Público encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.”

Foram realizadas diversas visitas em Promotorias no interior do estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de Execução. A seguir, destacamos as Promotorias de Justiça correccionadas no decorrer de 2014:

Tabela 4.4.8.1 – Promotorias Correccionadas, em 2014.

Item	Data	Local	Cidade
1	24 a 26/02/14	1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
2	24 a 26/02/14	2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
3	24 a 26/02/14	3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
4	24 a 26/02/14	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
5	24 a 26/02/14	5ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
6	27/02/14	Promotoria de Justiça de Araguacema	Araguacema
7	24/03/14	Promotoria de Justiça de Xambioá	Xambioá
8	25/03/14	Promotoria de Justiça de Ananás	Ananás
9	26/03/14	1ª Promotoria de Justiça de Araguatins	Araguatins

10	26/03/14	2ª Promotoria de Justiça de Araguatins	Araguatins
11	27/03/14	Promotoria de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis
12	28/03/14	Promotoria de Justiça de Axixá	Axixá do Tocantins
13	28/03/14	Promotoria de Justiça de Itaguatins	Itaguatins
14	31/03/14	1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis
15	31/03/14	2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis
16	31/03/14	3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis
17	14/04/14	1ª Promotoria de Justiça de Guaraí	Guaraí
18	14/04/14	2ª Promotoria de Justiça de Guaraí	Guaraí
19	14/04/14	3ª Promotoria de Justiça de Guaraí	Guaraí
20	15/04/14	Promotoria de Justiça de Colmeia	Colmeia
21	13 a 14/05/14	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
22	13 a 14/05/14	2ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
23	13 a 14/05/14	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
24	13 a 14/05/14	4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
25	13 a 14/05/14	5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
26	13 a 14/05/14	6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
27	13 a 14/05/14	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
28	15/05/14	Promotoria de Justiça de Ponte Alta	Ponte Alta do Tocantins
29	18/08/14	Promotoria de Justiça de Taguatinga	Taguatinga
30	19/08/14	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins	Aurora do Tocantins

31	20/08/14	Promotoria de Justiça de Arraias	Arraias
32	22/08/14	Promotoria de Justiça de Paranã	Paraná
33	21/08/14	Promotoria de Justiça de Palmeirópolis	Palmeirópolis
34	10 e 11/09/14	1ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins	Colinas do Tocantins
35	10 e 11/09/14	2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins	Colinas do Tocantins
36	10 e 11/09/14	3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins	Colinas do Tocantins
37	12/09/14	Promotoria de Justiça de Arapoema	Arapoema
38	16/09/14	Promotoria de Justiça de Novo Acordo	Novo Acordo

Fonte: Corregedoria-Geral.

Foram autuados diversos procedimentos disciplinares no decorrer de 2014, pela Corregedoria Geral, destacando-se por classe processual:

Tabela 4.4.8.2 – Procedimentos administrativos

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em andamento
Reclamação	13	5	17	1	-
Sindicância	1	23	6	-	18
Inquérito Administrativo	4	1	2	2	1
Solicitação	1	-	11	-	-
Outros	-	-	-	11	-

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 4.4.8.3 – Fluxo de expedientes, em 2014

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Editais de Correições Ordinárias	-	2	7	4	-	-	-	6	3	-	-	-	22
Expedientes Recebidos	52	84	62	89	84	50	50	73	38	39	57	61	793
Memorandos Circulares Expedidos	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7
Memorandos Expedidos pela Secretaria	13	10	21	23	24	9	11	13	18	12	8	13	175
Memorandos Expedidos	3	2	5	3	1	3	3	4	5	8	2	4	43

pela Chefia de Gabinete													
Ofícios Expedidos pela Secretaria	2	46	105	33	50	7	6	38	25	14	8	23	357

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 4.4.8.4 – Atos Extrajudiciais Disciplinares, em 2014

Descrição	Quantidade
Mandado de Notificação	55
Mandado de Intimação	15
Mandado de Cientificação	61
Decisão	54
Despacho	66
Oitiva	22
Portaria	25
Ata	23
Recomendação	3
Total	324

Fonte: Corregedoria-Geral

Em relação às atividades, no período de 2011-2014, foram realizados:

Tabela 4.4.8.5 – Atividades da Corregedoria Geral no período 2011/2014

Descrição de atividades	2011	2012	2013	2014
Correições	75	37	71	38
Promotorias	66	37	71	38
Procuradorias e SubProcuradoria	9	-	-	-
Avaliações de estágios de Membros	4	10	-	8
Processos administrativos instaurados	65	86	122	32
Procedimentos administrativos	64	79	121	29
Súmula de acusação	01	07	1	3
Processos	53	56	103	37

administrativos arquivados				
Total	197	189	296	115

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 4.4.8.6 – Outras atividades realizadas em 2014.

Especie	Quantidade
Processos de acompanhamento de Estágio Probatório	08
Relatórios de avaliação de Estágios Probatórios	39
Cursos Preparatório para Carreira do Ministério Público	03
Elaboração de Guia de Boas Práticas na Atividade Ministerial	01
Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção – Antiguidade	172
Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção – Merecimento	190
Participação em Sessões do Colégio de Procuradores	29
Participação em Sessões do Colégio Superior do Ministério Público	14

Fonte: Corregedoria-Geral

4.4.9 Ação 2250: Manutenção da Diretoria de Inteligência

Quadro 4.4.9 – Resumo da ação

Título	2250 – Manutenção da Diretoria de Inteligência			
Descrição:	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; Disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência; Deslocamentos de Integrantes da Diretoria de Inteligência para a realização de atividades de inteligência; Ampliação da Plataforma de Interceptação de Monitoramento de Sinais – Guardião e de outros sistemas de inteligência e contrainteligência do MPE; Atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com pessoal, equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho de suas atribuições.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Sala Mantida	Unidade	1	1	100

Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
150.000,00	115.000,00	74.910,05	74.910,05	65,14

Realizar a gestão estratégica de informações reservadas, através do exercício metodológico de inteligência, repassar aos entes organizacionais o conhecimento produzido e o apoio necessário às operações de inteligência, contrainteligência e investigação, são algumas das atribuições da Diretoria de Inteligência do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Para tanto, o órgão procura disponibilizar e manter atualizadas as mais modernas ferramentas de investigação disponíveis, como interceptação telefônica, de meios de comunicação eletrônicos (como e-mails e outros comunicadores), ferramentas de tratamento de informações bancárias e fiscais, entre outros, fundamentais para se realizar investigações de forma mais célere e eficiente.

Outro fator de sucesso para a realização de procedimentos investigatórios é a capacidade e atualização de seu quadro funcional. Nesse sentido, temos procurado manter a Diretoria de Inteligência na vanguarda do conhecimento da área, através da participação em cursos e eventos promovidos pelos órgãos correlatos, como os promovidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Ação de natureza singular desenvolvida pela Diretoria de Inteligência e que possui fundamental importância para a garantia das funções ministeriais pelos membros do MP/TO, é a garantia da segurança institucional, a qual tem sido amplamente debatida e passa por inovações constantes sob a liderança da Diretoria de Inteligência, como pode ser observado na ação específica para a Segurança Institucional.

No âmbito da manutenção da Diretoria de Inteligência, os principais gastos são com a manutenção do sistema de interceptação de sinais.

Também são custeados, na ação, eventuais gastos com diárias para deslocamento da equipe de inteligência para operações ou levantamentos.

Apresentamos abaixo, um resumo da atuação da Diretoria de Inteligência em números evolutivos, considerando os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014:

Tabela 4.4.9.1 – Resumo das atividades realizadas 2011/2014

Tipo de Atividade	Quantidade			
	2011	2012	2013	2014
Memorandos	21	27	43	38
Ofícios	15	07	07	06
Operações do Sistema Guardiã	87	72	83	69
Ordem de Missão	03	02	-	-
Relatórios do CNMP	11	09	-	-
Relatórios de Inteligência	14	08	22	-
Relatórios de Operações	08	03	13	04
Relatórios à Corregedoria Geral do MP	-	-	12	-
Medidas de Segurança aproximada de membros e servidores	-	-	03	04
Total	159	128	183	121

Fonte: Diretoria de Inteligência

4.4.10 Ação 2251: Realização das ações de combate às organizações criminosas

Quadro 4.4.10 – Resumo da ação

Título	2251 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição:	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ações que envolvam o controle regional da atividade policial.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
ações de combate ao crime organizado	Unidade	2.910	4.132	141,99%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
145.000,00	92.000,00	64.963,96	52.968,65	70,61%

No ano de 2014, o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado, atuando em conjunto com a Divisão de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro – DRACOL e o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), obteve avanço na estratégia de combate ao crime organizado e a lavagem de dinheiro.

Como resultado resumido da atuação do GAECO, apresentamos o quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 4.4.10.1 – Resumo de atividades do GAECO, período de 2011/2014

Tipo de atividade	Quantidade			
	2011	2012	2013	2014
Consultas	6.314	3.829	2.285	3.160
Convênios	01	-	04	02
Medida cautelar	07	02	01	01
Memorandos	108	108	256	145
Nota técnica	39	67	34	144
Ofícios	150	141	234	219
Oitivas	46	18	33	47
Pareceres	07	02	-	-
Peças de informação	16	-	25	09
Relatórios	263	06	-	-
Reunião	20	47	290	310
Procedimento Investigatório Criminal	-	-	06	03
Peça Preliminar	-	-	08	11
Requerimento	-	-	02	-
Nota de informação	-	-	34	26
Relatório de análise	-	-	03	12
Relatório de inteligência	-	-	04	10
Viagens Institucionais	-	-	09	16
Denúncia	-	-	01	01
Representação Criminal	-	-	01	10
Carta Precatória	-	-	01	01
Recomendação	-	-	01	01
Requisição de instauração de inquérito policial	-	-	04	03

Recurso	-	-	-	01
---------	---	---	---	----

Fonte: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Os principais gastos nesta ação foram a manutenção dos sistemas do LAB-LD e com diárias.

4.4.11 Ação 2252: Realização das ações de comunicação do Ministério Público

Quadro 4.4.11 – Resumo da ação

Título	2252 – Realização das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição:	Ampla divulgação das ações constitucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como TV, rádio, jornal, outdoor, revistas, sites e outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação da comunicação institucional	%	100	100	100,00
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
240.000,00	264.400,00	234.404,51	229.111,51	88,66%

Fonte: SIAFEM

No ano de 2014, a Assessoria de Comunicação do MP/TO implantou novos produtos, que visam atender aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico “Ter Comunicação Institucional efetiva” e “Ter Comunicação Interna Efetiva”. Atualmente, a equipe da Assessoria de Comunicação conta com quatro (4) jornalistas, um (1) fotógrafo, um (1) cinegrafista, um (1) designer, um (1) revisor e um (1) administrativo.

A Assessoria de Comunicação procura divulgar conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que possuam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenham uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse essa intenção, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Portanto, o Ministério Público tem procurado facilitar o acesso a informações relativas a suas atividades e resultados obtidos, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos. Podemos visualizar esses serviços realizados durante o ano de 2014 por meio da análise da tabela a seguir:

Tabela 4.4.11.1 – Comparativo de publicações de 2013/2014, em (unid)

Área de atuação	2013					2014				
	Web	Jornais	TV	Rádio	Total	Web	Jornais	TV	Rádio	Total
Cidadania	216	53	76	17	362	164	49	145	21	379
Consumidor	468	76	28	43	615	302	52	75	57	486
Criminal	223	81	47	32	383	198	83	92	22	395
Educação	135	26	31	20	212	99	49	39	14	201
Eleitoral	159	49	13	22	243	175	171	184	86	616
Execuções penais	115	31	18	19	183	80	23	67	14	184
Infância	149	39	16	21	225	161	46	39	26	272
Institucionais	1012	72	32	42	1158	906	39	61	65	1071
Meio ambiente	191	46	48	15	300	56	29	56	39	180
Probidade administrativa	132	55	72	35	294	101	53	58	64	276
Saúde	325	42	69	42	478	203	21	71	65	360
Outros	364	237	115	74	790	25	14	80	30	149

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 4.4.11.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO de 2013/2014

Área de visualização	2013	2014
Acesso à informação	2.855	3.697
Concurso	152.849	483
Gestão estratégica	2.563	545
Institucional	-----	-----
Licitação	-----	-----
Mapa da corrupção	1.006	52
Ouvidoria	-----	-----
Portal da Transparência	34.216	13.134
Procuradoria e Promotorias	10.918	15.789
Outros	1.305.682	1.020.114
TOTAL	1.552.219	1.253.814

Fonte: Depto. de Tecnologia da Informação

Tabela 4.4.11.3 – Publicações e serviços – 2014, em (unid).

Descrição	exemplares	Edições
Revista MP	2.000	01
Comunica MP	100	02
Cartazes para o elevador	-	8
Cartazes A3	-	3
Cartões de cumprimento	-	11
Jornal mural	5	15
Modelos de certificado	-	04
Envelope/Encarte para CD/DVD	-	02
Faixas em lona	02	01
Placas de inauguração/ Estacionamento	-	04
Adesivos	-	01
Convites	-	04
Calendário de mesa	400	01
Camiseta	50	02
Folder	-	01
Carteiras funcionais membros/ servidores	-	26
Arte de blocos	-	02
Relatório de Gestão	500	01
Revista Jurídica	500	01
Banner em lona	-	06
Informativo CAOPIJ (digital)	-	04
Informativo CAOP Consumidor (digital)	-	01
Cartilha CAOPIJ	-	01
Cartilha ADRC	2000	01
Cartilha Corregedoria	50	01
Releases	-	516
Exposições fotográficas		03
Vídeos filmados e editados	-	40
Eventos fotografados		
Fotografia	22.477	
Eventos	298	

Fonte: Assessoria de Comunicação

Nesta perspectiva, além das atividades de rotina da equipe, outros serviços foram disponibilizados, bem como novos projetos foram executados, conforme podemos

observar a seguir.

JORNAL MURAL- EXPRESSO MP

Com o intuito de integrar e informar o público interno no âmbito do MPE, a Assessoria de Comunicação passou a produzir o jornal mural Expresso MP. Com periodicidade quinzenal, a publicação está disponibilizada nos cinco pisos da sede da PGJ e ainda no link Sala de Imprensa, no portal da Instituição. O mural surgiu como uma oportunidade de melhoria dentro do Comitê do Programa Gespública.

APRENDENDO DIREITO E RESGATANDO CIDADANIA

O projeto Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania foi reeditado no ano de 2014, passando a abranger os municípios de Gurupi e Colinas, além de Palmas, que já fora atendida nas edições anteriores. O projeto incentivou a produção de radioreportagens com o histórico de problemas identificados por alunos em suas comunidades, que, em seguida, foram informados à Ouvidoria do MPE e distribuídos às Promotorias de Justiça das respectivas áreas. Participaram do projeto três (3) escolas estaduais de cada comarca; aproximadamente 2000 estudantes conheceram as instalações do Ministério Público. Além disso, foram ministradas palestras acerca das atribuições do MPE e dos direitos fundamentais do cidadão por membros e analistas nas escolas.

CIDADANIA NO CAMPO

Realizado durante o ano de 2014 em 07 escolas da rede pública municipal e estadual, o projeto envolveu 54 servidores da instituição que realizaram ações voluntárias nas escolas, atendendo mais de 3500 crianças da zona rural. O projeto também incluiu um stand da Ouvidoria que recebeu em torno de 50 manifestações de pais e integrantes das comunidades rurais visitadas. Para realização do projeto, os recursos utilizados vieram das doações de parceiros para aquisição de lanches e materiais das oficinas, além de recursos dos próprios servidores. Foi também realizada parceria com a Polícia Militar e CIPAMA para mais oficinas e palestras.

25 ANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS

Durante o ano de 2014 foi executada uma campanha publicitária voltada à

sociedade tocantinense para divulgação dos 25 anos do MP-TO e atribuições da instituição, utilizando pesquisa de mercado, VT, cartaz, spot e peças para redes sociais. Para a criação, execução e veiculação da campanha foram utilizados recursos do MPE.

MP FALA COM O CIDADÃO

A Assessoria de Comunicação deu continuidade ao projeto “MP Fala com o Cidadão”, no ano de 2014, que visa à formação de parcerias para a divulgação dos serviços prestados pelo Ministério Público do Tocantins à sociedade. A principal ação do projeto compreende o quadro “Ação e Cidadania”, apresentado às quartas-feiras, durante o Jornal do “Meio Dia” da TVE Tocantins. No quadro, com duração de cerca de 5 minutos, um membro do MPE responde a perguntas do apresentador, de internautas e da população em geral sobre um tema específico. No ano de 2014 foram exibidos 27 quadros.

Outra ação é a veiculação de VTs e spots na Fundação de Radiodifusão Educativa (Redesat – TVE Tocantins e 96 FM). Além da parceria com a Redesat, o “MP fala com o Cidadão” conta com a parceria da Assembleia Legislativa do Tocantins, por meio da TV Assembleia, que também veicula os VTs produzidos pelo MPE.

4.4.12 Ação 2253: Realização das ações para defesa do interesse público no processo judicial

Quadro 4.4.12 – Resumo da ação

Título	2253 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário			
Descrição:	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação do MPE realizada	Unidade	158.000	250.509	158,55
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				

Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
570.000,00	445.600,00	352.118,45	346.821,48	79,02

Em 2014 o Ministério Público do Tocantins chegou aos 25 anos de existência reafirmando sua independência e sua história de crescimento. Para servir ao cidadão com mais qualidade e eficiência, reestruturou seus centros de apoio, desenvolveu novos projetos de comunicação, foi enfático na verificação do desempenho de seus órgãos de execução, entre outras ações.

Tudo feito de forma compartilhada, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior e Corregedoria-Geral, dividindo responsabilidades e somando experiências na tomada das principais decisões.

Todas as ações empreendidas pelo Ministério Público tiveram a finalidade de tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocantinenses, fato conferido na evolução das ações finalísticas promovidas pela instituição, que se veem em escala progressiva no período de 2010 a 2014.

Visando maior economicidade e eficiência, os Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caops), órgãos auxiliares do Ministério Público do Tocantins, que possuíam atribuições muito próximas foram fundidos, o que possibilitou melhor aproveitamento dos servidores, equipamentos e materiais de consumo; integração de conhecimento; e melhor atendimento às demandas técnicas apresentadas pelas promotorias de Justiça. Antes, o MPE possuía oito Caops; hoje são cinco.

Nesse sentido, os antigos centros de apoio das áreas de Patrimônio Público e Criminal foram integrados em um só. O mesmo aconteceu com os Caops da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher, atualmente unificados.

A integração das atribuições desses centros foi acompanhada da readequação em termos de estrutura física. Os Caops que não passaram pelo processo de fusão também tiveram suas áreas de atuação revistas e ampliadas, visando um atendimento integral às necessidades das promotorias de justiça.

O total de ações dos membros passou de 231.048 em 2013 para 250.509 no ano de 2014, conforme dados dos Relatórios de Atuação Funcional, o que representa um

crescimento de 8,42% no volume de ações finalísticas em apenas um ano;

As ações de Combate à Violência Doméstica excederam a previsão em 598%, alcançando um total de 17.388 ações, com destaque para a atuação do Núcleo Maria da Penha e do CAOP da Mulher;

No Combate ao Crime Organizado, foram feitas 4.132 ações, muito acima da previsão inicial de 216 ações, número conseguido com os investimentos realizados e com as ações coordenadas pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado;

Nas Ações de Conservação e Preservação do Meio Ambiente também houve produção acima da estimativa, com um total de 9.329 ações realizadas, o que representa 3.534% acima da meta;

Nesse mesmo passo, a área de Fiscalização da Política do Idoso alcançou 583 ações realizadas;

Seguindo com os resultados positivos apresentados nos últimos anos, a área de Fiscalização da Execução da Política Pública de Saúde alcançou 4.428 ações, frente a uma estimativa de apenas 210;

A Fiscalização das Políticas Públicas de Educação alcançou o volume de 373 ações realizadas;

Outra área que vem despertando cuidados do Ministério Público, alvo de cada vez mais ações, a Fiscalização da Execução de Penas e Medidas de Segurança foi responsável por 14.382 ações realizadas;

Já na área de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos foram realizadas 6.110 ações;

Assim também na fiscalização do Direito Eleitoral, onde foram executadas 7.747 ações;

Destaque na atuação do MP/TO nos últimos anos, a atuação relativa ao Direito do Consumidor, destacada pela atuação das Operações Pró-consumidor, teve volume de 2.800 ações;

A área da Infância e Juventude contribuiu com 12.875 ações visando garantir o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, além de promover as medidas socioeducativas e de proteção.

Além do ganho de produtividade, o órgão experimentou um salto qualitativo na atuação, que resultou na indicação de diversos membros para compor comissões em organismos estaduais e nacionais.

Ao destacar a atividade finalística, cumpre dar ênfase ao trabalho desenvolvido pelos Centros de Apoio Operacional, que passamos a relatar, resumidamente:

PATRIMÔNIO PÚBLICO E CRIMINAL

As atividades desenvolvidas pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público (CAOP Patrimônio Público) consistem em dar apoio técnico aos membros deste Órgão Ministerial no âmbito do patrimônio público, isto é, prestar auxílio na análise de inquéritos civis ou procedimentos investigatórios que servem de suporte para a propositura das Ações Civis Públicas e/ou ações por ato de improbidade administrativa, Recomendações, Audiências Públicas com a finalidade de anular ato lesivo ao Patrimônio Público, bem como a responsabilização dos agentes públicos, de modo a otimizar a efetividade desses serviços.

Em relação às solicitações de questões controvertidas, mediante ofício, consulta via telefone ou e-mail pelos membros do interior e da Capital, CAOP Patrimônio busca contribuir com pesquisas, orientações, pareceres, modelos de ações, elaboração de planilhas de cálculos de atualização monetária, procedimentos investigatórios e diligências, sendo certo que todos esses atos são desempenhados de maneira interdisciplinar pelos servidores tanto nos feitos jurídicos como contábeis.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 4.4.12.1 – Realizações CAOP Patrimônio, em 2013/2014

Atividades Finalísticas	2013	2014
Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	4.690	9.752
Processos de acompanhamentos	2	2

Relatórios técnicos	41	25
Pesquisas / atendimentos	67	98
Vistorias	6	4
Sistema de pesquisa	3	6
Promoção de Eventos	-	-
Reuniões	2	2
Audiências Públicas	2	-
Participações em eventos	-	-
Seminários	6	2
Cursos	1	3
Oficinas	-	-
Reuniões	12	13
Seminários, Foruns, Conferências e Encontros	3	-
Atividades Meio	2013	2014
Ofícios	-	-
Expedidos	91	98
Recebidos	46	51
E-mail	-	-
Expedidos	186	202
Recebidos	252	266

Fonte: Centro Operacional do Patrimônio Público – CAOP Patrimônio

CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E MULHER

Criado em observância ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar nº 12, o Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCID, órgão de apoio à atividade funcional do Ministério Público, tem como função precípua subsidiar as Promotorias de Justiça com atuação na área da Saúde Pública, sempre que solicitado, com informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, que tratam da execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e do estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. A saúde é um direito fundamental do ser

humano, portanto, o Estado deve prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, cabendo ao Ministério Público zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Cabe, também, a este Centro de Apoio o exercício de atividades indutoras da política institucional, notadamente estimulando a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuam na área da cidadania.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 4.4.12.2 – Realizações CAOCID, em 2014

Especificação	Quantidade
Atendimentos a membros	10
Atendimentos ao público	45
Reuniões realizadas	7
Vistorias/Inspeções realizadas	-
Participações em cursos, seminários, oficinas, conferências	3
Participações em eventos	2
Participações em eventos	2
Recomendações emitidas	-
Pareceres Técnicos emitidos	2
Projetos em execução*	-
Ofícios/Memorando/Circulares	78
Palestras	1
Coleta de exames para DNA	11
Total	161

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCID

* No âmbito da Saúde, existem dois projetos em andamento, um referente à regularização dos agentes de saúde nos municípios tocantinenses, inclusive quanto a adequação da nova legislação (Lei nº 12.994/2014) e outro referente à compra de medicamentos disponíveis na farmácia estadual, ambos serão encaminhados aos promotores com atuação na área, bem como aos órgãos superiores;

* No âmbito da Cidadania, está sendo realizado um estudo sobre homologações trabalhistas, cujo resultado será encaminhado para os órgãos superiores.

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOCON desenvolveu diversas atividades com o objetivo de promover a defesa dos direitos dos consumidores, cujo foco esteve voltado para áreas específicas como o combate à revenda clandestina de gás liquefeito petróleo – GLP; implementação do site Consumidor Vencedor com a inserção de informações sobre as vitórias no âmbito do consumidor obtidas por diversas Promotorias de Justiça; elaboração e assinatura de Termos de Cooperação com diversos órgãos estaduais para fortalecimento das ações; publicação de informativo do CAOCON; envio para execução do procedimento relativo ao Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) à 23ª Promotoria de Justiça da Capital para análise do Termo de Ajustamento de Conduta; ações para combate à venda de carne clandestina; ações para combate à venda de produtos impróprios para o consumo (vencidos e estragados); ações para melhoria das estruturas dos estabelecimentos comerciais e observância das boas práticas; ações para o combate à venda de queijo e leite sem procedência; dentre outras atividades correlatas.

A principal atividade desenvolvida pelo CAOCON é a de articular, organizar e coordenar o Projeto Operação Pró-Consumidor. Trata-se de um trabalho desenvolvido por uma equipe formada por servidores de diversas instituições afins ao Direito do Consumidor. Este grupo se desloca até a cidade onde atua o Promotor de Justiça que solicita previamente o deslocamento da equipe responsável pela fiscalização dos estabelecimentos comerciais.

O foco de atuação da Operação é determinado pelo Promotor de Justiça, que na solicitação da ação, informa a área de interesse, podendo ser supermercados, açougues, padarias, farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite *in natura*, entre outros. Em 2014, as Operações tiveram uma dinâmica diferenciada, sendo que durante a realização dos trabalhos o Promotor local atuou em conjunto com a Coordenação do CAOCON, tendo autonomia, como órgão de execução, para determinar o caráter pedagógico e/ou repressivo da atuação da equipe.

Dentre os parceiros que estiveram presentes nas Operações, pode-se mencionar os seguintes: Procon, Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária dos Municípios fiscalizados, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Durante o ano de 2014, foram realizadas 09 operações Pró-Consumidor nas seguintes cidades: Araguaína, ¹Natividade, Chapada da Natividade, Santa Rosa, Porto Nacional, Aparecida do Rio Negro, ²Gurupi, Peixe, Augustinópolis, Araguatins e Palmas.

Todas as operações tiveram grandes efeitos nas cidades onde ocorreram, visto que foram apreendidas centenas de quilos de produtos impróprios para consumo e lavrados diversos termos e autuações pelos órgãos parceiros.

Como resultados das ações do CAOP do Consumidor no período de 2012/2014, podemos destacar os seguintes:

Tabela 4.4.12.3 – Estabelecimentos visitados área consumidor, nos anos de 2012/2014

Estabelecimentos Visitados	Ano		
	2012	2013	2014*
Açougues	32	37	25
Postos de Combustíveis	09	01	06
Restaurantes, lanchonetes e panificadoras	31	07	08
Revendedoras de GLP	18	30	68
Supermercados	68	18	59
Outros	15	39	06
Total	160	132	172

Fonte: Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor

*Vários supermercados fiscalizados também possuíam açougue e/ou panificadora;

** Neste item estão incluídos abatedouros e laticínios.

Tabela 4.4.12.4 – Termos e autuações área consumidor (Órgãos Parceiros), em 2014

Órgãos Parceiros	Notificações	Interdições	Autos de Infração	Autos de Apreensão
Procon	16	-	-	16
Vigilância Sanitária Municipal	85	02	26	51
Vigilância Sanitária Estadual	-	-	01	01
Corpo de Bombeiros	35	01	01	-

1 Estas cidades (Natividade, Chapada e Santa Rosa) foram inspecionadas em operação específica e durante os trabalhos realizados em Gurupi, na operação GLP;

2 Em Gurupi houve duas operações: uma de GLP e uma no comércio geral.

ANP*	09	05	06	05
CIPRA/FISCO**	-	-	01	01

Fonte: Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor

* Agência Nacional de Petróleo – ANP

** Companhia Independente de Polícia Militar Rodoviária e Ambiental – CIPRA

Tabela 4.4.12.5 – Demonstrativo das ações por cidade, em 2014

Cidade	Foco da Ação	Quantidade		
		Estabelecimentos	Itens	Autuações
Araguaína	GLP	16	1786	09
Natividade	GLP	15	-	12
Chapada da Natividade	GLP	03	-	02
Santa Rosa do Tocantins	GLP	03	-	01
Porto Nacional	Comércio Geral	14	648	49
Aparecida do Rio Negro	Comércio Geral	14	-	14
Peixe	GLP	01	242	04
Gurupi	GLP	15	425	09
Natividade/Chapada e Santa Rosa ³	GLP	09	-	-
Palmas/Porto Nacional	GLP	06	-	11
Gurupi	Comércio Geral	21	1.118	61
Augustinópolis	Comércio Geral	30	997	53
Araguatins	Comércio Geral	25	55	28
Total	-	172	5.271	253

Fonte: Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor

No que se refere às medidas para regularizar o setor de revenda de GLP, foram

3 Tendo em vista as constatações ocorridas na primeira fiscalização, foi realizado um retorno às cidades de Natividade, Chapada e Santa Rosa, com acompanhamento da ANP;

executadas fiscalizações em conjunto com o Corpo de Bombeiros em diversos estabelecimentos nas cidades do interior do estado do Tocantins.

Além da regularização dos pontos de revenda GLP, o Ministério Público preocupou-se também com a questão da conformidade do transporte do GLP com a legislação, especificamente em relação ao serviço de entrega, visto tratar-se de um produto perigoso e que por isso necessita de cautelas em seu manejo e transporte para evitar acidentes.

Segue, abaixo, quadro demonstrativo das realizações do CAOPDC nos anos de 2010 a 2014.

Tabela 4.4.12.6 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC, período de 2010/2014.

Atividades finalística	Quantidade				
	2010	2011	2012	2013	2014
Pareceres	-	-	-	01	01
Processos de acompanhamentos ⁴	07	13	06	12	09
Relatórios	03	05	04	08	15
Vistorias	114	309	160	128	172
Recomendações	-	04	5	-	-
TACs	04	06	01	-	
Promoção de eventos					
Seminário	-	01	-	02	02
Oficinas	-	-	-	-	04
Pesquisas	-	-	-	18	-
Participações em eventos					
Audiências públicas	-	02	-	12	-
Cursos	-	-	-	04	02
Oficinas	-	-	-	-	-
Reuniões	19	19	9	18	04
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	1	-	-	02	01
Atividades Meio					
Ofícios e Memorandos					

4 A partir da orientação do CNMP os procedimentos passaram a ser autuados como Notícia de Fato;

Expedidos	142	369	164	82	137
Recebidos	61	85	55	113	100
E-mail					
Expedidos	18	39	42	154	850 ⁵
Recebidos	-	-	61	235	700 ⁶
Outros (Convite, comunicado, portarias, etc...)					
Expedidos	-	-	-	15	04
Recebidos	-	-	-	08	03

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

COMBATE À VENDA E AO TRANSPORTE IRREGULAR DE GLP

Em 2014 o CAOCON iniciou suas atividades dando continuidade às medidas para combater à revenda e ao transporte irregular de gás liquefeito petróleo, sendo que as ações no ano se iniciaram com uma grande operação na cidade de Araguaína, ocasião em que houve a participação do Corpo de Bombeiros Militar – CMBTO e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Ainda no primeiro semestre foram realizadas operações voltadas para a fiscalização da venda de GLP nos municípios de Natividade, Chapada da Natividade, Santa Rosa, Gurupi e Peixe.

Nos casos das cidades maiores, Araguaína e Gurupi, houve a participação da ANP, o que possibilitou a atuação mais repressiva dos trabalhos, levando a interdição de estabelecimentos e a apreensão de botijões que estavam sendo vendidos de forma irregular.

CONSUMIDOR VENCEDOR

Consumidor Vencedor é um site do Ministério Público (MP), que promove aos cidadãos o acesso a informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores.

Em 2013 o MPE/TO assinou Termo de Cooperação Técnica com o MPE/RJ viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões

⁵ Quantidade aproximada pois devido a capacidade do e-mail foram feitos vários backups;

⁶ Quantidade aproximada pois devido a capacidade do e-mail foram feitos vários backups.

judiciais, provisórias ou definitivas, e termos de ajustamento de conduta obtidos na atuação do Ministério Público na defesa do consumidor.

Neste ano de 2014 as informações foram disponibilizadas no site da internet www.consumidorvencedor.mp.br mantido pelo MPE/RJ para acesso do público em geral.

ASSINATURA DE TERMOS DE COOPERAÇÃO COM ÓRGÃOS PARCEIROS

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor buscou, no ano de 2014, formalizar a Operação Pró-consumidor por meio de um Projeto ligado ao Planejamento Estratégico, almejando atingir aos objetivos estratégicos traçados.

O projeto foi subdividido em três fases, sendo a primeira a assinatura de Termo de Cooperação Técnica e Operacional com os parceiros da operação. O projeto foi executado com grande sucesso no exercício de 2014, tendo sido realizadas várias operações com o objetivo de atender às demandas existentes.

Foram convidados para assinar a Cooperação Técnica, inicialmente, os seguintes órgãos: Vigilância Sanitária Estadual (Secretaria Estadual da Saúde); PROCON (Secretaria Estadual de Defesa Social); Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins; Polícia Militar do Tocantins; Agência de Defesa Agropecuária – ADAPEC; Delegacia do Consumidor (Secretaria Estadual da Segurança Pública) e Secretaria Estadual da Fazenda.

Todos os representantes dos órgãos destacaram a importância das ações desenvolvidas e os avanços alcançados pelo trabalho realizado em conjunto.

PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVO DO CAOCON

No decorrer de 2014 foram publicadas 02 (duas) edições do informativo do CAOCON, uma no primeiro semestre e uma no segundo semestre. A publicação teve por objetivo divulgar informações, conhecimentos jurídicos e os resultados das operações realizadas no período.

Dentre os assuntos abordados nos informativos, além das ações desenvolvidas pelo CAOCON, foram divulgadas Notas Técnicas publicadas pela

Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, selecionadas para publicação por critério de importância, com base na recorrência de reclamações no Estado sobre os temas abrangidos.

OUTRAS ATUAÇÕES DO CAOCON

Durante os trabalhos desenvolvidos no ano de 2014, foram realizadas ações visando combater a venda de produtos impróprios para o consumo, ou seja, vencidos, danificados e/ou armazenados de forma inadequada. Milhares de produtos foram encontrados nestas condições e foram retirados das gôndolas pelas ações desenvolvidas com os parceiros.

Os produtos sem procedência vendidos sem informações dos órgãos de fiscalização (S.I.F, S.I.E e S.I.M) foram apreendidos e descartados em local próprio, sendo soterrados ou incinerados para uma maior segurança sanitária. Além disso, foram prestadas orientações aos comerciantes e aos consumidores sobre os riscos de se adquirir produtos impróprios para o consumo e/ou sem procedência.

Também foram distribuídas dezenas de exemplares do Código de Defesa do Consumidor – CDC e centenas de *folders* informativos do CAOCON, visando proporcionar orientações tanto aos comerciantes quanto aos consumidores em geral.

Os trabalhos desenvolvidos pelo CAOCON ocorreram durante todo o ano, entretanto a execução da operação Pró-consumidor ocorreu entre os meses de maio e novembro, quando foram fiscalizados diversos municípios, com a participação dos órgãos envolvidos.

Quanto aos recursos utilizados, foram produzidos *folders* a serem distribuídos aos consumidores, bem como realizados deslocamentos para transporte da equipe do CAOCON, responsável por acompanhar os trabalhos.

Importante ressaltar a grande repercussão, nas mídias estadual e local, das ações realizadas nas fiscalizações, inclusive com manifestações de apoio, em especial no caso de Augustinópolis.

Vale destacar a quantidade de itens retirados de circulação por estarem em desacordo com a legislação vigente, bem como a quantidade de informações geradas

através das notificações e dos autos expedidos durante os trabalhos. Isso permitirá aos órgãos parceiros o desenvolvimento de estratégias para atuação nos segmentos de maior incidência, e também possibilitará aos Promotores de Justiça com atuação na defesa do consumidor a execução de ações com base nas informações obtidas.

MEIO AMBIENTE

Quanto à atuação na área do Meio Ambiente, continuam sendo realizadas fiscalizações para o correto tratamento dos resíduos sólidos, ações para regularização das Áreas de Preservação Permanente, ações preventivas contra queimadas, fiscalização dos serviços públicos de tratamento de água e saneamento, além do acompanhamento da instalação de grandes empreendimentos, visando evitar os danos ambientais.

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (CAOUMA) destaca as principais ações realizadas em 2014:

O CAOUMA desenvolveu ações para dar prosseguimento ao Programa Propriedade Rural Legal, que tem como objetivo a regularização de 2.379 propriedades rurais do município de Palmas. Em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento Funcional – CESAF, o CAOUMA realizou “Oficina sobre Cadastro Ambiental Rural – CAR”, cujo público-alvo foram os parceiros do projeto, a fim de instruir equipe para realizar operações básicas com GPS, conhecer as principais etapas do CAR e operar a ferramenta Portal Ambiental Municipal – PAM, para o processo de varredura das propriedades localizadas na bacia do Ribeirão Taquarussu.

Considerando o crescimento de denúncias e indícios de parcelamento irregular do solo rural do município de Palmas para uso urbano, o Ministério Público, por meio do CAOUMA requereu aos órgãos municipais que atuam na gestão do território rural e urbano do município, a implantação de Procedimento Operacional Padrão – POP, para uso das instituições responsáveis pela fiscalização da ocupação do solo. O Termo de Cooperação Técnica entre o MPE e a Prefeitura Municipal de Palmas para adesão ao POP de combate a loteamento irregular deve ser celebrado no ano de 2015.

O CAOUMA mobilizou ação para constituição de grupo de trabalho para Regularização Fundiária Urbana nos municípios do Tocantins. As instituições que compõem o grupo são: Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano,

ITERTINS, Secretaria do Patrimônio da União, Programa Terra Legal da Amazônia do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto de arquitetos do Brasil, Terra Palmas, Secretaria da Habitação do município de Palmas, Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Palmas e Instituto Federal do Tocantins. No ano de 2015, o grupo de trabalho dará continuidade às atividades.

O Ministério Público, por meio do CAOUMA, mobilizou projeto de revitalização do estacionamento localizado no fundo da sede do MPE, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, Receita Federal e Prefeitura Municipal de Palmas. O modelo adotado para o canteiro foi o estacionamento floresta, em que árvores são plantadas nos canteiros centrais e também nas delimitações das vagas destinadas aos veículos, proporcionando maior sombreamento.

A seguir, o comparativo das realizações do CAOUMA nos anos de 2010 a 2014.

Tabela 4.4.12.7 – Outras atuações realizadas pelo CAOUMA, período de 2010/2014

Atividades Finalísticas	Quantidade				
	2010	2011	2012	2013	2014
Vistorias	132	123	65	54	59
Viagens	-	-	-	-	28
Relatórios	90	179	45	75	49
Pareceres	11	15	10	31	30
Mapas e Croquis	135	262	68	119	127
Processos de Acompanhamento	144	98	60	23	-
Demandas de Loteamentos	-	-	-	-	21
Promoção de Eventos					
Seminário	2	0	0	34	-
Oficinas	4	1	2	11	-
Cursos	-	-	1	2	1
Pesquisas	4	0	1	2	-
Reuniões	-	-	-	-	26
Participação em Eventos					
Audiências Públicas	4	2	4	15	4
Reuniões	110	79	25	287	62
Cursos	2	5	6	192	3

Oficinas	2	2	0	21	2
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	14	13	2	20	12
Atividades Meio					
Ofícios					
Expedidos	181	231	175	93	171
Recebidos	218	199	158	25	220
Ofícios Circulares					
Expedidos	-	-	-	-	8
Recebidos	-	-	-	-	29
Memorandos					
Expedidos	130	122	113	93	94
Recebidos	22	28	26	25	23
E-mail					
Expedidos	225	271	849	354	489
Recebidos	428	587	605	695	834

Fonte: Centro de Apoio operacional de Urbanismo, Habitacional e Meio Ambiente – CAOUMA

INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude destaca as principais ações realizadas em 2014:

PESQUISA SOBRE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

O CAOPIJ está realizando junto aos municípios tocantinenses um levantamento sobre as medidas socioeducativas em meio aberto. O estudo objetiva auxiliar os Promotores de Justiça na adoção de procedimentos judiciais e extrajudiciais voltados para a estruturação e implantação das medidas socioeducativas em todo o Estado, exigência constante na lei 12.594/2012 e, ainda, servir como referência para exigir dos Estados e da União a entrega de maiores subsídios e ajuda aos municípios brasileiros, para que a medida socioeducativa em meio aberto seja bem e fielmente executada.

ELABORAÇÃO DE PARECERES TÉCNICOS EDUCACIONAIS

No ano de 2014, atendendo as demandas dos Promotores de Justiça, o

CAOPIJ produziu pareceres técnicos versando sobre temas relacionados ao atendimento educacional especializado, educação infantil etc.

REALIZAÇÃO DE VISTORIAS EDUCACIONAIS

Em 2014 o CAOPIJ realizou diversas vistorias educacionais nas unidades escolares municipais e estaduais, urbanas e rurais, nos Municípios de Ponte Alta, Xambioá, Wanderlândia, Pedro Afonso, Darcinópolis, Piraquê, Cristalândia, Nova Rosalândia, São Félix, Miranorte, Lagoa da Confusão, Goiatins. Os relatórios circunstanciados produzidos pela equipe do CAOPIJ subsidiam a atuação dos Promotores de Justiça, porque retratam de forma detalhada aspectos relacionados à infraestrutura física dos equipamentos escolares, à existência e qualidade dos materiais didático-pedagógicos utilizados, os processos de formação do docente em trabalho, a qualidade da merenda e do transporte escolar, entre outros aspectos.

ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIO DE VISTORIA DO DETRAN EM TRANSPORTE ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES.

A pedido da Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, a direção do Detran encaminhou ao CAOPIJ calendário de Vistorias do Transporte Escolar no Estado, que foi encaminhado aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude a fim de que estes pudessem acompanhar a realização das vistorias em seus respectivos municípios de atuação. Após a realização do trabalho, o DETRAN encaminhou ao CAOPIJ os relatórios dos trabalhos realizados pela instituição, que foram então remetidos aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude para que adotassem as medidas cabíveis, na perspectiva de assegurar um transporte escolar seguro e de qualidade para os estudantes.

FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E DAS REDES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O CAOPIJ tem realizado junto com os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, reuniões com o objetivo de fortalecer a atuação dos conselheiros tutelares e de direitos das crianças e adolescentes bem como dos demais membros das Redes de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, como CRAS, CREAS, Polícias, Secretários de Assistência Social, Gestores Escolares etc.

REALIZAÇÃO DE PESQUISA SOBRE SITUAÇÃO DOS CMDCS'S

O CAOPIJ realizou em 2014 um levantamento de informações relativas ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do adolescente (CMDCA) dos municípios tocantinenses, solicitando aos gestores municipais informações referentes à: a) Lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras com eventuais alterações; b) Decreto que nomeia os membros da atual gestão do conselho; c) Ata da última reunião do Conselho; d) Local e endereço onde realizam as reuniões plenárias do Conselho; e) Plano Municipal de atendimento a criança e do adolescente; e, f) Resoluções do conselho(duas últimas).

REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES NAS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO

Em consonância as resoluções 67 e 71 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que versam respectivamente sobre a inspeção nas entidades de atendimento socioeducativo e nas entidades de acolhimento, a equipe do CAOPIJ realizou vistoria, nas entidades de acolhimento, CRAS, CREAS e CT de Porto Nacional Guaraí e Miranorte.

SITE DO CAOPIJ

A equipe do CAOPIJ, com a Equipe de Informática do MPE, faz atualização da página do CAOPIJ, a qual foi estruturada a partir da Política de Atendimento da Criança e Adolescente, disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nela estão disponibilizadas notícias, peças processuais judiciais e extrajudiciais, jurisprudências,

doutrinas, kits operacionais de atuação, links relacionados, os boletins informativos e demais produções do CAOPIJ como notas técnicas e planilhas temáticas, estudos e pesquisas e ainda notícias importantes na área da infância e juventude públicas em veículos de comunicação, locais e nacionais.

ATENDIMENTOS DIREITOS PELA EQUIPE DO CAOPIJ

Foram realizados, aproximadamente, 470 atendimentos diretos, via telefone, aos Promotores de Justiça, Prefeituras, Conselhos Municipais de Direitos, Conselhos Tutelares, Centros de Referência da Assistência Social, e comunidade.

REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA PROMOTORES DE JUSTIÇA RECÉM-EMPOSSADOS

A equipe do CAOPIJ participou de dois momentos de apresentação e preparação dos promotores empossados em 2014, abordando temas relacionados à infância e juventude e à atuação do CAOPIJ.

INCIDÊNCIA INSTITUCIONAL

O Centro de Apoio às Promotorias da Infância e Juventude realiza incidência institucional especialmente através da expedição de ofícios e de reuniões com diversas instituições: DETRAN, SEDUC, Tribunal de Justiça, Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Defesa Social, entre outras.

PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A equipe participa de vários espaços formativos e de articulação de políticas para a infância e juventude como Fórum Estadual de Educação, Fórum de Educação Infantil do Tocantins, Fórum de Educação do Campo, Fórum Permanente de Educação de Palmas, Rede Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, Oficinas Nacionais com famílias e adolescentes em situação de conflito com a Lei, Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes Glória de Ivone, Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Escola de Conselhos etc.

Seguem abaixo, as realizações do CAOPIJ no decorrer de 2014.

Tabela 4.4.12.8 – Atividades Realizadas CAOPIJ – 2014

Atividades finalística	Quantidade	
	2013	2014
Notas Técnicas	02	02
Pareceres	07	03
Relatórios (encaminhados aos Promotores de Justiça)	02	30
Vistórias na rede Municipal de Educação	15	15
Vistórias na rede acolhimento(entidades públicas e da sociedade civil organizada)	05	10
Promoção de eventos		
Seminários	03	01
Pesquisas	03	02
Participações em Eventos		
Audiências públicas		06
Capacitação	29	16
Atividades meio		
Ofícios		
Expedidos	74	71
Recebidos	100	136
Monitoramento de Denúncias do Disque Direitos Humanos(disque 100)	895	1182

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão que compõe a administração superior estando afeto à sua competência os assuntos de carreira, dentre os quais as deliberações sobre concurso público, promoção, remoção, procedimento para vitaliciamento de promotores de justiça substituto etc. No âmbito administrativo tem a seu cargo as decisões confirmando ou rejeitando as promoções de arquivamento de peças de informação ou inquérito civil público. Incumbe, também, a este colegiado, a análise dos Relatórios de Correição e Inspeção realizados pela Corregedoria-Geral, bem como, se for o caso, deliberar sobre providências a serem tomadas.

As sessões ordinárias são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, às 10 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões são públicas, salvo se houver matéria que envolva análise de procedimento administrativo ou outra que, por sua natureza, reclame sigilo.

O Conselho Superior tem como membros natos o Procurador- de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, e o Corregedor-Geral do Ministério Público, João Rodrigues Filho. Conta, ainda, com três membros eleitos pelos Promotores de Justiça e Colégio de

Procuradores, alternadamente, hoje representados pelos Procuradores José Omar de Almeida Júnior, Alcir Raineri Filho e José Demóstenes de Abreu.

Informamos na tabela abaixo o comparativo de atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2013/2014:

Tabela 4.4.12.9 – Atividades do Conselho Superior 2013/2014

atividades do Conselho Superior		
Descrição das atividades	2013	2014
Atos	23	42
Circular	04	02
Editais de Apoio Institucional Cumulativo	-	01
Editais de Substituição Cumulativa Promotor de Justiça	04	02
Editais de Substituição Cumulativa Procurador de Justiça	01	-
Editais de auxílio nas sessões do júri popular	01	-
Editais de Remoção/Promoção Publicados	24	46
Extrato de Atas Ordinárias	10	10
Extrato de Atas Extraordinárias	06	04
Feitos autuados	256	360
Feitos julgados	234	220
Memorandos	198	207
Ofícios	238	258
Pautas Ordinárias	10	10
Pautas Extraordinárias	06	04
Remoção por permuta	01	01
Resoluções	08	09
Recomendações	02	-
Sessões Ordinárias	10	10
Sessões Extraordinárias	06	04
Súmulas	10	-

Fonte: Conselho Superior do Ministério

CARTÓRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE 1º E 2º INSTANCIAS

O Cartório de Distribuição das Promotorias de Justiça tem por objetivo primordial dar apoio técnico e administrativo aos membros na execução de notificações e encaminhamentos de documentos oriundos do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça, Centros de Apoio – CAOPS e, atualmente, no caso do Cartório de 1ª Instância, documentos da área administrativa.

Para efeito de cadastro, controle e acompanhamento, atualmente são registrados através do sistema ARQUIMEDES, normatizado pelo Ato nº 082/2013, que dispõe sobre atuação, movimentação e conclusão dos processos administrativos da

Procuradoria-Geral de Justiça, determinando registro e a padronização destes documentos, que tiveram um considerável aumento neste ano de 2014.

Tabela 4.4.12.10 – Atividades do Cartório de Distribuição 2º Instância 2013/2014

Descrição	2013	2014
Ofícios	02	02
Memorandos	35	54
Certidões	07	19
Relatório Processual	290	280
Pautas cíveis e criminais	180	178
Distribuição de Processos	5.621	6.836
Guias de tramitação	8.612	9.005
Total	14.747	16.374

Fonte: Cartório de Distribuição – 2º Instância

Tabela 4.4.12.11 – Atividades do Cartório de Distribuição 1º Instância 2013/2014

Descrição	2013	2014
Notícia de Fato	606	726
Procedimento Preparatório	82	379
Procedimento Administrativo	12	05
Inquérito Civil Público	03	05
Carta Precatória	03	03
Total	706	1.118

Fonte: Cartório de Distribuição – 1º Instância

No ano de 2014 foi observado um aumento na execução dos serviços de atuações, em contrapartida, houve uma redução na tramitação de autos judiciais físicos, fato atribuído E-proc, sistema de transmissão eletrônica de atos processuais, ferramenta presente no dia a dia de membros e servidores do Ministério Público do Tocantins (MPE).

5. PROGRAMA 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público

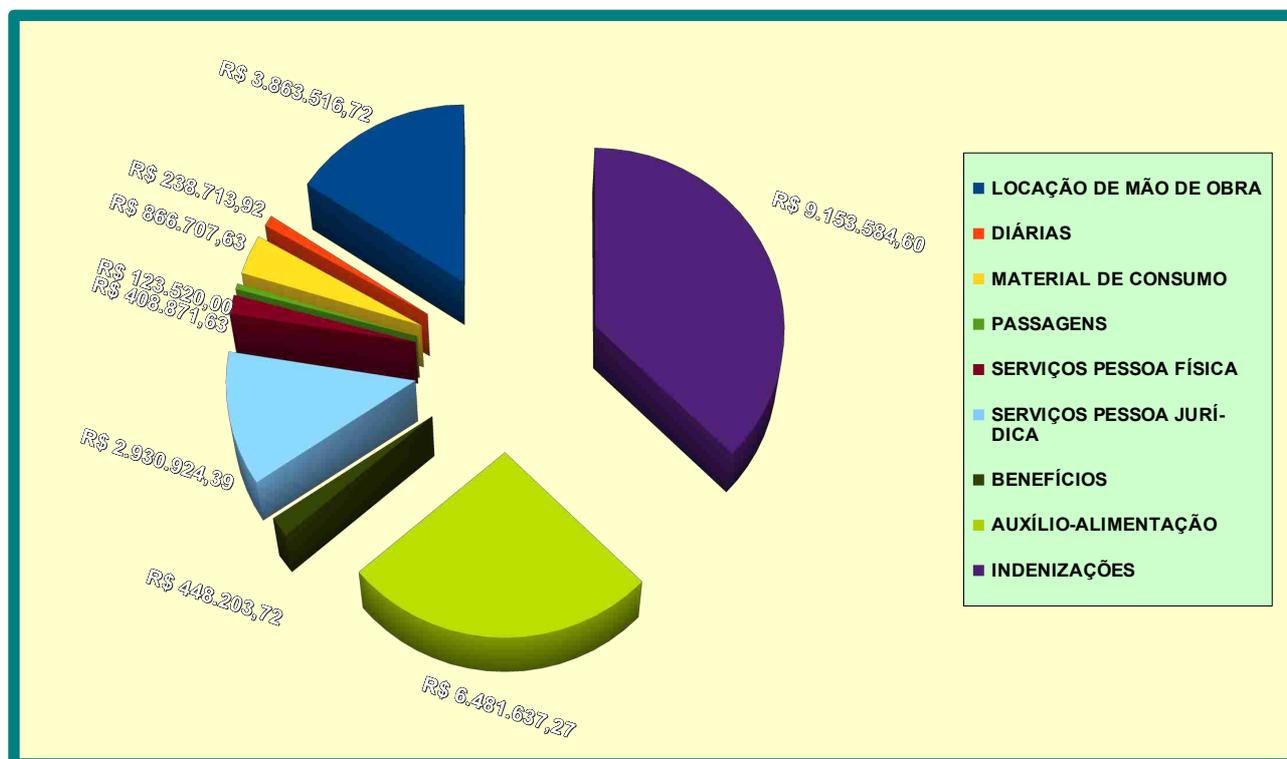
5.1 APRESENTAÇÃO

DENOMINAÇÃO:	Gestão e Manutenção do Ministério Público	
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense	
Dotação Orçamentária	Inicial: 126.454.702,00	Autorizado: 132.579.725,00

5.2 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para facilitar a visualização do comparativo dos valores alocados no Programa Gestão e Manutenção do Ministério Público, utilizou-se como referência o valor dos gastos por elemento de despesa relativo ao ano de 2013, conforme figura a seguir:

Figura 5.2.1 Distribuição das principais despesas do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos).



Fonte: Siafem

O Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público, de caráter

contínuo e multissetorial, tem por objetivo prover os meios para a implementação e gestão dos programas finalísticos do órgão, sua composição engloba os recursos destinados ao pagamento de Pessoal e Encargos Sociais dos servidores públicos e pagamento de auxílios.

Também fazem parte do rol de despesas de natureza tipicamente administrativa aquelas que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas finalísticos e demais Programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação, no momento, para aqueles Programas, como as despesas de manutenção de serviços administrativos gerais, de bens imóveis, de transportes e de administração de recursos humanos.

Assim, além, da manutenção de recursos humanos este programa visa garantir, ininterruptamente, o suprimento e a infraestrutura material e patrimonial para a Procuradoria Geral de Justiça e as demais promotorias distribuídas pela capital e interior do Estado, com contratos de limpeza e conservação, vigilância, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente, para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

A tabela a seguir destaca o perfil de execução orçamentária e financeira no exercício de 2014, demonstrando o comportamento, por ação, ressaltando que maioria das ações de gestão obteve sua execução total dos recursos dotados inicialmente, exceto aquelas que, por erro na alocação de recursos pela Secretaria de Planejamento, precisaram ser complementadas ou reduzidas no decorrer do exercício para atender ao Planejamento do Órgão.

Tabela 5.2.1 – Metas financeiras por ação, em (R\$)

Programa Gestão e Manutenção do Ministério Público				
Descrição da Ação	Tipo	Dotação Atual (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Manutenção de recursos humanos	Físico	-	-	-
	Financeiro	107.585.580,00	105.211.228,25	97,79
Manutenção de auxílios a servidores	Físico	-	-	-
	Financeiro	6.948.200,00	6.930.187,19	99,74
	Físico	-	-	-

Coordenação e manutenção de serviços administrativos gerais	Financeiro	6.658.594,00	6.471.707,73	97,19
Manutenção de serviços de transportes	Físico	-	-	-
	Financeiro	406.000,00	316.953,20	78,07
Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público	Físico	-	-	-
	Financeiro	38.000,00	32.463,97	85,43
Concessão de direitos a membros e servidores	Físico	-	-	-
	Financeiro	9.144.018,00	9.143.118,48	99,99
Manutenção de serviços de informática	Físico	-	-	-
	Financeiro	1.799.333,00	1.617.998,46	89,92

Fonte: Siafem

Tabela 5.2.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, em (R\$)

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida e Amortização	Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	04.122.1058.2333	-	-232.000,00	-
		04.122.1058.6015	-	-	-R\$ 55.982,00
	Sub Total	-	-	-232.000,00	-55.982,00
	Recebidos	04.122.1058.2294	5.536.023,00	-	-
		04.122.1058.2306	-	-	438.000,00
		04.122.1058.2418	-	-	16.000,00
		04.122.1058.2333	-	-	44.018,00
		04.122.1058.2434	-	-	3.000,00
	Sub Total	-	5.536.023,00	-	501.018,00
	Total	-	5.536.023,00	-232.000,00	445.036,00

Fonte: Siafem

No tocante às movimentações orçamentárias do programa, cumpre esclarecer que tal medida somente foi necessária neste volume realizado, em razão dos cortes na proposta da Lei Orçamentária Anual.

Cabe ressaltar porém, que tais transposições e suplementações foram realizadas nos montantes autorizados pela legislação.

5.3 AÇÕES

5.3.1 Ação 2294: Manutenção de Recursos Humanos

Quadro 5.3.1 – Resumo da ação

Título		2294 – Manutenção de Recursos Humanos		
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
102.049.557,00	107.585.580,00	105.211.228,52	105.211.228,52	97,79

Fonte: Siafem

Nos últimos anos tem sido observada uma forte expansão dos gastos com a rubrica pessoal do Governo Estadual, esta trajetória ascendente, também, vem sendo constatada no Ministério Público do Estado do Tocantins.

Nesta perspectiva, entre 2009 e 2014, houve um aumento de despesas com pessoal ativo devido aos concursos públicos realizados, à reestruturação e aos reajustes de remuneração da carreira de apoio. Este aumento das despesas com pessoal registra uma média anual de 12,91%, em valores constantes, enquanto a receita corrente líquida do Estado do Tocantins, no mesmo período, apresentou média anual de crescimento de 12,31%.

O dado apresentado reflete a preocupação do órgão em ampliar a estrutura de cargos, principalmente em seus serviços auxiliares, a fim de otimizar sua atuação finalística, o que se refletiu em aumentos sucessivos de sua produção. Este fator porém, encontra limites, principalmente em períodos de baixo crescimento da arrecadação estadual, fato que pode fazer com que o MP/TO tenha que reduzir ou frear seu crescimento em recursos humanos para se adequar a nova realidade das finanças públicas do Estado.

Portanto, ao longo dos seis últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça tem respeitado o princípio da revisão anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado (MPE). Mas tem ido além, procurando cobrir os índices inflacionários para proporcionar ganhos reais ao pessoal. Tudo viabilizado após rígidos estudos da realidade orçamentária e da disponibilidade financeira da Instituição.

Segue abaixo, o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2009 a 2014, conforme tabela 5.3.1.1 revisões anuais de 2009 a 2014:

Tabela 5.3.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2014, em (%)

Ano	Mês	Percentual	INPC
2009	Maio	8,00	6,25
2010		5,00	4,77
2011		7,00	6,36
2012		7,5%*	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

*Índice nacional de preços ao consumidor – INPC

*Aprovação do novo PCCR.

A partir do mês de maio de 2014, os servidores administrativos do Ministério Público Estadual (MPE) foram contemplados com o reajuste de 5,70% nos subsídios. Este percentual também foi estendido aos servidores aposentados e pensionistas e incluído no contracheque pelo Instituto de Gestão Previdenciária (IGEPREV).

O aumento de 5,70% equivale a um aumento real de 0,32% acima do índice nacional de preços ao consumidor (INPC), em 5,84%, acumulado de 12 meses encerrado em fevereiro. Seguindo a política de valorização salarial dos servidores administrativos do Ministério Público Estadual (MPE), este é o sexto ano consecutivo que a instituição reajusta o salário dos servidores acima da inflação, conforme, tabela acima.

A concessão desta revisão é resultado de um amplo diálogo com a categoria e foi viabilizada por meio um trabalho conjunto, que integrou Membros, representantes de servidores e chefes de departamentos administrativos do Ministério Público. Nesse trabalho, foi considerada toda a conjuntura financeira e orçamentária da Instituição.

Dessa forma, a política de pessoal tem levado a uma evolução da despesa em ritmo superior ao do crescimento do Receita Corrente Líquida, mesmo nos anos de forte crescimento da economia.

Quanto à carreira de apoio, houve uma variação de 1,56% sobre o total existente, preenchidos no decorrer do exercício, conforme demonstrado na Tabela 5.3.1.1 – Carreira de apoio:

Tabela 5.3.1.2 – Carreira de apoio em 31/12/2014

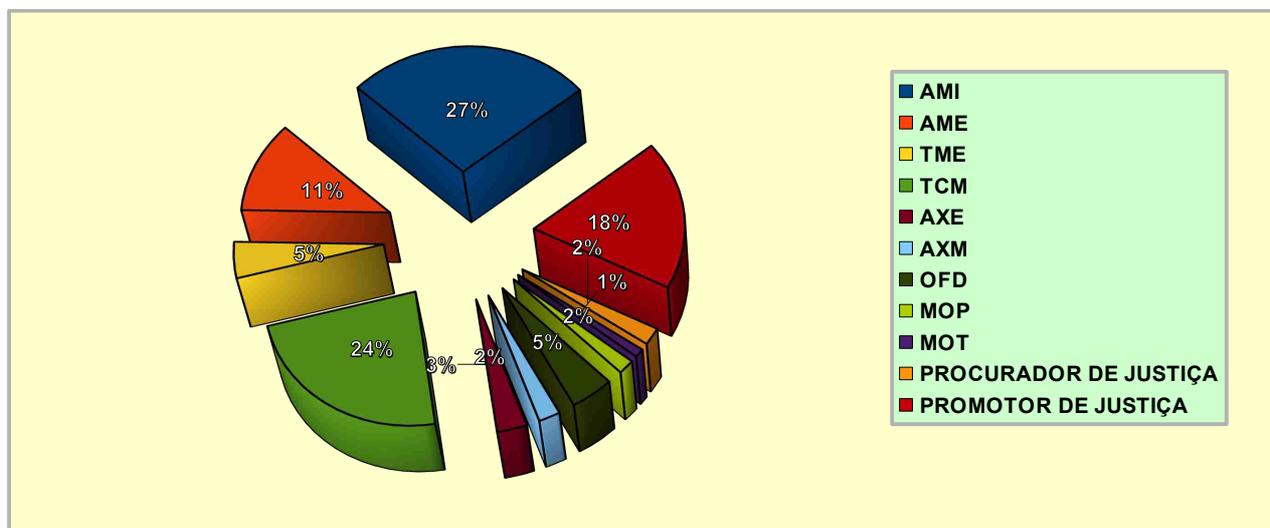
Nível Funcional	Existente 2013	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral)	Existente 2014	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral)	Var (%)
AME – Analista Ministerial Especializado	67	58	65	58	-2,98
AMI – Analista Ministerial	154	142	156	147	0,13
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16	18	16	0,00
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13	13	13	0,00
MOP – Motorista Profissional	9	9	10	10	11,1
MOT - Motorista	6	6	6	6	0,00
OFD – Oficial de Diligências	26	26	26	26	0,00
TCM – Técnico Ministerial	133	121	135	126	1,50
TME – Técnico Ministerial Especializado	22	21	26	25	18,18
TOTAL	448	412	455	427	1,56
Legenda: AME – Analista Ministerial Especializado; AMI – Analista Ministerial; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial e TME – Técnico Ministerial Especializado.					

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive licenciados e afastados)

Atualmente, o Ministério Público do Tocantins conta com 651 colaboradores, a carreira de apoio contempla 455 efetivos (72,96%) do total, conforme tabela acima. Destes, 205 (duzentos e cinco) colaboradores, que correspondem ao percentual de 45,05% do quadro efetivo, distribuídos nas áreas de apoio e finalística, têm curso superior, fato que denota o alto grau de especialização no quadro de pessoal desta Instituição,

conforme demonstrados na figura 5.3.1.1 Distribuição de servidores efetivos por nível de cargos 2014.

Figura 5.3.1.1 – Distribuição dos cargos, em (%).



Fonte: Folha de Pagamento.

Tabela 5.3.1.3 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009 – 2014 (Carreira de apoio), em (unid)

Nível de Escolaridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fundamental	36	37	37	37	37	37
Médio	138	158	152	180	190	197
Superior Completo	145	192	202	220	221	221
Total	319	387	391	437	448	455

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Em relação a rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; e as baixas, por exoneração ou inatividade; comprovam o aumento na força de trabalho do Ministério Público, com um saldo de 09 (nove) novos integrantes.

Segue abaixo, o comparativo das movimentações de servidores nos anos de 2009 a 2014, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.1.4 – Movimentação de servidores 2009 a 2014, em (unid)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Posse	20	91	15	58	33	28
Exoneração/inatividade	19	21	13	17	25	19

Saldo	1	70	2	41	8	9
-------	---	----	---	----	---	---

Fonte: Folha de Pagamento.

Tabela 5.3.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2014, em (unid)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Efetivos do MPE	56	53	63	63	64	71
Efetivos requisitados	13	13	11	11	17	21
Exclusivamente comissionados	35	38	42	42	36	41

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Portanto, para atingir sua missão institucional “Ser reconhecida como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, em 2014, a Procuradoria-Geral de Justiça contava com o efetivo de 427 servidores efetivos, 118 membros, 37 servidores requisitados e 41 servidores exclusivamente comissionados, totalizando 607 integrantes.

Segue abaixo, o comparativo das movimentações de servidores em 2014:

Tabela 5.3.1.6 - Movimentação de membros e servidores em 2014, em (unid)

Nível Funcional	Existente 31/12/2013	Movimentação					Existente 31/12/2014
		Nomeados	Exonerados	Aposent/ falecidos	Promovidos	Cedidos/ Licenciados	
Procuradores	12	0	0	0	0	0	12
Promotores	101	11	4	2	0	2	106
Servidores	448	28	19	2	0	28	427
Comissionados	36	7	2	0	0	0	41
Requisitados	27	0	0	0	0	37	37

Fonte: Departamento de recursos humanos

As tabelas anteriores demonstram as informações relativas à gestão de recursos humanos, possibilitando uma análise da gestão do quadro de pessoal em relação à dimensão operacional e estratégica da unidade. As informações estão estruturadas de maneira que são observadas a composição, rotatividade e o grau de escolaridade do quadro de recursos humanos, tanto efetivos, comissionados e terceirizados.

Segue abaixo, o comparativo de despesa com pessoal versus receita corrente

líquida relativos aos anos de 2009 a 2014, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.1.7 - Evolução de Despesa de Pessoal 2009-2014.

Ano	Valor da Folha, em (R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2009	55.961	11,90	1,64
2010	67.867	21,28	1,75
2011	71.310	5,07	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,92	1,69
2014	105.11	13,28	1,63

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Ao analisar o comparativo despesa com pessoal do Ministério Público do Estado do Tocantins, verifica-se que não foi atingido nenhum dos limites apurados de 2009 a 2014, obtendo-se o menor percentual em relação à RCL em 2011. No último ano, apesar de ter atingido o maior valor absoluto, ficou abaixo do limite prudencial.

O Ministério Público do Estado do Tocantins sempre manteve suas despesas com pessoal bem abaixo dos limites estabelecidos pela LRF, mantendo o percentual apurado em índice menor que 1,90% da RCL nos anos observados. O maior índice apurado foi de 1,75% da RCL no ano de 2010 e o menor foi de 1,57% da RCL, no ano de 2011.

Quanto aos limites globais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, novamente podemos observar que a despesa continua muito abaixo do limite prudencial de 1,69% da RCL, como mostra a tabela 5.3.1.7 limites de Gasto de Pessoal com a LRF.

Tabela 5.3.1.8 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF, em (R\$)

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	105.211.228,25	0,00
Pessoal ativo	105.211.228,52	0,00
Pessoal inativo e pensionista		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.992.378,89	0,00
(-) Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)		
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária		
Decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	5.992.378,89	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	99.218.849,63	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)		99.218.849,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	6.071.450.294,61	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,63%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	121.429.005,89	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%	115.357.555,60	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,80%	109.286.105,30	

FONTE: DEFIN.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento o exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

5.3.2 Ação 2306: Manutenção de Auxílios a Servidores

Quadro 5.3.2 – Resumo da ação

Título		2306 – Manutenção de Auxílios a Servidores		
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
6.510.200,00	6.948.200,00	6.930.187,19	6.930.187,19	99,74%

Fonte: Siafem

Os valores oriundos desta ação foram utilizados para a concessão do auxílio-alimentação, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos membros e servidores ativos, de acordo com ato nº 188/2007, e posteriores alterações, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor, e pago diretamente, mediante depósito em conta-corrente, até o último dia útil do mês.

Outras despesas custeadas são: Auxílio-funeral devido à família do servidor falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor; Auxílio-reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio-natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio-creche devido ao dependente do servidor.

A partir do ato nº 095/2014, foi estabelecido a concessão do Auxílio especial no âmbito do Ministério Público, no valor de R\$ 250,00, este benefício tem o objetivo de oferecer ao dependente com deficiência, assistência adequada com vistas ao desenvolvimento de sua personalidade e sua integração ao âmbito social.

Este auxílio é concedido mediante requerimento, acompanhado de comprovação de deficiência, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, por meio de Laudo Médico Pericial, visado pela Junta Médica Oficial que atende ao órgão e da declaração escrita da dependência econômico-financeira do dependente.

No que diz respeito às despesas com auxílios, constata-se um crescimento de despesas em relação ao exercício de 2012. Essa elevação considerável é justificado pelo

ingresso dos membros no benefício alimentação, em agosto de 2012.

Outro importante fator determinante para elevação de gastos com esta ação, é política de elevação do auxílio-alimentação, que passou por sucessivos reajustes, ganhando maior importância no orçamento doméstico dos integrantes e proporcionando-lhes mais qualidade de vida.

Também, para que os servidores do Ministério Público Estadual, pais ou mães de crianças de até seis anos de idade possam se dedicar ao trabalho com maior tranquilidade, tendo condições de deixar seus filhos sob cuidados profissionais, foi instituído em 2011 o auxílio-creche no valor de R\$ 250,00 por criança.

Além dos filhos, o benefício é extensivo a dependentes. Em casos de portadores de necessidades especiais, não há limite de idade para a concessão do auxílio.

Assim, no decorrer de 2014 esta Ação contou com recursos orçamentários no montante inicial de R\$ 6.510.200,00, necessitando de suplementação de R\$ 438.000,00, para o atendimento de toda as despesas com auxílios em 2014. A ação, pelo seu escopo, não possui produto e nem meta física.

Segue abaixo, o comparativo de despesa com auxílios, relativos aos anos de 2012 a 2014, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.2.1 - Evolução de Despesa de auxílios de 2012-2014.

Ano	Valor da Folha, em (R\$)	Var. Δ Despesa, em (%)
2012	4.435.055,00	-
2013	5.442.885,00	22,70
2014	6.930.187,19	27,32

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

A seguir, o comparativo da evolução do valor nominal do auxílio-alimentação, relativos aos anos de 2012 a 2014, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.2.2 – Evolução do valor auxílio-alimentação 2010-2014.

Ano	Valor do auxílio, em (R\$)	Var. Δ Valor do Auxílio, em (%)	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em (%)
2010	510,00	-	-
2011	600,00	17,64	6,01
2013	700,00	16,66	5,85
2014	800,00*	14,28	5,68
2014	900,00**	12,50	5,68
Evolução Acumulada	390,00	61,08	17,54

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

*Dez/2013

**Mai/2014

Ao analisar o comparativo despesa com auxílios no Ministério Público do Estado do Tocantins, verifica-se um crescimento exponencial no de 2012 a 2014, com tendência de elevação nos próximos anos.

5.3.3 Ação 2333: Coordenação e manutenção dos servidores administrativos gerais

Quadro 5.3.3 – Resumo da ação

Título				
2333 – Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais				
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
6.470.612,00	6.658.594,00	6.471.707,73	5.896.811,53	97,19

Fonte: SIAFEM

Os recursos destinadas nesta ação visam atender às despesas administrativas do Ministério Público, sendo as principais relacionadas a energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção, correios, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais

indispensáveis ao bom desempenho das atividades-meio e fim desenvolvidas pelo Ministério Público.

Ao apresentar os destaques da atuação na Área de Gestão da Procuradoria-Geral de Justiça, em princípio cumpre mencionar as realizações da Diretoria-Geral.

Órgão responsável por assessorar a Procuradoria-Geral de Justiça na supervisão, direção e condução de processos relativos a atividade-meio deste órgão, a Diretoria-Geral tem promovido, através de suas ações, o desenvolvimento das atividades dos departamentos e áreas sob sua direção, a fim de contribuir para a efetividade e otimização da atuação da área auxiliar do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Todo esforço direcionado para melhoria da gestão do órgão, tem por base os princípios e diretrizes do Planejamento Plurianual e Estratégico, assim como as ações elencadas pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA.

As diretrizes desses programas de gestão são amplamente discutidas com a equipe e resultados são gerenciados, através de reuniões e documentos para todos os interessados no tema, objetivando assegurar que nenhuma ação prevista fique sem o devido acompanhamento e, assim, garantir os resultados esperados.

A operação da Diretoria-Geral está distribuída entre:

a. Gabinete do Diretor Geral

Dentre as várias atividades cotidianas do Gabinete do Diretor Geral, pode-se citar que é onde são realizadas as reuniões de planejamento, execução e acompanhamento dos programas de gestão, com a participação de toda a equipe de Diretores, Chefes e Encarregados de área vinculados à Diretoria-geral, assim como onde são feitos os atendimentos rotineiros ao público interno e externo do MPE-TO que necessitam de ações vinculadas à atividade-meio da instituição.

b. Secretaria da Diretoria-Geral

A Secretaria da DG é o órgão pelo qual tramitam, antes das análises finais e despachos do Diretor-Geral, todos os processos e documentos inerentes as atividades de: Planejamento, Administração, Tecnologia da Informação, Compras, Contratos, Recursos

Humanos e Finanças, além de outros documentos referentes a área meio.

Segue abaixo, o comparativo das ações referente aos anos de 2013 e 2014, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.3.1 – Ações da Diretoria Geral – Secretaria – Ano 2013/2014

Ações da Diretoria Geral – Secretaria – Ano 2013/2014		
Portarias DG	141	140
Apostilas de portarias DG	07	11
Atos DG e chefia de gabinete	34	34
Certidões	29	27
Comunicação interna	200	191
Declarações	01	-
Memorandos diversos DG	435	544
Memorandos encarregada de área	138	159
Memorandos circulares DG	03	02
Despachos DG	169	106
Minutas de despachos PGJ	115	197
Ofícios emitidos DG	164	133
Ofícios circulares DG	89	71
Ofícios encarregada de área	47	51
Processos autuados	137	118
Atas SRP conferidas	20	57
Contratos conferidos	145	212
NE (notas de empenho) conferidas	1.103	1.018
RE (relação externa) conferidas	363	444
Requisições de fornecimento conferidos	187	200
Termo de entrega	2	-
Termos de posse cargos em comissão	30	65
Termos de posse concursados	31	29

Fonte: Diretoria-Geral.

c. Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

Possui a tarefa de promover assessoramento jurídico nos processos de sua competência e, ainda, assessorar juridicamente a Procuradoria-Geral de Justiça quando

for demandada, para tanto, atua da seguinte forma: pareceres em processos administrativos, elaboração de minutas de atos, portarias e defesas prévias sobre auditorias, análise prévia de contratos, convênios, supervisão do cumprimento das normas internas, dentre outras atividades.

A seguir o comparativo da atuação da Assessoria Jurídica da referente aos 2013/2014, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5.3.3.2 – Ações da Diretoria Geral – Assessoria Jurídica – Ano 2013/2014

Ações da Diretoria Geral – Assessoria Jurídica – Ano 2013/2014		
Atestado de capacidade técnica (minutas)	9	11
Defesa TCE	2	04
Memorandos	187	147
Minutas de ato	6	05
Ofícios	25	15
Pareceres	258	256
Processos Administrativos Sancionatórios contra empresas	11	13
Termo de declaração	1	-
Termo de doação (minuta)	1	01

Fonte: Diretoria-Geral.

O resultado do esforço dispendido por este órgão de direção se reflete no cumprimento da ampla maioria das metas traçadas para o exercício.

Já em relação ao cumprimento das normas e diretrizes da alta administração, o Ministério Público tem sido constantemente elogiado pelos órgãos correicionais pelo eficaz gerenciamento de seu corpo normativo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas na tabela 5.3.3.3, e detalha o comparativo das principais despesas continuadas executadas de 2010 a 2014.

Tabela 5.3.3.3 – Comparativo de despesas 2010 – 2014, em (R\$).

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014
Energia elétrica	240.515,70	575.183,25	673.286,40	661.527,49	732.497,64
Locação de imóveis	246.158,24	231.924,12	228.736,20	358.853,35	262.219,41
Serv. de água e esgoto	60.018,86	73.503,85	77.743,17	85.869,43	88.882,86
Serv. de limpeza, higiene	1.394.651,55	2.199.418,38	2.900.252,25	3.122.949,73	3.521.908,74

e outros.					
Serv. de manut. de ar-condicionado	126.303,25	121.274,25	129.814,26	128.340,00	117.645,00
Serv. de manutenção de elevadores	20.800,00	15.600,00	17.550,00	19.500,00	19.500,00
Serv. de postagens	90.620,59	137.326,15	142.288,17	170.057,58	
Serv. de telefonia fixa	329.815,34	572.089,12	558.899,57	451.400,00	177.950,11
Serv. de telefonia móvel	15.986,19	34.805,84	24.058,95	15.500,00	11.636,04

Fonte: Siafem

Tabela 5.3.3.4 – Comparativo despesas materiais de consumo 2013– 2014, em (R\$).

Materiais de Consumo 2013/2014		
Descrição	2013	2014
Gêneros Alimentícios	125.794,84	74.288,41
Materiais de Construção	11.331,25	27.156,46
Materiais de Telecomunicações	5.498,68	11.183,46
Peças e Acessórios em Geral	8.094,94	21.185,91
Materiais de Expediente e Ensino	84.987,96	96.841,12
Materiais, Peças e Acessórios p/ Proc. de Dados	181.515,93	185.035,43
Medicamentos e Materiais Hospitalares	98,99	4.185,15
Outros Materiais de Consumo	61.488,97	103.671,51
Total	478.811,56	523.547,45

Durante o ano 2014, foi empenhado o montante de R\$ 6.471.707,73 conforme Quadro 5.3.3, sendo que destes recursos, R\$ 3.836.627,17, destinados à alocação de mão de obra (serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais e portaria), retratada na tabela 5.3.3.3, distribuída em Promotorias da capital e interior, visando viabilizar a manutenção do órgão.

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue tabela 5.3.3.5, organizada em três quadros: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça; locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao Ministério Público.

Tabela 5.3.3.5 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2014.

	Localidades	Situação
TOCANTINS	Almas	1
	Alvorada	2
	Ananás	2
	Araguacema	1
	Araguaçu	2
	Araguaína	3
	Araguatins	3
	Arapoema	2
	Arraias	3
	Augustinópolis	2
	Aurora do Tocantins	1
	Axixá	1
	Colinas do Tocantins	3
	Colmeia	2
	Cristalândia	2
	Dianópolis	3
	Figueirópolis	1
	Filadélfia	1
	Formoso do Araguaia	2
	Goiatins	1
	Guaraí	3
	Gurupi	3
	Itacajá	1
	Itaguatins	2
	Miracema do Tocantins	3
	Miranorte	3
	Natividade	3
	Novo Acordo	2
	Palmas (Depósito)	2
	Palmas (20ª Promotoria)	1
	Palmas (PGJ e Promotorias)	3
	Palmas (Promotoria Eleitoral)	1
	Palmas (Secretaria Criminal)	1
Palmas (Shopping da Cidadania)	1	

	Palmeirópolis	1
	Paraíso do Tocantins	3
	Paraná	3
	Pedro Afonso	3
	Peixe	3
	Pium	2
	Ponte Alta do Tocantins	2
	Porto Nacional	2
	Taguatinga	3
	Tocantínia	2
	Tocantinópolis	3
	Wanderlândia	2
	Xambioá	2
Total de Prédios Cedidos		14
Total de Prédios Locados		16
Total de Prédios Próprios		17
Legenda:		
1 – Cedido		
2 – Locado		
3 – Próprio		

Fonte: Departamento administrativo

No que concerne aos procedimentos licitatórios, no exercício de 2014, a Comissão Permanente de Licitação – CPL procurou alocar rigorosamente as despesas planejadas no Plano Plurianual, assim como obedecer toda a legislação que regulamenta a execução orçamentária das entidades públicas estaduais. Assim, as tabelas 5.3.3.6 e 5.3.3.7, procuram visualizar o comparativo de procedimentos de aquisição no período de 2010 – 2014.

Tabela 5.3.3.6 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Quantidade				
	2010	2011	2012	2013	2014
Concorrência	03	02	04	02	02
Pregão Presencial – Tradicional	27	20	23	15	24
Pregão Presencial – SRP	14	20	24	26	24
Pregão Eletrônico –	09	08	09	07	08

Tradicional					
Pregão Eletrônico – SRP	-	-	01	01	02
Dispensa de Licitação	136	72	72	76	56
Inexigibilidades	16	21	19	17	15
Suprimento de Fundos	04	04	04	04	05
Total	209	147	156	148	136

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em 2014 foram processados 60 (sessenta) procedimentos licitatórios dos quais 48 (quarenta e oito) já foram homologados; 04 (quatro) foram declarados desertos; 05 (cinco) se encontram em fase de homologação e 03 (três) estão em fase de divulgação.

Tabela 5.3.3.7 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP.

Tipo	2010	2011	2012	2013	2014
Atas de Registro de Preços (ARP)	14	19	28	20	60
Adesões a ARP	06	01	03	02	
Pedidos de adesão a ARP	14	13	22	01	17

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em 2014, foram formalizadas 60 (sessenta) Atas de Registro de Preços objetivando: serviços de passagens aéreas; aquisição de equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto, máquinas e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para cozinha; aquisição de condicionadores de ar; aquisição de extintores de incêndio e serviços de recarga; aquisição de materiais de expediente e ensino; aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha; aquisição de materiais odontológicos; aquisição de purificadores de água; aquisição de toners e cartuchos; aquisição de mobiliários; aquisição de materiais e equipamentos de Informática; serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual; aquisição de persianas; aquisição de placas em geral; aquisição de bandeiras; serviços de buffet; aquisição de tapetes em algodão e capachos; aquisição de materiais de manutenção; aquisição de aparelhos telefônicos; serviços de reforma de cadeiras; aquisição de tintas e materiais para pintura; serviços de hospedagem e alimentação; aquisição de condicionadores de ar portátil; aquisição de água mineral e vasilhames para água mineral; aquisição de materiais de expediente e ensino.

Nesse mesmo ano a PGJ/TO autorizou 17 (dezessete) pedidos de adesões

“caronas” solicitados pelos órgãos a seguir: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins; Controladoria Geral do Estado do Tocantins; Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Tocantins; Agência de Desenvolvimento e Turismo do Estado do Tocantins; Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Tocantins; Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins; Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Palmas/TO; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo/SP; Instituto Social Divino Espírito Santo – Prodivino; Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís/MA; Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Em contrapartida, não houve nenhuma adesão a Ata de Registro de Preços (ARP).

A Tabela 5.3.3.8, a seguir, retrata o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame:

Tabela 5.3.3.8 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios, em 2014

Edital n.º	Proc. n.º	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final(R\$)	Economia (%)
P.P 001/14	0314/13	Registro de Preços para Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	341.275,78	333.887,00	2,17%
P.P 002/14	0436/13	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia de roupas utilizadas pelo Setor de Saúde.	13.881,60	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.E 003/14	0429/13	Aquisição de equipamentos para gravação de oitivas em áudio e vídeo para o GAECO-TO.	822,88	600,00	27,09%
P.P 004/14	0404/13	Aquisição de materiais de consumo para o serviço de Saúde.	9.650,95	9.229,65	4,37%
P.P 005/14	0053/14	Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	17.155,00	16.900,00	1,49%
P.P 006/14	0032/14	Registro de Preços para aquisição de mobiliários.	526.521,32	296.529,00	43,68%
P.P 007/14	0047/14	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – toners originais	51.949,00	38.889,00	25,14%

		para impressora xerox workcentre.			
P.E 008/14	0029/14	Aquisição de solução de monitoramento de temperatura e umidade, incluindo os serviços de instalação, configuração e treinamento.	12.137,33	9.940,00	18,10%
P.P 009/14	0145/14	Aquisição de sacolas em TNT, para atender o projeto "Aprendendo Direito e resgatando Cidadania".	5.088,00	4.740,00	6,84%
P.P 010/14	0146/14	Aquisição de lanches rápidos, para atender o projeto "Aprendendo Direito e resgatando Cidadania".	7.000,00	6.500,00	7,14%
P.E 011/14	0172/14	Aquisição de sistema de microfones de lapela para a Assessoria de Comunicação.	5.435,60	2.880,00	47,02%
P.E 012/14	0049/14	Registro de Preços para aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.	111.427,72	53.101,43	52,34%
P.P 013/14	0183/14	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários.	95.228,50	46.900,00	50,75%
P.P 014/14	0104/14	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual.	609.238,00	427.813,50	29,78%
P.P 015/14	0150/14	Contratação de empresa para prestação de serviço especializado de consultoria em análise de cargas, assistência técnica de manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõe a subestação de energia elétrica com potência total instalada de 800kVA e grupo gerador (80kVA), incluindo, as medições de grandezas elétricas com analisadores de energia elétrica e temperatura (Termografia), em equipamentos de transformação, medição e proteção, grupo gerador, painéis e quadros de baixa tensão instalados na subestação de energia elétrica da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do	69.877,44	69.876,00	0,002%

		Tocantins.			
P.P 016/14	0141/14	Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de som ambiente, incluindo os serviços de instalação, configuração e treinamento.	151.304,20	151.285,00	0,01%
P.E 017/14	0140/14	Aquisição de equipamentos de Informática e eletrônicos para premiação de concurso de radorreportagens que integra o projeto "Aprendendo Direito e resgatando Cidadania".	37.614,88	31.818,16	15,41%
P.P 018/14	0142/14	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Bandeiras do Mercosul, Brasil, Estado e dos Municípios do Estado do Tocantins.	39.441,55	29.470,00	25,28%
P.P 019/14	0232/14	Registro de Preços para aquisição de material de reposição para o laboratório de Informática – Fontes de alimentação.	14.933,00	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.P 020/14	0182/14	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na confecção de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em PVC, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas e mastros.	239.514,00	157.781,00	34,12%
P.P 021/14	0143/14	Contratação de empresa para gerenciamento de manutenção (preventiva e corretiva), operada através da utilização de sistema via WEB próprio da Contratada, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção e serviço de lava-jato (exclusivo em Promotorias de Justiça do Interior) através de uma rede de empresas credenciadas pela Contratada para atender à frota de veículos na sede da PGJ e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins.	110.000,00 (3,00% - Taxa de Administraçã o)	106.700,00 (0,00% - Taxa de Administraçã o)	3,00%
P.P 022/14	0198/14	Registro de Preços para aquisição de filtros/refis para purificadores de água.	14.588,10	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.P 023/14	0077/14	Registro de Preços para aquisição de materiais de	297.457,56	291.890,68	1,87%

		manutenção.			
P.P 024/14	0230/14	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	175.465,00	111.694,00	36,34%
P.E 025/14	0070/14	Aquisição de solução de armazenamento, conectividade SAN e Backup, bem como de materiais de consumo de TI para instalação nos equipamentos servidores legados deste Ministério Público, aumentando a capacidade de armazenamento e trafegabilidade de dados entre o equipamento de armazenamento e os equipamentos servidores atualmente em produção.	464.719,74	266.454,96	42,66%
P.P 026/14	0199/14	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tapetes em algodão e tapetes capachos personalizados e vulcanizados.	23.268,50	23.188,00	0,35%
P.P 027/14	0218/14	Aquisição de bancos semissentados para o Laboratório de Informática.	3.471,52	<i>Deserta</i>	<i>Deserta</i>
P.P 028/14	0219/14	Aquisição de mobiliários sob medida para estruturação e adequação do laboratório de Informática e aquisição de estantes sob medida para estruturação e adequação dos depósitos do 1º, 2º, 3º e 4º pavimentos do edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.	36.364,50	31.900,00	12,28%
P.P 029/14	0225/14	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – toners e cartuchos.	767.705,75	431.517,40	43,79%
P.P 030/14	0273/14	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção corretiva, por intervenção, de acordo com as necessidades, em equipamentos de Informática, com reposição de peças e/ou componentes, incluindo a configuração e ativação de todos os softwares necessários ao funcionamento dos mesmos.	87.000,00	87.000,00 (2,00% de desconto sobre o valor de peças e serviços)	
P.P 031/14	0280/14	Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	12.584,90	8.577,00	31,85%
P.P 032/14	0250/14	Registro de Preços para contratação de empresa para execução de serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas, com fornecimento de	120.770,75	83.000,00	31,27%

		peças.			
P.P 033/14	0334/14	Contratação de empresa especializada para adequação nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.	147.570,89	132.666,63	10,10%
P.P 034/14	0331/14	Concessão de uso de espaço público, de área com 47,00 m ² , para a instalação e exploração de lanchonete dentro da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas-TO.	5.400,00 (Licitação do Tipo Maior Oferta)	6.000,00 (Licitação do Tipo Maior Oferta)	10,00%
P.E 035/14	0308/14	Aquisição de equipamentos para gravação, transmissão e edição de videoaulas, entrevistas, debates, eventos e atividades que compõem os cursos de aperfeiçoamento funcional na modalidade a distância (EaD) – CESAF.	167.627,16	134.766,44	19,60%
P.P 036/14	274/14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica, manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado, a ser realizada nas dependências das sedes das 42 Promotorias de Justiça do interior do Estado do Tocantins.	164.274,72	147.889,80	9,97%
P.P 037/14	0332/14	Aquisição de folhas de papel – couché e cartão, para a Assessoria de Comunicação.	6.700,00	6.400,00	4,48%
P.P 038/14	0333/14	Registro de Preços para aquisição de mobiliários – cadeiras, longarinas e poltronas.	1.079.058,34	973.410,00	9,79%
P.P 039/14	0352/14	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tintas e materiais para pintura.	108.653,55	77.964,00	28,25%
P.E 040/14	0231/14	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática.	2.722.377,63	1.855.687,90	31,84%
P.E 041/14	0218/14	Aquisição de bancos semissentados para o laboratório de Informática.	3.471,52	3.456,00	0,45%
P.E 042/14	0325/14	Aquisição de equipamentos de Informática e eletrônicos para premiação de concurso de radioreportagens que integra o projeto “Aprendendo Direito e resgatando Cidadania”.	27.301,01	20.378,29	25,36%

P.P 043/14	0416/14	Registro de Preços para aquisição de água mineral e vasilhames para água mineral.	125.372,40	82.174,80	34,46%
P.P 044/14	0431/14	Aquisição de materiais gráficos – envelopes e capas para processo.	16.015,00	12.635,00	21,11%
P.P 045/14	0353/14	Contratação de serviços de instalação, com conseqüente fornecimento de todo material, de concertinas galvanizadas simples.	90.111,94	61.590,00	31,65%
P.P 046/14	0447/14	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	230.000,00 (5,25% e 4,88% de desconto sobre o valor da tarifa de passagens nacionais e internacionais respectivamente, excluída a taxa de embarque)	230.000,00 (9,10% de desconto sobre o valor da tarifa de passagens nacionais e internacionais, excluída a taxa de embarque)	
P.P 047/14	0464/14	Registro de Preços para aquisição de condicionadores de ar, tipo portátil, 12000 BTU's.	33.270,90	27.589,50	17,08%
P.P 048/14	0448/14	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	34.348,20	34.300,20	0,14%
P.P 049/14	0415/14	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e ensino.	332.990,00	329.018,30	1,19%
P.P 050/14	0413/14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, e operacionalização diária do sistema de ar-condicionado central e seus aparelhos integrantes e dos demais aparelhos condicionadores de ar do tipo split, bem como para eventuais alterações de locais de funcionamento dos aparelhos, englobando neste serviço as desinstalações e reinstalações, com mão de obra, peças e materiais necessários.	185.979,96	123.996,00	33,33%
P.P 051/14	0505/14	Aquisição de painel de parede e mobiliário sob medida para estruturação e adequação do laboratório de produção de	25.348,67	18.950,00	25,24%

		multimeios do CESA.F.			
P.P 052/14	0401/14	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	24.017,52	24.000,00	0,07%
P.P 053/14	0480/14	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia de roupas utilizadas pelo Setor de Saúde.	14.557,44	14.400,00	1,08%
P.P 054/14	0473/14	Contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos.	36.122,34	28.950,00	19,86%
P.P 055/14	0519/14	Contratação de empresa especializada no serviço de clipagem diária de mídia impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica/digital.	46.828,56	46.680,00	0,32%
P.P 056/14	0390/14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarme e câmeras com o fornecimento dos equipamentos, em regime de comodato, bem como a respectiva instalação e manutenção da central de alarme, câmeras e demais equipamentos.	502.561,56	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 12/01/15
P.P 057/14	0417/14	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha.	140.791,74	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 13/01/15
P.P 058/14	0456/14	Contratação de empresa especializada na locação de máquinas reprográficas e na prestação de serviços de reprografia, impressão, encadernação e plastificação.	140.651,40	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 19/01/15
Concorrências					
C.C 001/14	0396/13	Contratação de agência de publicidade e propaganda para desenvolvimento de campanha publicitária referente à comemoração dos 25 anos do Ministério Público do Estado do Tocantins.	100.000,00	99.997,00	0,003%
C.C 002/14	0440/13	Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da reforma do prédio sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi – TO.	231.701,69	231.278,92	0,18%

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Conforme demonstrado na tabela anterior foram licitados R\$ 7.854.240,56 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), dos quais destacam-se:

- R\$ 99.997,00 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais) para contratação de agência de publicidade e propaganda para desenvolvimento de campanha publicitária referente à comemoração dos 25 anos do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- R\$ 231.278,92 (duzentos e trinta e um mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos) para execução da reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça de Gurupi;
- R\$ 151.285,00 (cento e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco reais) para aquisição e instalação do sistema de som ambiente;
- R\$ 266.454,96 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos) para aquisição de solução de armazenamento e backup;
- R\$ 132.666,63 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) para adequação do prédio sede da PGJ com gesso acartonado;
- R\$ 134.766,44 (cento e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) para aquisição de equipamentos de gravação, transmissão e edição de videoaulas para o CESAF;
- R\$ 61.590,00 (sessenta e um mil, quinhentos e noventa reais) para instalação de concertinas;
- R\$ 5.961.282,71 (cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos) para registro de preços diversos, dos quais destacam-se, o Pregão Presencial nº 001/2014 Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar no valor de R\$ 333.887,00, os Pregões Presenciais nº 006/2014 e 038/2014 Registro de Preços para aquisição de mobiliários que em conjunto totalizam R\$ 1.269.939,00 e o Pregão Eletrônico nº 040/2014 Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática no valor de R\$ 1.855.687,90.

Desta forma, o volume licitado referente ao exercício 2014 é de aproximadamente R\$ 8.638.245,26 (oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Quanto ao volume empenhado em 2014 para aquisição de bens e contratação de serviços destaca-se na modalidade Pregão o montante de R\$ 10.719.999,42 (dez

milhões e setecentos e dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos) e na modalidade Concorrência o montante de R\$ 908.131,77 (novecentos e oito mil, cento e trinta e um reais e setenta e sete centavos), totalizando o montante de R\$ 13.140.805,97 (treze milhões, cento e quarenta mil, oitocentos e cinco reais e noventa e sete centavos), conforme quadro abaixo:

A Tabela a seguir, retrata a despesa modalidade de contratação, no período de 2009 a 2014, em (R\$).

Tabela 5.3.3.9 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de contratação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Modalidade de licitação						
Convite	-	-	-	-	-	-
Concorrência	84.111,62	2.711.518,50	2.564.003,00	3.713.721,70	1.032.537,60	908.131,77
Pregão	450.484,53	5.252.500,80	7.520.521,34	9.147.681,78	9.820.664,25	10.719.999,42
Contratações Direitas						
Inexibibilidades	4.851,00	230.158,30	189.701,68	283.159,95	258.861,77	263.137,49
Dispensa de Licitação	46.617,05	928.598,90	1.389.373,58	2.436.687,10	1.335.362,33	1.336.202,35
Regime de Execução Especial						
Suprimentos de Fundos	15.858,97	17.419,16	9.376,67	7.193,65	18.806,84	23.446,61
Não Aplicável	5.714.950,66	80.165.234,40	91.027.209,01	100.849.046,90	110.775.339,68	112.780.631,33

Fonte: Siafem

Em 2014 a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 232 contratos vigentes, dos quais 174 foram firmados em 2014, bem como das 60 Atas de Registro de Preços vigentes. Enfatiza-se que em 2014 foram ajustados 45 aditivos incluídos neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sede de Promotorias no Interior. Atribuições estas a cargo da Área de Contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos cujos pagamentos são mensais.

A Tabela 5.3.3.10 relaciona os 18 (dezoito) contratos vigentes de locação de imóveis que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, com exceção dos contratos de aluguel dos depósitos em Palmas, sendo dispendido atualmente o valor total mensal de R\$ 32.267,93 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos). Em 2014 foram extintos os seguintes contratos: nº 027/2009 (Locação de imóvel – Promotorias de Augustinópolis) o qual foi substituído pelo contrato nº 085/2014; nº 028/2009 (Locação de imóvel – Promotorias de Pedro Afonso) em vista da construção

da sede própria licitada em 2013 e finalizada em 2014 e nº 110/2013, locação de imóvel que abrigava provisoriamente a sede das Promotorias de Gurupi enquanto realizava a reforma do prédio licitada e finalizada em 2014.

Tabela 5.3.3.10 – Contratos de locação de imóveis, em 2014

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
1	010/2008	Formoso do Araguaia	909,13
2	021/2008	Colmeia	878,99
3	004/2009	Wanderlândia	1.062,24
4	005/2009	Alvorada	1.414,31
5	020/2009	Palmas (Depósito)	1.012,40
6	024/2009	Cristalândia	1.549,94
7	033/2009	Itaguatins	1.207,41
8	034/2009	Pium	832,51
9	038/2009	Ponte Alta do Tocantins	1.105,61
10	039/2009	Tocantínia	1.122,76
11	003/2010	Araguaçu	1.334,51
12	010/2010	Novo Acordo	995,96
13	021/2010	Xambioá	960,13
14	022/2011	Arapoema	893,90
15	119/2012	Porto Nacional	10.591,00
16	103/2013	Ananás	1.445,36
17	085/2014	Augustinópolis	4.000,00
18	151/2014	Palmas (Depósito)	951,77
Total			32.267,93

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Tabela 5.3.3.11 – Contratos e Termos Aditivos firmados, em 2013/2014.

Tipo	2013	2014
Contratos firmados	145	174
Termos aditivos	57	45

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

5.3.4 Ação 2418: Manutenção de serviços de transporte

Quadro 5.3.4 Resumo da ação

Título	2418 – Manutenção dos serviços de transporte			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
390.000,00	406.000,00	316.953,20	306.713,20	78,06

Fonte: Siafem

Para alcançar o objetivo estratégico “ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais” é de fundamental relevância a área de transportes para a execução das atividades-fim e meio, como instituição pública, interage com diversos órgãos, seja para a participação em eventos, reuniões, cursos, ou outras atividades pertinentes ao serviço público. Também existem demandas de serviços de compra, distribuição e entrega de materiais, seja para outras unidades do Ministério Público ou outros órgãos ligados à Missão Institucional desta PGJ.

Dessa forma, a utilização de veículos de serviços comuns torna-se de vital importância para o deslocamento de pessoal a serviço, e para o transporte de materiais, bem como para atender à demanda de deslocamento do quadro de membros e servidores quando da execução de suas atividades institucionais.

Visando a busca deste objetivo, a Procuradoria-Geral de Justiça possui frota própria de veículos oficiais, os quais estão atualmente distribuídos na Sede desta PGJ e em Promotoriais localizadas nas diversas cidades do Estado do Tocantins.

Para controle da utilização da frota a Procuradoria-Geral de Justiça se utiliza do Ato ° 015, de 15 de Fevereiro de 2012, que dispõe sobre a utilização e guarda dos veículos integrantes do Patrimônio do Ministério Público do Tocantins.

Este ato normativo interno estabelece regras e procedimentos que visam assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte considerando, entre outros fatores, os seguintes: controle de veículos em serviço (programação de atendimento); controle diário de tráfego (horário e quilometragem percorrida); correta identificação dos veículos; mapas de abastecimento (controle de despesas com o

veículo); adequada manutenção e conservação da frota e demais aspectos correlatos.

Outro aspecto estabelecido pelo ato nº 015, são os critérios que norteiam a renovação da frota oficial, com base em dados históricos, os custos envolvidos no transporte oficial desta instituição.

Para prestação eficiente desse serviço de transporte a Procuradoria-Geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte na Sede com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas entre outros.

Na busca por instrumentos que possam contribuir para a melhoria na gestão da frota institucional e para a maximização dos recursos disponíveis, a instituição optou pela contratação de empresa especializada no abastecimento e manutenção. Esta ferramenta possibilitou acompanhar todas as informações sobre abastecimento da frota (custo de combustível por KM rodado; média de valor por litro; quilômetros percorridos; litros abastecidos e média de consumo de combustível), bem como disponibilizar informações gerenciais de manutenção da frota (controle de manutenção corretiva; controle de peças e serviços em garantia; despesas organizadas por centro de custo; múltiplas cotações sem a necessidade de descolamentos e informações em tempo real).

Para manter a Ação no decorrer de 2014, foi empenhado o montante de R\$ 316,953,20, dos quais aproximadamente R\$ 121.123,24 são referentes ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel e lubrificantes), R\$ 31.716,05 referem-se a derivados e peças, R\$ 72.794,45 relativos aos serviços de manutenção e R\$ 91.289,46 para custeio de diárias nos deslocamentos de servidores da Área de Transportes.

Percebe-se que nos últimos anos, em função da revisão da estrutura física (reformas e construções de sedes) e aumento do quadro de pessoal mediante a aprovação em concurso, houve ingresso de um número significativo de novos servidores, refletindo-se em aumento significativo das atividades da instituição. Todavia, as despesas com manutenção de serviços de transportes vêm se mantendo próximas ao patamar do exercício de 2010. Por outro lado, determinados elementos de despesa (materiais, seguros e serviços) tiveram uma queda na despesa executada, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2010 – 2014.

Despesas	Despesas (R\$)				
	2010	2011	2012	2013	2014
Combustíveis e lubrificantes	120.924,78	109.618,28	141.813,77	109.670,00	121.123,24
Material/Serviços de Manutenção	58.900,89	52.732,03	41.142,56	30.908,50	49.066,96
Seguros	40.329,00	44.631,87	48.679,42	36.500,00	42.214,04
Diárias no país	79.595,00	74.944,22	107.017,34	83.605,08	91.289,46
Serviços de Lava-jato	6.568,00	7.234,00	10.801,41	8.402,95	8.623,00

Fonte: Siafem

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça possui uma frota de 41 (quarenta e um) veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição.

Os referidos veículos estão sendo utilizados na sede, bem como nas Promotorias do interior.

Segue abaixo a descrição da frota de veículos à disposição desta PGJ.

Tabela 5.3.4.2 – Veículos de Transporte Institucional, em 2014

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Patrimônio
01	Chevrolet	Astra	MVY-1442	2005/2006	Palmas/PGJ	5232
02	Honda	CG 150 JOB	MWH-0961	2007/2007		9567
03		CG 150 JOB	MWH-0812	2007/2007	Augustinópolis	9568
04		CG 150 JOB	MWH-0832	2007/2007	Palmas/PGJ	9569
05		CG 150 JOB	MWH-0963	2007/2007		9571
06		CG 150 JOB	MWI-1307	2007/2007		9570
07		CG 150 JOB	MWL-9208	2007/2007		9564
08		CG 150 JOB	MWL-9228	2007/2007		9566
09		CG 150 JOB	MWL-9188	2007/2007	Araguaína	9565
10		Ford	F 350	MWQ-9397	2009/2009	Palmas/PGJ
11	Fiesta		MXG-9020	2007/2008	9698	
12	Fiesta		MXG-8020	2007/2008	Porto Nacional	9702
13	Fiesta		MXG-8040	2007/2008	Gurupi	9700
14	Fiesta		MXG-8050	2007/2008	Araguaína	9699
15	Fiesta		MXG-8090	2007/2008	Paraíso do Tocantins	9701
16	Ranger		MXG-8010	2007/2008	Palmas/PGJ	9697
17	Ranger		MWY-6100	2008/2009		11279

18	Fiat	Siena	MWY-6110	2008/2009		11227		
19		Siena ELX	MXG-3014	2010/2011		12795		
20		Siena ELX	MXG-3114	2010/2011		12796		
21		Siena ELX	MWA-8957	2010/2011		12797		
22		Siena EL	MWO-6906	2011/2012		13766		
23		Siena EL	MWQ-8096	2011/2012		13767		
24		Siena EL	MWQ-8396	2011/2012		13763		
25		Siena EL	MWQ-8536	2011/2012		13769		
26		Siena EL	MWQ-8416	2011/2012		13768		
27		Siena EL	MWQ-8246	2011/2012		13764		
28		Siena EL	MWQ-8386	2011/2012		13765		
29		Línea	MWP-0214	2012/2012		14455		
30		Línea	MWP-0224	2012/2012		14456		
31		Línea	MWP-0244	2012/2012		14457		
32		Uno Economy	MWM-1936	2011/2012		Tocantinópolis	13725	
33		Uno Economy	MWM-1966	2011/2012		Araguatins	13726	
34		Uno Economy	MWM-1976	2011/2012		Miracema	13727	
35		Uno Economy	MWM-1986	2011/2012		Araguaína	13728	
36		Uno Economy	MWM-1996	2011/2012		Miranorte	13729	
37		Renault	Logan	MWZ-7708		2011/2012	Palmas/PGJ	14175
38			Clio	MWD-2228		2005/2005		7548
39		Toyota	Hilux	MWS-0429		2010/2011		13294
40		Volkswagem	Parati	MWD-6184		2006/2006		8979
41		Sem Marca	Carreta Reboque	MXG-9010		2007/2007		9776

Fonte: Área de Transporte

5.3.5 Ação 2434: Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público

Quadro 5.3.5 Resumo da ação

Título	2434 – Manutenção da área de saúde			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
35.000,00	38.000,00	32.463,97	30.232,88	85,43

Fonte: SIAFEM

O Setor de Saúde do Ministério Público realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionados ao trabalho. As realizações em prol da saúde dos servidores e membros do MPE/TO visam principalmente reduzir as

doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta PGJ.

Este conjunto de ações vem atender ao objetivo estratégico “Garantir clima organizacional favorável”, visando assim, promover o ambiente seguro e saudável para que membros e servidores, além, de incentivar e oportunizar a participação de servidores e membros em atividades que atendem a este objetivo.

Desta forma, todos os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vem sendo documentados, visando traçar um perfil de causa de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde relacionada à Saúde Ocupacional na Instituição.

Atualmente, não há casos identificados de doenças ocupacionais na Instituição, e uma meta da área de Saúde é a prevenção por meio do monitoramento e da busca por melhoria contínua, de acordo com as diretrizes do Padrão para Gestão de Saúde Ocupacional – política que visa eliminar quaisquer riscos à saúde, cumprindo metas estabelecidas anualmente.

De acordo com esta visão os integrantes participaram de sessões de acupuntura, massagem corporal e ioga, aulas de Jump e Muay Thai, técnicas para cuidados faciais e de maquiagem, aferição de pressão arterial, verificação de glicemia, cálculo de IMC, orientações com nutricionista, entre outros.

A tabela abaixo apresenta um comparativo e alguns resultados obtidos nos anos de 2012 a 2014.

Tabela 5.3.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2014, em (unid)

Atividade de Promoção de Saúde	Participantes/Atendimentos		
	2012	2013	2014
Acupuntura	06	-	-
Aferição de pressão arterial	109	238	394
Análise ambiente de trabalho	-	140	108
Atividades enfermagem prevenção/DST	-	1.178	1.625
Atividades odontológicas de prevenção	278	-	-
Balance	-	-	07

Cálculo de índice de massa corpórea	109	206	305
Cuidados faciais	56	41	85
Dança – Zumba	10	-	06
Dinâmica de relaxamento	13	10	10
Exercícios revolucionários para quem tem pouco tempo	-	30	-
Ginástica laboral	2.560	2.048	
Imunização- Vacinas	-	353	360
loga	12	22	22
Jump	05	-	-
Maquiagem	51	-	-
Massagem corporal	51	44	82
Medidas da circunferência abdominal	109	206	305
Muay Thai	09	-	-
Orientações com nutricionista	33	-	-
Orientação ergonômica	-	-	108
Orientações para manuseio correto de carga pesada	12	-	-
Pilates	-	16	-
Shiatsu terapia	22	-	-
Verificação de glicemia	109	220	389
Workshop	-	-	97
Total	3.554	4.726	3.903

Fonte: Setor de Saúde

Nesta Perspectiva, visando sempre melhorar o clima organizacional, foram realizados vários atendimentos a membros e servidores, conforme destacado no comparativo 2012 a 2014:

Tabela 5.3.5.2 – Comparativo de atendimentos – 2012/2014, em (unid)

Especialidade/Ação	Quantidade		
	2012	2013	2014
Enfermagem	1.357	1.586	1.347
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	-	45	39
Fisioterapia	1.260	1.322	646
Médica	962	1.487	1.058

Odontologia	805	785	631
Psicologia	29	45	19
Visitas técnicas – Enfermagem	10	02	01
Visitas técnicas – Fisioterapia	-	-	03
Visitas técnicas – Médica	08	75	02
Visitas técnicas – Psicologia	17	-	02
Perícias médicas	04	06	-
Pareceres médicos	04	96	-
Total	4.456	5.426	3.748

Fonte: Setor de Saúde

Conforme destacado nas tabelas anteriores, a Procuradoria-Geral de Justiça vêm buscando proporcionar uma maior qualidade de vida e incentivar a frequência ao trabalho por meio de práticas gerenciais e culturais.

Além, dessas ações o Setor de Saúde do Ministério Público realiza procedimentos ligados à concessão: remoção por motivo de saúde, readaptação, licença para tratamento de saúde, licença para tratamento de pessoa da família, aposentadoria por invalidez, licença de gestação, emissão de laudo de posse, exame pré-admissional, e outros. Além disso, especificamente na área de saúde ocupacional, há procedimentos para caracterização de acidentes em serviço, de atividades insalubres, penosas e que impliquem em risco de vida.

A seguir serão apresentados alguns dos resultados obtidos com a análise dos dados relacionados à quantidade de afastamentos.

Tabela 5.3.5.3 – Quantidade de afastamentos de 2012/2014, em (unid)

Descrição	Quantidade		
	2012	2013	2014
Absenteísmo por motivo de saúde	595	941	1.384
Absenteísmo por faltas não justificadas	57	-	72
Absenteísmo por Licença Maternidade	-	14	26
Acidentes de Trabalho	-	-	-
Doenças Ocupacionais	-	-	-
Total	652	955	1.482

Fonte: Setor de Saúde

5.3.6 Ação 6015: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

Quadro 5.3.6 – Resumo da ação

Título	6015 – Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
9.200.000,00	9.144.018,00	9.143.118,48	9.143.118,48	99,99

Os recursos alocados para a execução da ação no exercício 2014 serviram para cobrir o pagamento de direitos reconhecidos, em razão de decisões oriundas de órgãos do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público, em relação aos processos administrativos para incluir no cômputo dos direitos dos integrantes deste Parquet, mormente os referentes à Parcela Autônoma de Equivalência.

O pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) é realizado em cumprimento da lei. A Lei Federal nº 8.448, de 21 de julho de 1992, disciplina a aplicação do artigo 37, XI e art. 39, § 1º da Constituição Federal que dispõe sobre a equivalência de remuneração percebida pelos membros do Congresso Nacional, ministros de Estados e ministros de Supremo Tribunal Federal (STF).

O referido pagamento precisou ser dividido em parcelas, de forma a ser suportado pelo orçamento da Procuradoria-Geral de Justiça, ressaltamos que no exercício de 2014 foram pagas 12 parcelas, com um valor total de R\$ 9.143.118,48. Destacamos, ainda, que a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) foi atualizada pela Tabela Prática para Cálculo de Atualização dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO), na qual está expressa que “não estão incluídos os juros moratórios, apenas a correção monetária”.

5.3.7 Ação 2380: Manutenção de serviços de informática

Quadro 5.3.7 – Resumo da ação

Título	2380 – Manutenção de serviços de informática			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.799.333,00	1.799.333,00	1.617.998,46	1.364.925,37	89,92

A ação de Manutenção de Serviços de Informática provê recursos para o complexo de tecnologia da informação destinado a manter a infraestrutura tecnológica que suporta os sistemas computacionais do Ministério Público utilizados no esforço institucional para atender a Missão Institucional “Ser reconhecida como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Os recursos alocados visam atender contratos de manutenção de equipamentos de informática/telecomunicação e manutenção de sistemas, bem como a realização de contratos destinados ao fornecimento de suprimentos de informática.

Visam, ainda, solucionar as limitações tecnológicas impostas às áreas de atuação. Para tanto, o Departamento de Tecnologia da Informação – DTI disponibiliza conexão com Internet para todas as Comarcas do Interior, sendo que as Comarcas de maior porte recebem um link para auxiliar no atendimento das Promotorias.

Aqui se inclui, ainda, a realização de despesas com manutenção e adequação de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Dessa forma, os recursos alocados estão alinhados ao Planejamento Estratégico da Instituição, a fim de apoiar o Ministério Público no alcance de seus objetivos estratégicos, entre eles: “Garantir infraestrutura física adequada” e “Ter sistemas integrados que auxiliem no controle e demanda e na tomada de decisões”.

Assim, a área de Tecnologia da Informação no âmbito desta PGJ, sob responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, vem buscando avançar. Esta mudança de mentalidade é fruto do trabalho iniciado em 2010, a partir da concepção do Planejamento Estratégico 2010 – 2018, visando à boa Governança

Corporativa e de TI, por meio da aprovação e publicação de diversas normas e diretrizes internas, inclusive a criação de Comitê Estratégico de TI e a elaboração do Projeto de Infraestrutura de Tecnologia da Informação.

Outra importante ação foi suprir a sede do Ministério Público em Palmas, de acesso rápido e de alta disponibilidade 24 horas à Internet e Intranet, permitindo assim que todas as Promotorias de Justiça, tanto da capital como do interior, Procuradorias e Departamentos tenham acessos aos sistemas de gestão disponíveis na intranet em tempo real, bem como aos e-mail institucionais, com agilidade. Esta medida tornou-se a principal despesa desta ação.

Em relação à área de suporte de atendimento, no decorrer de 2014 foram prestados 3.121 atendimentos de manutenção e suporte em informática, em Palmas e Promotorias localizadas no interior do Estado. A seguir, a comparativa de atendimento de 2010-2014:

Tabela 5.3.7.1 – Comparativo de atendimentos em 2010-2014

Ano				
2010	2.011	2012	2013	2014
2.111	3.116	2.815	3.069	3.121

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

A tabela acima demonstra uma distribuição dos atendimentos referentes aos suporte a ambientes e microinformática, aplicativos e bases de dados, bem com a sistemas operacionais de comunicação visando a atualização constante.

6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2018

Neste exercício de 2014, este Ministério Público do Estado do Tocantins, através de sua Procuradora-Geral de Justiça, deu prosseguimento ao processo de revisão de seu Planejamento Estratégico 2010-2018.

A metodologia utilizada para a revisão do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins tomou como base os ditames da Portaria nº 077/2013, da Procuradoria-Geral de Justiça, que instituiu a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia – CPGES, com a finalidade de desenvolver, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de planejamento estratégico, promoção institucional, articulação de políticas públicas e sociais, inteligência e segurança.

A Comissão Permanente de Gestão da Estratégia foi responsável por criar e executar a metodologia de Revisão do Planejamento Estratégico 2010-2018. Para tanto, foram divididas atribuições, responsabilidades e prazos, para que cada membro pudesse apresentar ao grupo os trabalhos realizados, visando somatório de contribuições e construção conjunta.

Esse trabalho, que possibilitou concluir o novo Mapa Estratégico do MP-TO no ano de 2013, teve prosseguimento em 2014, com ênfase no desenvolvimento dos projetos estratégicos institucionais e na mensuração dos novos indicadores para a formação de metas.

Foram indicados como propostas de projetos estratégicos institucionais os seguintes:

1. Projeto geral para desenvolvimento de sistemas informáticos
2. PROJETO: Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania
3. PROJETO: “Cidadania em foco” (audiovisual)
4. PROJETO: MP Ação e Informação
5. PROJETO: “Selo Praia Legal”
6. PROJETO: “MP Itinerante”
7. PROJETO: Estruturação Ascom
8. PROJETO: Comunicação Integrada
9. Projeto Operação Pró-consumidor

10. Projeto “MP contra as drogas, cidadão longe do vício”
11. Projeto “Tocantins contra a violência sexual infanto juvenil”
12. Projeto “Profissionalizando a Capacidade da Mulher”
13. Projeto Propriedade Legal
14. Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental
15. Projeto “Prefeito Amigo do Meio Ambiente”;
16. Projeto ReciclaMP
17. Implantação e estruturação do Escritório de Projetos do Ministério Público do Tocantins
18. Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins
19. Plano de Capacitação Institucional
20. Projeto Tolerância Zero contra o Álcool no Trânsito
21. Projeto Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas no Tocantins
22. Programa de Atendimento ao Usuário de Drogas
23. Projeto de Estruturação do Sistema de Inteligência, Contra Inteligência e Interceptações do GAECO
24. Projeto Articulação da Rede de Combate à Violência Doméstica
25. Projeto Padronização da Fiscalização em Estabelecimentos de Longa Permanência de Idosos
26. Projeto Levantamento da situação de abandono de idosos no Estado do Tocantins
27. Projeto Campanha de conscientização dos direitos eleitorais
28. Projeto Gestão de Processos do MPE redesenhada para a busca de maior eficiência e eficácia organizacional
29. Carta de Serviços do MPE
30. Gespública
31. Projeto de Incentivo ao autodesenvolvimento
32. Projeto Banco de Talentos
33. Projeto PENSA
34. Projeto: Saúde e Vida
35. Projeto: Integração
36. Projeto: Vida e Movimento
37. Projeto de “Adequação da Infraestrutura do Ministério Público do Estado do Tocantins”

Os dados colhidos neste período mostram a evolução da atuação do MP-TO em 2014, tanto quantitativa quanto qualitativa, à medida que alguns indicadores foram mensurados pela primeira vez, ampliando o rol de informações estratégicas. Apresentamos, a seguir, os resultados:

Tabela 6.1.1.1 – Indicadores Estratégicos ano 2013-2014

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2013	Resultado 2014
Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	1. Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	231.048	250.509
Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	2. Grau de satisfação no atendimento do MP/TO	-*	-*
Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	3. Pesquisa de imagem do MP/TO, em nível regional	-*	49,37%
Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	1. Indicador: Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	4.397	1.287
Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	2. Indicador: Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas	10.586	12.875
Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	3. Indicador: Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	4.071	7.587
Exigir o cumprimento do direito à educação	1. Indicador: Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	605	254
Exigir o cumprimento do direito à educação	2. Indicador: Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação	250	119
Promover o atendimento ao dependente químico	1. Indicador: Ações voltadas a execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”	-*	-*

Fortalecer a prevenção e repressão à violência sexual infantojuvenil	1. Indicador: Ações voltadas a execução do Projeto "Tocantins contra a exploração sexual infantojuvenil"	-*	-*
Combater criminalidade	1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade	105.638	106.481
Combater criminalidade	2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade	38.995	99
Efetivar controle externo da atividade policial	1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial	1.812	1.944
Efetivar controle externo da atividade policial	2. Ações extrajudiciais de Controle Interno da Atividade Policial	318	123
Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas	1. Ações de Fiscalização da Execução Penal	8.375	14.382
Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas	2. Inspeções nas unidades prisionais	-*	-*
Combater o crime organizado	Ações de combate ao crime organizado	2.746	4.132
Combater a violência doméstica	Ações de combate a violência doméstica	11.897	17.388
Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	1. Ações Judiciais de crimes contra pessoas com deficiência	38	35
Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	270	205
Exigir o cumprimento dos direitos do idoso	Ações de fiscalização da execução da política do idoso	886	583
Exigir o cumprimento do direito à saúde	1. Ações Judiciais de cumprimento do direito à saúde	1.391	2.403
Exigir o cumprimento do direito à saúde	2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	8.092	2.025
Combater improbidade e recuperar ativos	1. Ações Judiciais de combate a improbidade e recuperação de ativos	4.865	2.801
Combater improbidade e recuperar ativos	2. Ações extrajudiciais de combate a improbidade e recuperação de ativos	7.360	3.309
Exigir o cumprimento do direito eleitoral	1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	10.945	7.747

Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	1. Indicador: Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	2.495	878
Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	2. Indicador: Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	874	526
Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	3. Indicador: Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	3.229	7.925
Promover a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais	1. Indicador: Ações voltadas a execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)	_*	_*
Promover a defesa dos direitos do consumidor	1. Indicador: Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	9.027	321
Promover a defesa dos direitos do consumidor	2. Indicador: Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	277	956
Promover a defesa dos direitos do consumidor	3. Indicador: Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor;	69	1.523
Ampliar parcerias estratégicas	1. Parcerias realizadas	25	24
Garantir segurança institucional	1. Adequação em segurança	_*	0/30
Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	1. Nota GESPÚBLICA	209	586
Otimizar a utilização dos recursos	1. Custo médio por processo (Em R\$)	533,40	555,73
Ter comunicação institucional efetiva	1. Número de acessos ao portal do MPE	1.552.219	1.253.814
Ter comunicação institucional efetiva	2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	5.988	4.569
Ter comunicação institucional efetiva	3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	_*	_*
Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	1. Indicador: Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	13,71	15,86

Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	2. Indicador: Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição dividido pelo número total de membros e servidores em exercício	-*	-*
Atrair e reter talentos	1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	4%	4,36%
Atrair e reter talentos	2. Concorrência nos Concursos Públicos (segmentada por cargos)	-*	-*
Atrair e reter talentos	3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	-*	-*
Garantir clima organizacional favorável	1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual	-*	-*
Garantir clima organizacional favorável	2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	4.726	3.903
Ter comunicação interna efetiva	1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	-*	-*
Ter comunicação interna efetiva	2. Número de acessos às áreas da intranet	-*	-*
Garantir Infraestrutura física adequada	1. Percentual de Execução de Infraestrutura = (% de Infraestrutura imobiliária adequada [peso 45%] + % de frota de veículos adequada [peso 20%] + % de Infraestrutura mobiliária adequada [peso 25%] + % de Infraestrutura adequação predial realizada [peso 10%])	40,35%	49,71%
Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	1. Integração dos Sistemas do MPE-TO = (nº de sistemas integrados / (nº de sistemas existentes + nº de novas demandas)) * 100	71,11%	-*
Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional	1. Participação orçamentário- financeira do MP/TO em relação à Receita Líquida de Impostos	2,71%	2,81%

*Indicadores ainda sem mensuração

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

7. GESPÚBLICA – ATIVIDADES DE 2014

No ano de 2014, o Ministério Público do Estado do Tocantins concluiu seu 3º ciclo de autoavaliação da gestão pelo Programa GESPÚBLICA.

Em três ciclos de autoavaliação da gestão, o Ministério Público do Estado do Tocantins evoluiu sua gestão e alcançou pontuação de destaque no programa Gespública, saltando de 109 para 586 pontos, que medem a maturidade de instituição em termos administrativos.

Também mereceu destaque o pioneirismo do MP-TO em realizar a autoavaliação do ciclo 2013/2014 pelo novo modelo desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, totalmente online.

Evolução da pontuação no Gespública

- 1º ciclo (2009/2010): Nota 109
- 2º ciclo (2011/2012): Nota 209
- 3º ciclo (2013/2014): Nota 586

Em cada ciclo da autoavaliação da gestão do MP-TO, os membros e servidores que compõem o Comitê Gestor do Programa Gespública apresentam um plano de melhoria da gestão visando alcançar o nível de excelência na gestão pública.

No 3º ciclo de autoavaliação (2013/2014), as principais oportunidades de melhoria giraram em torno da evolução na comunicação, do mapeamento e simplificação de processos internos, da necessidade de novos sistemas informáticos para as áreas meio e fim e da necessidade de ações de reconhecimento da atuação destacada de membros e servidores da instituição.

Essa busca pela melhoria da gestão está melhor demonstrada na tabela das oportunidades de melhoria do MP-TO a seguir apresentada:

Quadro 7.1 – Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins

Critério 1 - Governança	
1.	Alterar o ATO nº 004, de 21/01/2013 no sentido de possibilitar agilização do fluxo processual de compras e Desenvolver a Gestão Democrática e empoderada (descentralização/delegação/competência).
2.	Realizar reuniões proativas periódicas com pautas definidas no MP e nas sedes das Promotorias de Justiça do Interior, entre os chefes de departamentos, assessorias e a alta administração, além de reuniões intra setoriais para conhecimento das deliberações entre os servidores e as chefias, a fim de buscar melhores soluções para a instituição, evitando as reuniões reativas.
3.	Disseminar plenamente a visão, a missão e os valores do MP para seus integrantes, através do site, banners, e-mail institucional, contracheque, folders.
4.	Revisar o Regimento Interno do MP para viabilizar construção do Fluxograma de processos no MP.
Critério 2 - Estratégias e Planos	
5.	Criar e avaliar o Plano de Riscos, o Plano de Impacto dos Riscos ou Plano de Respostas dos Riscos dentro MP.
6.	Ampliar a composição da comissão de construção e revisão do Planejamento Estratégico do MP, para incluir todos os chefes dos departamentos, e o Controle Interno.
7.	Criar mecanismos participativos para alcançar maior acompanhamento na implementação da estratégia, Comunicar, sensibilizar e trazer os membros para a discussão na estratégia da gestão.
Critério 3 - Público – alvo	
8.	Criar protocolo de atendimento e fornecer ao cidadão o caminho eletrônico para acompanhamento.
9.	Aplicar pesquisa pós-atendimento de satisfação organizacional com público externo, através da área de atendimento, buscando saber da resolatividade de sua demanda, satisfatório ou não.
10.	Criar formulário de retorno de atendimento a ser preenchido pelo analista Ministerial na Promotoria de Justiça para identificar se o atendimento teve resolatividade plena ou parcial
11.	Condicionar a instituição ao atendimento pleno a portadores de necessidades especiais (aplicação na Res. 81 CNMP), inclusive criar e prover vaga em cargo público com especialidade em libras.
12.	Aplicar pesquisa de imagem externa que identifique o MP entre as instituições públicas.
13.	Promover análise da imagem institucional com técnico em marketing.
14.	Fazer chegar a população residente na periferia das cidades os resultados institucionais.
15.	Editar em meio econômico cartilha instrutiva do MP, com a finalidade de alcançar população menos favorecida.
16.	Criar uma comissão para elaborar formulário pesquisa institucional de satisfação ao atendimento.
17.	Realizar pesquisa de identificação institucional através dos membros do comitê interno do GesPública nos locais de concentração pública.
18.	Realizar ações através do MP itinerante que o aproxime da sociedade (MP Social).
19.	Estruturar fisicamente e de Recursos Humanos a ouvidoria do MP.

20.	Melhorar índices de atendimento ao público nas Promotorias de Justiça.
21.	Criar padrões para monitoramento da qualidade e eficácia no atendimento.
22.	Dar publicidade das atribuições e massificar a divulgação do número do telefone da ouvidoria do MP.
23.	Criar canal direto de reclamação na ouvidoria (Telefone 127).
24.	Criar e distribuir em locais públicos uma caixa de sugestões itinerantes.
Critério 4 - Interesse público e cidadania	
25.	Construir e Aplicar a Carta ao Cidadão nos moldes do Programa Gespública.
26.	Desenvolver e aplicar Pesquisa de Satisfação do cidadão usuário dos serviços do MP, visando mensurar a satisfação em relação a atuação desse órgão, bem como aferir os indicadores de Atendimento ao Público contidos no Planejamento Estratégico.
27.	Realizar através da Assistência Social da Diretoria de Recursos Humanos, o “Balanço Social”, para aferir arrecadações e distribuições de donativos realizados no MP.
28.	Promover através da área de Psicologia da DRH, ações com vistas a melhorias das relações intersociais (balanço social) nas causas que impactam as áreas sociais, econômicas e ambiental do MP.
29.	Definir calendário prévio de realização de audiências públicas regionalizadas para ouvir a sociedade quanto aos objetivos estratégicos institucionais.
30.	Aprimorar canais de recebimentos de informações dos aspectos econômicos, ambientais que esteja ligados a estratégia institucional do MP.
31.	Refinar as ações do Programa RECICLAMP através de ações que envolvam os servidores do MP com seus objetivos e promova o relançamento do programa.
32.	Implementar auditorias operacionais com foco em avaliação de risco.
33.	Divulgar interno e anualmente o número e os motivos de processos disciplinares instaurados contra integrantes do MP (sindicâncias e procedimentos).
34.	Ampliar o número de audiências públicas para efetiva participação social na concepção dos processos de projetos para as atividades e serviços do MP.
35.	Criar balcão itinerante do MP nos locais de concentração popular (Feiras e outros) como forma prática do ministério público social.
36.	Realizar parceria com o Governo do Estado para exposição das ações do MP nos grandes eventos tocantinenses.
37.	Mostrar no sítio do MP, número de consulta ao protocolo e quantidade de acesso(consulta) por trimestre.
38.	Incentivar cidadãos a participação no controle social da instituição com integração efetiva do cidadão - sociedade organizada.
39.	Criar meta e indicadores para ouvidoria do MP.
40.	Divulgar os resultados dos atendimentos da ouvidoria do MP.
Critério 5 - Informação e conhecimento	
41.	Atribuir responsabilidade dos créditos ao Gespública das melhorias levantadas.
42.	Construir e publicar internamente um catálogo para uniformizar a identificação e descrições dos materiais disponíveis no almoxarifado a ser distribuídos nos setores.
43.	Alinhar a comunicação do MP para dar publicidade as suas ações de forma que alcance o público-alvo - “interno”.
44.	Promover a história do MP através dos saberes dos integrantes inativos que laboraram na criação e implantação do MP.
45.	Estimular os integrantes do MP a utilizarem o e-mail institucional e acessarem diariamente o sistema institucional Athenas.

46. Disponibilizar no Portal do MP, os áudios das Reuniões do Colégio dos Procuradores gravados ou ao vivo.
47. Melhorar a divulgação dos Atos e Orçamentos para que tenha a participação dos integrantes na sua elaboração, criando cultura no MP para os setores acompanhar as ações ligando-os ao planejamento estratégico e a gestão pública de qualidade.
48. Divulgar o Mapa Estratégico do MP, através da exposição em banners, promover palestras setorializadas e alinhar a comunicação aos objetivos estratégicos.
49. Enriquecer o sítio eletrônico do MP socializando e dando maior publicidade aos Projetos Institucionais e sociais.
50. Disponibilizar no Portal do MP os ATOS editados e os que antecedem o ano 2008 até mais antigos.
51. Construir 01 semana de Alinhamento no MPE, disseminando a cultura organizacional, apresentando o Planejamento, as Oportunidades de Melhorias do Gespública para revisão, anualmente ou semestralmente, de todos os setores, uma vez em janeiro outra em agosto.
52. Utilizar como ferramenta a tecnologia dos smartphones, como melhoria para a comunicação interna no envio de mensagens institucionais “textos e vídeos” aos integrantes do MP.
53. Comunicar orçamento estabelecido pelo colégio no mural e no realinhamento.
54. Trocar o título protocolo por acompanhamento processual no Portal do MP.
55. Criar banco de dados único que permita a integração dos sistemas de informações do MP.
56. Criar e prover vagas no quadro de pessoal do MPE, especialistas em informática para suprir a demanda crescente.
57. Implementar recursos financeiros destinados ampliação da capacidade da tecnologia da informação do MP.
58. Adquirir equipamentos para modernizar o parque tecnológico do MP, quanto a capacidade de transmissão e recepção de dados internet.
59. Garantir a confiabilidade da base de dados dos bancos existentes no MP.
60. Implantar política de comprometimento das informações e de utilização do “RAF”.
61. Implementar certificação de qualidade e eficiência dos sistemas desenvolvidos pela equipe técnica do MP.
62. Criar através da equipe técnica em informática um sistema finalístico institucional próprio, que permita acesso e troca de informações para agilizar ações ministeriais.
63. Integrar todo os sistemas de informações do MP.
64. Manter constante atualização para tornar os sistemas de informações sempre modernos.
65. Priorizar investimento financeiro para aplicar sistematicamente na preservação da integridade e consistência dos bancos de dados institucional.
66. Criar e prover cargo efetivo na área de arquivologia.
67. Divulgar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.
68. Aprimorar os processos institucionais através de reanálise para atender adequadamente às disposições da Lei de Acesso à Informação.
69. Realizar pesquisa para aferir o grau de satisfação dos usuários com os serviços de informação, monitorá-la e avaliá-la a fim de identificar possíveis melhorias e/ou inovações dos serviços.
70. Resgatar a memória documental e fotográfica nos arquivos do MP com Bibliotecário.
71. Promover encontros informais que enalteçam o resgate de conhecimento dos

	servidores do MP.
72.	Construir Banco de Talentos do MP para utilizá-los nos programas culturais e eventos institucionais.
73.	Implementar no MP Gestão por Competências, Gestão de Pessoas, Mudança Comportamental e Cultura Organizacional.
74.	Construir a foto/imagem do Gespública para o público interno do MP.
75.	Melhorar a infraestrutura dos backup do MP.
76.	Criar ou adquirir Software de Sistemas de digitalização de documentos.
Critério 6 - Pessoas	
77.	Estabelecer as horas dedicadas pelos servidores do MP à autoavaliação institucional sejam certificadas como horas de aperfeiçoamento funcional.
78.	Melhorar a estrutura com maior espaço físico e aumentar o número de servidores da área de manutenção.
79.	Criar legalmente na estrutura organizacional do MP a área de Engenharia.
80.	Aumentar a força de trabalho do setor de protocolo.
81.	Regulamentar o Setor de Saúde do MP, requisito para atender as exigências da Vigilância Sanitária.
82.	Realizar avaliação cinético funcional dos integrantes do MP que aderirem ao programa de ginástica laboral.
83.	Promover através do Departamento de RH o acompanhamento dos integrantes do MP na situação de Licença Saúde, para favorecer os cuidados com a força de trabalho.
84.	Implementar o Banco de Horas na gestão de frequência dos servidores.
85.	Desenvolver o sistema informático de avaliação de estágio probatório.
86.	Implementar o sistema de empréstimo consignado que possibilite acessibilidade e facilidade aos integrantes do MP.
87.	Ampliar o espaço físico da sala de execução de diligências que permita a comodidade da sua força de trabalho.
88.	Regulamentar a indenização dos serviços executados externamente por Oficiais de Diligências com a utilização de veículos próprios.
89.	Implementar ações visando diminuir a rotatividade de servidores no Controle Interno
90.	Construir uma Cartilha de Orientação para o servidor ingresso no quadro do MP disseminando e mantendo a cultura organizacional.
91.	Divulgar no site MP o Código de Ética do servidor e Conscientizar os servidores da Responsabilidade e Riscos externos de carregar o nome de servidor do MP.
92.	Implantar atuação dos Assessores Jurídicos por Especialização.
93.	Redefinir legalmente a estrutura organizacional da Secretaria da Assessoria Especial, com vistas a sua atuação e valorização do seu quadro de pessoal.
94.	Ampliar a força de trabalho da Assessoria Jurídica da DIGER, e o espaço físico para proporcionar um ambiente exclusivo ao assessor que labora com processos de sindicâncias.
95.	Garantir segurança a Assessoria Jurídica da DIGER, de eventual cobrança de terceiros interessados em pareceres e processos.
96.	Criar e desenvolver Projetos de Gestão de Pessoas para o MP com vistas ao desenvolvimento dos recursos humanos.
97.	Promover ações de integração que favoreça a aproximação entre membros e integrantes, visando minorar a distancia no relacionamento entre estes.
98.	Ampliar parcerias para realização de cursos (Esmat, Adesg) – Egove, IES/TO, TCE, MJ.

99. Criar programa permanente de capacitação de membros e servidores e Fazer gestão do conhecimento com a finalidade de disseminar cursos, reuniões, seminários que enriqueçam o conhecimento institucional.
100. Constituir grupos de estudos, trabalho, fóruns e comitês multifuncionais para troca de experiências.
101. Formação de quadro próprio de Tutores/Multiplicadores (Incentivo).
102. Revisar o PCCS e criar o Estatuto dos servidores do Ministério Público, no intuito de atrair e reter talentos na instituição.
103. Entregar cartão de cumprimento pela passagem do aniversário dos servidores na véspera, não à posteriori, vez que a data é prevista como dia de folga.
104. Criar um espaço de convivência para os servidores do MP que permaneçam no período de almoço.
105. Aumentar o quadro de pessoal do setor Assessoria de Comunicação do MP com mais dois servidores e dois estagiários de comunicação.
106. Elaborar manual de rotina das atividades de cada departamento para padronizar as ações e procedimentos no âmbito do MP.
107. Implantação da avaliação 360 graus e que seja realizada de forma regular e constante e diferenciada por níveis de gerenciamento.
108. Fazer reformulação do banco de dados de RH para criar o banco de talentos e qualificações do MP, segundo as funções e departamentos.
109. Fazer avaliação diferenciada dos cargos de direção e assessoramento superior.
110. Realizar sistemática pesquisa do clima organizacional que permita identificar os fatores que afetam a satisfação o bem-estar e a motivação da força de trabalho e possibilitem a erradicação destes.
111. Especificar recursos para área fim e área meio destinados ao aperfeiçoamento e capacitação funcional.
112. Descentralizar de Palmas os cursos Presenciais – regionalizar e ofertar mais cursos EAD.
113. Criar um banco de dados dos integrantes capacitados em cursos para serem multiplicadores.
114. Especializar o pessoal do atendimento em “mediação de conflito”.
115. Criar Comitê/Conselho Administrativo composto por integrantes do MP para subsidiar tomadas de decisões Administrativas.
116. Apresentar o que é GESPÚBLICA e Autoavaliação do MP para o Colégio de Procuradores.
117. Desenvolver Gestão de compartilhamento de Informações para multiplicar conhecimentos e práticas administrativas entre os integrantes do MP.
118. Construir o Perfil Profissiográfico dos servidores do MP para utilização na indicação da pessoa para um determinado cargo.
119. Institucionalizar metas por setor/servidor no fluxo de trabalho.
120. Alinhar o Banco de Horas com a Gestão de Resultados para aferir resultados.
121. Construir e aplicar Curso de Formação para novos integrantes empossados.
122. Solicitar ao CESAF ministração de curso de aperfeiçoamento por competências para os novos empossados.
123. Elaborar anualmente 01 (um) Projeto por Departamento relacionado a sua área de atuação para ser apresentado ao PGJ.
124. Criar Fóruns Coletivos de discussão Institucional das rotinas de Trabalho.
125. Criar Reunião Geral (Agenda Aberta de Discussão) dos chefes de Departamentos, Assessorias, quinzenais para construção de ideias e realinhamento de informações.

126.	Acompanhar e monitorar o PCCR com referencial comparativo do mercado.
127.	Sistematizar o monitoramento remuneratório do quadro de pessoal do MP.
128.	Construir e aplicar uma agenda permanente de discussão com os servidores para atender metas institucionais.
129.	Definir o real papel da Fisioterapia em regulamento próprio (preventivo/tratamento) no âmbito do MP.
130.	Construir regulamento de atendimento dos profissionais da fisioterapia e odontologia no âmbito do MP.
131.	Ministrar em horário e local único a realização de ginástica laboral dos integrantes do MP.
132.	Criar a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
133.	Criar caixa de sugestão própria ao setor de saúde.
134.	Criar um cargo público de médico da saúde do trabalhador para atuação na avaliação da capacidade laborativa da força de trabalho.
135.	Criar vaga de estagiários de fisioterapia no MP para suprir demanda força de trabalho e contribuir na formação de novos profissionais.
136.	Criar projetos que demande maior atuação do psicólogo dentro do MP com os servidores por equipe, departamento, com dinâmica de grupo motivacional.
137.	Disponibilizar on-line, intranet, dicas de saúde, postura, ergonomia, entre outros.
138.	Aplicar questionário multidisciplinar de satisfação dos servidores e gerenciar os dados para efetiva atuação das especificidades da área da saúde.
139.	Elaborar projetos específico da saúde do trabalhador com finalidade de carrear recursos financeiros para implementação de melhorias.
140.	Desenvolver projetos de integração dos integrantes do MP como retiros externos, passeios, que possam fortalecer relacionamentos interpessoais.
141.	Aplicar o projeto de integração dos integrantes do MP aos setores de: Comunicação, Cerimonial para que produzam Calendário único de Eventos do MP.
142.	Promover curso de Capacitação aos Oficiais de Diligências, específico da área de atuação para melhoria do desempenho das atividades.
143.	Aperfeiçoar os enunciados da Avaliação Periódica de Desempenho - APD e utilizar suas respostas para programação de necessidades de Cursos de capacitação.
144.	Elaborar Plano Educacional do Cesaf levando em conta as notas das APD e demandas levantadas nas reuniões do Comitê interno do Gespública.
145.	Aproveitar os profissionais do Quadro do MP na ministração de curso presenciais e incentivar a prática de multiplicadores aos participantes de cursos oferecidos pelo CESAF (Ato de Instrutoria).
146.	Sistematizar aplicação de pesquisa para levantar os benefícios do curso e resultados Pós-cursos para a instituição.
147.	Construir Política de Renumeração que contemple a valorização por qualificação e que estimule a aprendizagem constante do servidor.
148.	Regulamentar licença renumerada que possibilite afastamento do trabalho aos servidores para cursar especialização “mestrado” e/ou “doutorado”.
149.	Ampliar Bolsa de Estudo para alcançar servidores do MP matriculados em cursos de Pós-graduação.
150.	Alterar a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do MP (organograma) para tornar a área de manutenção um Departamento institucional.
Critério 7 - Processos	
151.	Simplificar o processo de manutenção de veículos quanto ao fluxo e abreviar tempo quanto a solicitação ao pagamento.

152. Adoção do uso de cartão corporativo na área de manutenção predial com a finalidade de socorrer urgências em manutenção.
153. Modernizar eletronicamente a área de patrimônio do MP para que seus processos sejam plenamente informatizados.
154. Formar uma comissão de estudo para reavaliar o ATO nº 28 que trata da movimentação e lotação de bens móvel.
155. Modernizar o guia de movimentação de bens patrimoniais para possibilitar a baixa no sistema no ato da movimentação do bem.
156. Aperfeiçoar o sistema informático de tombamento de bens patrimoniais para evitar a geração de mobiliários com duas plaquetas de identificação de patrimônio.
157. Desenvolver sistema informático próprio para controle de estoque e validade de produtos do almoxarifado do MP e que corrija diferença quantitativa entre o virtual e o físico.
158. Desenvolver sistemas informáticos que permita a eliminação das 187 planilhas manuais usadas pelo Departamento de RH.
159. Eliminar o desperdício com a impressão física de pareceres e pautas de julgamento.
160. Padronizar e unificar as informações do controle interno com disponibilização de acesso à consulta a todos os departamentos do MP para evitar as devoluções dos processos por falta de correção com as normas.
161. Disponibilizar dois monitores para facilitar o trabalho com processos virtuais.
162. Adquirir escâner para virtualizar documentos facilitando o envio de documentos ao CNMP e outros.
163. Desenvolver através do Departamento de TI um sistema para monitorar o tempo de permanência dos processos com seus respectivos assessores, para indicar a eficiência de forma a ampliar os resultados, semelhante ao existente na Justiça Federal.
164. Realizar avaliação periódica dos fornecedores de produtos e serviços da área de comunicação, de modo que tenha posterior reflexo na melhoria das especificações dos editais de licitações.
165. Criar uma comissão composta pela Diretoria-geral, DRH, Diretoria de Planejamento, Assessoria Jurídica e Expediente para elaborarem o plano de Fluxograma do MP.
166. Criar e manter banco de dados de parcerias do MP para repasse de feedback a estas parcerias.
167. Buscar novas parcerias com órgãos e instituições que darão maior visibilidade as ações do MP, como instituições federais / MJ e outros através dos CAOP's.
168. Desenvolver sistema informático para facilitar a APD.
169. Definir e distribuir responsabilidade em várias áreas do MP para buscar novas parcerias.
170. Criar mecanismo para que a atividade fim cumpra o desiderato de prestar informação para alimentar dados da execução.
171. Desenvolver sistema gerencial orçamentário.
172. Criar mecanismos facilitadores para alimentar dados dos indicadores com vistas ao monitoramento e avaliação.
173. Melhorar (refinar) os indicadores finalísticos com o fito de reduzir sua variabilidade, aumentar sua confiabilidade e ampliar sua capacidade de gerar resultados.
174. Criar sistema de processo "extrajudicial eletrônico".
175. Estimular os Membros do MP a incorporar práticas que facilite a alimentação dos sistemas de tecnologia já existentes com dados dos processos.

176.	Estimular a incorporação e desenvolvimento de Boas Práticas já identificadas (Banco de boas práticas), relacionadas aos processos finalísticos.
177.	Denúncias realizadas através da web, sejam direcionadas online a Promotoria de Justiça de sua Jurisdição.
178.	Transferir o acesso as denúncias web para abertura e controle pela ouvidoria do MP.
179.	Linkar telefone das Promotorias de Justiça da jurisdição no momento da denuncia web.
180.	Implementar política de comprometimento de alimentação dos dados do “RAF” para suprir as informações necessárias ao acompanhamento das metas institucionais.
181.	Designar uma comissão para revisão da Resolução 03/2013 com a finalidade de sugerir melhorias para assegurar acesso e qualidade no atendimento aos seus públicos-alvos.
182.	Construir o Banco de Dados do setor de Atendimento para evitar o resserviço.
183.	Normatizar e divulgar o horário de atendimento das promotorias de justiça do interior e da capital, em banner, site MP e outros.
184.	Criar na sede das Promotorias de Justiça a estrutura do atendimento (Sala do cidadão) no interior.
185.	Instruir ao cidadão que busca atendimento do MP a usar o sistema de denúncia disponível no site MP.
186.	Lotar um Analista Ministerial Área Jurídica, no setor de atendimento ao cidadão do MP para realizar triagem técnica.
187.	Aplicar Análise crítica do desempenho nos processos de atendimento ao público no MP.
188.	Construir indicadores para acompanhar e avaliar o desempenho da parceria dentro da celebração de convênios com entidades.
189.	Criar cargo/função de Gerência para realizar acompanhamento da execução das ações do PPA.
190.	Criar e formalizar acordos de Gestão, visando a gestão por competência.
191.	Construir “Projeto Conhecendo as Práticas Exitosas do MP” para apresentação a outras instituições públicas, marketing institucional.
192.	Criar Projeto de atuação efetiva do MP junto ao executivo para aprimorar o controle da Gestão Fiscal, maximizar a arrecadação dos impostos e combater a sonegação fiscal estadual.
193.	Aumentar o orçamento do MP e aumentar salário dos servidores do quadro auxiliar do MP.
194.	Alocar em espaço físico único o estoque do Almoxarifado Central do MP.
195.	Realizar Inventário Anual, melhorar espaço físico, ver demanda x estoque mínimo do Almoxarifado central.
196.	Fazer Inventário Anual e Transferência de Responsabilidades, com Controle de Estoque por área com Controle de Consumo.
197.	Informar média de consumo dos departamentos e mandar pela rede para evitar impressões.
198.	Construir Banco de Dados formal para lançar avaliação dos fornecedores após Execução, quanto ao prazo, qualidade, preço, desempenho, ações corretivas e repassar aos fiscais de contrato.
199.	Criar cadastro formal dos fornecedores.
200.	Criar mecanismos de controle visando melhor qualidade no desenvolvimento dos processos, maximizando os recursos, evitando desperdícios, observando os

- princípios orçamentários da eficiência, eficácia e economicidade e efetividade.
201. Criar Banco de Dados interno com valores de referencia e celebrar termo de colaboração técnica que permita acessar Banco de Preços do Governo Federal para melhorar os custos.
 202. Criar um Escritório de Projetos permanente no MP para agilizar elaboração e detalhamento de Projetos na capitação de recursos.
 203. Solicitar Laudo de Vistoria dos prédios do MP pelo Corpo de Bombeiro.
 204. Organizar e criar Calendário de Rotinas de Vistorias preventiva do MP Bienal.
 205. Adequar e Associar a Nova Lei da Contabilidade Pública de 2013 a Equipe de Engenharia do MPE e criar métodos e instrumentos gerenciais para realização periódica da avaliação da conservação e do valor de mercado dos imóveis do MP.
 206. Abertura de processos dos registros dos lotes das promotorias antigas que foram doações para fazer avaliações de preço de mercado.
 207. Recuperar bens que estejam nos depósitos que estejam quebrados ou estragado para reutilização ou dar baixa como doações.
 208. Fortalecer a equipe de segurança em todos os prédios do MP, para garantir a integridade física de pessoas e processos.
 209. Efetuar a troca dos registro e válvulas de descargas dos banheiros do MP, por modelos favoreça a economia de água e seja ambientalmente recomendado.
 210. Criar Campanha de consumo consciente de Energia no MP no intervalo de Almoço, desligando equipamentos, ares-condicionados e lampadas das salas.
 211. Configurar as impressoras para imprimir frente e verso.

Fonte: Comitê Interno do Gespública

8. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Conforme detalhado em cada ação constante do PPA, os projetos deste MPE-TO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 8.1 – Situação dos Projetos

PROJETO	SITUAÇÃO
Convênio SRJ/MJ nº SICONV 749684/2010 – Implementação de Núcleo Maria da Penha	Concluído (Prestação de Contas sob análise)
Projeto Promotores em Ação (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto Guardião: GECOC e Inteligência (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto RECICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Comunicação Institucional (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Em andamento
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Atrasado

Quadro 8.1.1 – Informações sobre transferências de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Informações sobre as transferências						
Concedente: Ministério da Justiça						
Modalidade	Nº do instrumento	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência
		Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado	
-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 – Contrato de Repasse
- 3 – Termo de Parceria
- 4 – Termo de Cooperação
- 5 – Termo de Compromisso

Fonte: Siafem

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta claro, ao final deste Relatório o esforço da Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins em cumprir sua Missão e buscar o alcance de sua visão de futuro institucional, haja vista o indiscutível crescimento da atuação do órgão nos últimos anos, o bem sucedido processo de Estruturação e a constante melhoria dos processos de aperfeiçoamento e valorização de membros e servidores.

Neste sentido, é salutar destacarmos alguns dos esforços empreendidos no ano de 2014 no âmbito da Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins:

- O percentual de execução do orçamento, observado o recurso financeiro repassado ao Ministério Público, foi de 97,48%;
- Índice de gasto com pessoal dentro do previsto, segundo os critérios expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançou 1,63% da Receita Corrente Líquida;
- Foi inaugurada, em 2014, a sede das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso, feita exclusivamente com recursos do orçamento desta P.G.J., além de ter sido iniciado o processo licitatório, por meio da SEINFRA, com orçamento do Governo do Estado, para construir a Sede das Promotorias de Justiça de Palmas;
- Conclusão do 3º Ciclo de Autoavaliação da Gestão por meio do Programa GESPÚBLICA, o qual obteve nota de 586 pontos, diante dos 209 obtidos no ciclo anterior;
- Elaboração pela Comissão Permanente de Segurança Institucional e CESAIF, respectivamente, além de aprovação junto ao Colégio de Procuradores de Justiça, do Plano de Segurança Institucional e do Plano de Aperfeiçoamento Funcional;
- Concessão de revisões salariais para membros e servidores;
- Participação efetiva nos Fóruns e Comitês Nacionais;
- Cumprimento das resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e atuação destacada no Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça (CNPJG);
- Garantia dos direitos dos Integrantes;

→Execução dos Projetos: “MP Fala com o Cidadão”, “Profissionalizando a Capacidade da Mulher” e “Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania”;

→Renovação do parque tecnológico deste MP/TO para atuação no Processo Eletrônico Judicial e, futuramente, nos Processos Administrativo e Extrajudicial Eletrônico, a serem desenvolvidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação deste Órgão.

Concluimos com a expectativa de continuarmos em 2015 a cumprir as premissas estratégicas institucionais, a fim de avançarmos rumo ao alcance dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico 2010-2018.